

Rosalee Santos Crespo Istoe  
Livia Vasconcelos de Andrade  
Alonso Castro Colares Júnior

Organizadores

# EDUCAÇÃO, GÊNERO E SOCIEDADE



Rosalee Santos Crespo Istoe  
Livia Vasconcelos de Andrade  
Alonso Castro Colares Júnior

Organizadores

# EDUCAÇÃO, GÊNERO E SOCIEDADE

Campos dos Goytacazes - RJ  
2018



Copyright © 2018 Brasil Multicultural Editora

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem a expressa autorização do autor.

**Diretor editorial**

Décio Nascimento Guimarães

**Diretora adjunta**

Milena Ferreira Hygino Nunes

**Coordenadoria científica**

Gisele Pessin

Fernanda Castro Manhães

**Design**

Fernando Dias

Foto de capa:

**Gestão logística**

Nataniel Carvalho Fortunato

**Bibliotecária**

Ana Paula Tavares Braga – CRB 4931

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

---

E24 Educação, gênero e sociedade / organizadores Rosalee Santos Crespo Istoe, Lívia Vasconcelos de Andrade e Alonso Castro Colares Júnior. -- Campos dos Goytacazes, RJ : Brasil Multicultural, 2018. 168 p.

ISBN 978-85-5635-082-4

1. EDUCAÇÃO 2. ESTUDOS FOUCAULTIANOS  
3. IDENTIDADE DE GÊNERO 4. SEXUALIDADE 5. EDUCAÇÃO SEXUAL 6. EDUCAÇÃO E SAÚDE 7. BIOPODER 8. MORAL VITORIANA I. Istoe, Rosalee Santos Crespo (org.) II. Andrade, Lívia Vasconcelos de (org.) III. Colares Júnior, Alonso Castro (org.) IV. Título.

CDD 370.1

---



Instituto Brasil Multicultural de Educação e Pesquisa - IBRAMEP  
Av. Alberto Torres, 371 - Sala 1101 - Centro  
Campos dos Goytacazes - RJ  
28035-581 - Tel: (22) 2030-7746  
Email: contato@brasilmulticultural.com.br

## Comitê científico/editorial

- Prof. Dr. Antonio Hernández Fernández - UNIVERSIDAD DE JAÉN (ESPANHA)
- Prof. Dr. Carlos Henrique Medeiros de Souza - UENF (BRASIL)
- Prof. Dr. Casimiro M. Marques Balsa - UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA (PORTUGAL)
- Prof. Dr. Cássius Guimarães Chai - MPMA (BRASIL)
- Prof. Dr. Daniel González - UNIVERSIDAD DE GRANADA - (ESPANHA)
- Prof. Dr. Douglas Christian Ferrari de Melo - UFES (BRASIL)
- Profa. Dra. Ediclea Mascarenhas Fernandes - UERJ (BRASIL)
- Prof. Dr. Eduardo Shimoda - UCAM (BRASIL)
- Profa. Dra. Fabiana Alvarenga Rangel - UFES (BRASIL)
- Prof. Dr. Fabrício Moraes de Almeida - UNIR (BRASIL)
- Prof. Dr. Francisco Antonio Pereira Fialho - UFSC (BRASIL)
- Prof. Dr. Francisco Elias Simão Merçon - FAFIA (BRASIL)
- Prof. Dr. Helio Ferreira Orrico - UNESP (BRASIL)
- Prof. Dr. Iêdo de Oliveira Paes - UFRPE (BRASIL)
- Prof. Dr. Javier Vergara Núñez - UNIVERSIDAD DE PLAYA ANCHA (CHILE)
- Prof. Dr. José Antonio Torres González - UNIVERSIDAD DE JAÉN (ESPANHA)
- Prof. Dr. José Pereira da Silva - UERJ (BRASIL)
- Profa. Dra. Magda Bahia Schlee - UERJ (BRASIL)
- Profa. Dra. Margareth Vetis Zaganelli - UFES (BRASIL)
- Profa. Dra. Marília Gouvea de Miranda - UFG (BRASIL)
- Profa. Dra. Martha Vergara Fregoso - UNIVERSIDAD DE GUADALAJARA (MÉXICO)
- Profa. Dra. Patricia Teles Alvaro - IFRJ (BRASIL)
- Prof. Dr. Rogério Drago - UFES (BRASIL)
- Profa. Dra. Shirlena Campos de Souza Amaral - UENF (BRASIL)
- Prof. Dr. Wilson Madeira Filho - UFF (BRASIL)

# Sumário

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Apresentação</b>   | <b>8</b>  |
| <b>1</b>  |           |
| <b>A hipótese repressiva: contextualizações históricas segundo a teoria foucaultiana</b>                            | <b>10</b> |
| Fernanda Gonçalves Fernandes  |           |
| Márcia Regina Pacheco Soares  |           |
| Luiz Cláudio Carvalho de Almeida  |           |
| Gustavo Santos Crespo   |           |
| Erika Costa Barreto   |           |
| <b>2</b>  |           |
| <b>Do poder ao biopoder: vida e morte como mecanismo de controle</b>  | <b>27</b> |
| Jhonatan da Silva Martins   |           |
| Mirelly Brito Mota de Souza   |           |
| Nágila Coutinho Gomes Paiva   |           |
| Simone da Silva Viana   |           |
| Victor Angelo Fumian  |           |
| <b>3</b>  |           |
| <b>Educação e saúde: um breve histórico da saúde brasileira e a subordinação dos corpos em uma relação de poder</b> | <b>46</b> |
| Ray Roberto Andrade Nascimento  |           |
| Juliana Cardoso de Souza  |           |
| Fernanda Rangel de Azevedo de Paula   |           |
| Lívia Vasconcelos de Andrade  |           |
| Alonso Castro Colares Junior  |           |

4

**Gênero, identidade de gênero e sexualidade: breves  
conceituações e a influência na saúde** 65

Rosalee Santos Crespo Istoe  
Heloisa Landin Gomes  
Glória Marianna Barreto Teixeira  
Ana Karina Mendonça de Souza  
Karen Rodrigues Pessanha de Souza

5

**O corpo nas diferentes culturas** 86

Ana Luiza Barcelos Ribeiro  
Ana Paula Silva Andrade Jorge  
Jaise Silva Ferreira  
Laila Lilargem Rocha  
Thamires Gomes da Silva Amaral Lessa

6

**Reflexões sobre a(s) verdade(s) do sexo: histórico, confissão,  
educação, *scientia sexualis* e *ars erotica*** 105

Filipe Zaniratti Damica  
Leandro Pereira Siqueira  
Petrúcio Pessanha de Oliveira  
Renato Faria da Gama  
Victor Martins Ramos Rodrigues

7

**Saberes sobre o sexo: uma análise do dispositivo de sexualidade  
na perspectiva foucaultiana** 126

Carla Bittencourt Felício  
Débora Borges Domingos  
Eduardo de Almeida Silva  
Flávia da Cunha Pereira  
Laila Ferreira Santos

8

**Somos nós vitorianos?** 142

Edyala Oliveira Brandão Veiga  
Dário Bezerra de Andrade  
Luciana Spala Ataíde Aguiar  
Nathalia Toledo Barreto Dutra  
Poliana Campos Côrtes Luna

# Apresentação

Ao apresentar este livro, é necessário primeiramente narrar sua história. A proposta nasceu da inquietação dos alunos inscritos na disciplina “Educação, Saúde e Gênero”, do curso de pós-graduação *Stricto Sensu* em Cognição e Linguagem, ministrada pela professora Rosalee Istoe na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.

Essa disciplina é franqueada a todos os alunos da pós-graduação, formados nas mais diversas áreas da graduação. Se, por um lado, essa junção pode gerar dispersão, por outro, ela possibilita um olhar interdisciplinar, promovendo uma grande reflexão sobre os temas abordados, tais como: Histórico em Educação e Saúde, Conceitos e novas perspectivas, Políticas de Identidades: Relações de gênero e sexualidade; Desenvolvimento de Programas com enfoque em Gênero; Saúde e Educação e O Corpo/Identidade na Assistência à Saúde, dentre outros. Mediante as diversas formas de se apresentar para a vida, com avanço técnico-científico e pelos hábitos relacionados a comportamentos sociais, um elemento central se apresenta como ícone privilegiado desse debate: a matéria da qual o homem é constituído, o seu corpo. Estando os valores em permanente transformação e ressignificação, o comportamento que o homem dirige ao seu corpo favorece sua redução à mera dimensão material.

Lidar com o próprio corpo e com as formas como a sociedade o vê nunca foi tarefa fácil. A forma que cada corpo apresenta naturalmente não pode ser escolhida e é determinada geneticamente, mas como este corpo é visto e como ele é utilizado, define quem somos e como o Estado exerce seu controle sobre a liberdade de cada um de nós. Os *Zeitgeists* de cada época tratam de padronizar novas formas de como se portar, vestir, definições de belo e limitações acerca do que é permitido a cada um fazer com o seu próprio corpo.



Essa forma um tanto velada e sutil de dominação dos povos através do controle de seus corpos apresenta-se muito mais visível quando tratamos do gênero feminino, ao qual frequentemente são colocadas imposições acerca de seus modos de ser e se representar, ou mesmo de ter e receber cuidados, que em princípio seriam considerados para o bem de sua saúde. Refletimos sobre o significado de saúde, mensurando autores, dentre os quais destacamos Michel Foucault, que traz à baila um modo diferente de pensar as relações sociais vistas através da forma como historicamente o corpo é representado.

Pensar as diferentes formas como o corpo é visto ao longo da história e como as representações sociais, econômicas e religiosas são capazes de influenciar e exercer domínio sobre a vida das pessoas, por meio das relações impostas ou adquiridas na forma de ver e lidar com o próprio corpo ao longo dos tempos, foi o cerne das discussões propostas nos encontros desta disciplina, que debateu o tema com base em diferentes autores e teorias, mas principalmente com base nos argumentos e estudos realizados por diversos teóricos.

Os trabalhos realizados como pressuposto parcial para a obtenção de aprovação na referida disciplina apresentaram uma riqueza e dedicação tão primorosos que não nos restou outra alternativa senão obter uma forma de publicá-los, para que todos tivessem acesso às reflexões propostas e trazidas pelos alunos que fizeram parte dos escritos contidos neste livro.

Sendo assim, esta obra nasceu como forma de compromisso social, para que possamos trazer para fora dos muros da universidade aquilo que é produzido e refletido dentro do meio acadêmico. Esperamos que gostem e participem das reflexões.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

### **Organizadores**

Prof<sup>a</sup>. Dra. Rosalee Santos Crespo Istoe

Lívia Vasconcelos de Andrade

Alonso Castro Colares Júnior

# 1

## A hipótese repressiva: contextualizações históricas segundo a teoria foucaultiana

Fernanda Gonçalves Fernandes  
Márcia Regina Pacheco Soares  
Luiz Cláudio Carvalho de Almeida  
Gustavo Santos Crespo  
Erika Costa Barreto

### Introdução

Desde o século XVIII, observa-se nas sociedades questões referentes à repressão sexual. Desde então o ato sexual vem sendo reduzido à sua função de gerar novas vidas e tudo o que homens e mulheres fazem sexualmente fora do casamento e desse propósito passa a ser considerado mau. Desta forma, o coito não conjugal, ou que seja realizado com intuítos que não sejam meramente o reprodutivo, passa a ser considerado ilegítimo, de forma que a lascívia passa a ter que ser silenciada, segregada, escondida ou, ainda, explorada comercialmente, uma vez que a busca pelo crescimento econômico não permite que energias sejam dissipadas ou canalizadas para os prazeres sexuais, em vez de tornarem-se fonte de trabalho economicamente remunerado.

Não apenas o ato sexual é socialmente reprimido, mas todo discurso que envolve sua conceituação, explanação ou questionamento. É como se o ato de falar sobre sexo trouxesse a promessa de uma libertação almejada diante de uma realidade

sabidamente influenciada por um sistema opressor. Ao mesmo tempo, é através desse mesmo discurso que busca libertar-se, que a realidade castradora se afirma.

O que Foucault busca propor em sua obra “A história da sexualidade” é justamente questionar estas evidências sobre o que ele denominou como “hipótese repressiva”. O autor aponta para o fato de que o próprio falar sobre sexo, enquanto forma de produção de uma verdade do indivíduo, se configura como uma prática implicada em relações de poder-saber, e não fora delas, como a princípio a hipótese repressiva poderia supor. Isto porque, para Foucault, qualquer forma de revelação da verdade não pode ser tomada como uma evidência de uma espécie de libertação do sujeito das relações de poder. Ao contrário, a produção da verdade é entendida já implicada nessas relações.

A proposta foucaultiana não visa negar a repressão sexual. Seu intuito é alertar para o questionamento acerca da centralidade da interdição do sexo na constituição da sexualidade do sujeito moderno, compreendendo que o poder faz algo mais do que apenas dizer “não”, uma vez que as relações sociais, econômicas e religiosas, ou seja, esferas que perpassam a vida, os saberes e as relações humanas, acabam por serem atingidas pela repressão sexual, na medida em que aponta para questões bem mais complexas.

## Aspectos sobre a repressão feminina e a instauração do patriarcado

Em seu livro “A cama na varanda”, Regina Navarro Lins (2000) apresenta um breve histórico sobre como a relação entre homens e mulheres foi modificada ao longo dos tempos e, como estas mudanças nas formas de lidar entre os gêneros afetaram as formas de convivência social e foram também por esta afetadas. Nesta obra é feita uma análise temporal das relações entre os gêneros em diferentes esferas, englobando relacionamentos no âmbito social, religioso e econômico, desde a idade da pedra até o início e fortalecimento do sistema patriarcal.

Segundo Lins (2000), a idade da Pedra é subdividida em duas etapas, e, nesse período, os primeiros indivíduos sobre os quais se tem conhecimento, chamados *homo sapiens*, deveriam, provavelmente, alimentar-se de frutas, raízes e caça, e habitar a parte superior das árvores, visto que viviam e sobreviviam de forma natural, de acordo com os desafios que o ambiente apresentava, uma vez que ainda

não possuíam estruturas habitacionais e precisavam se proteger de possíveis predadores e ainda não dominavam a agricultura e não criavam ou domesticavam animais.

Homens e mulheres acreditavam que a fertilidade estava vinculada única e exclusivamente à figura feminina, sendo atribuída a ela a detenção de poderes relacionados à vida e à morte, de forma que tudo relacionado à mulher passa a ter um papel central no âmbito religioso. É difícil entender o papel do homem no processo de reprodução, uma vez que nem todos os atos sexuais necessariamente provocam a gravidez e, ainda, por se tratar de uma cultura predominantemente poliandra. Prova do culto ao feminino são artefatos arqueológicos e artísticos que fazem referência a uma cultura de figuras da deusa-mãe, que faz referência à natureza e à agricultura. Possivelmente, esta forma de organização social com base no culto ao feminino teve seu reinado estendido até a idade do Bronze.

A partir do momento em que campos naturais de trigo surgiram, por volta do ano 10.000 a. C., houve uma migração do homem para locais onde havia abundância de alimentos que permitiram às populações fundar povoados, e, nos arredores desses campos, foram estabelecidas as primeiras comunidades, onde a monogamia não existia e não havia relação de poder entre homens e mulheres. Observava-se nesse contexto uma relação de ajuda mútua entre a comunidade, sem distinções de gênero. A paz e a cooperação em prol do bem comum eram o objetivo de todos (LINS, 2000).

Devido aos novos padrões de alimentação e moradia, o homem não precisou mais sair para caçar, ato que anteriormente denotava sua importância e orgulho diante da mulher e dos demais. Sendo assim, a sua virilidade passou a ser o foco de sua valorização pessoal e social.

Neste momento, em que foi observada uma ausência de deuses por mais de 15 mil anos, os gêneros relacionavam-se de forma horizontal e buscavam organizar-se em prol do bem comum, valorizando a harmonia em todos os aspectos.

A partir do momento em que as comunidades passaram a domesticar os animais e observar seus comportamentos e interações, o homem passou a ter consciência da sua contribuição no processo de fecundação e reprodução. A humanidade foi dividida e uma nova era teve início, e nesse novo tempo o homem passou a apresentar um comportamento de autoridade em relação à mulher e a relação entre gêneros, que outrora havia sido predominantemente

pacífica, tornou-se vertical e o homem passou a tomar para si o lugar de poder que lhe havia sido negado anteriormente.

As atitudes que refletiam o poder exercido pelo homem não se restringiram apenas às tentativas de domínio entre os gêneros, mas se perpetuou também no trato dos povos entre si. O domínio passou a ser almejado e conquistado através da força física, usada para que uma relação de posse fosse estabelecida e para manutenção de relações baseadas na verticalidade.

O poder passou a ocupar o lugar central do desejo humano precedido do acúmulo de posses, através do qual se demonstrava o domínio de um gênero sobre o outro, de um povo ou uma cultura sobre a outra. O controle passou a fazer parte do centro do desejo social, de forma que o acúmulo de riquezas e as heranças passaram a ser questões importantes, pois legitimavam as conquistas em vários aspectos. Sendo assim, tornou-se condição indispensável o controle da fecundidade da mulher, pois só assim a filiação poderia ser garantida. Esses aspectos sócio-históricos e econômicos foram o berço da dominação do homem sobre a mulher e trouxeram o conceito de sociedade como se conhece hoje, que se instituiu e se fortaleceu de forma tão arraigada que, nos tempos atuais, vive-se como se a monogamia, o controle, a dominação e o teocentrismo tivessem sido uma verdade absoluta, irrefutável desde sempre.

A mulher, que outrora tinha uma sexualidade tratada de forma natural e livre, passa a ser restringida e tratada como posse por aquele que é detentor do falo, de quem ela passa a depender para que sua fertilidade seja validada e exercida. Em contrapartida, o homem ganha, além da liberdade que já possuía, o dever de povoar o mundo, na medida em que sua capacidade para gerar filhos pode ser tão vasta e extensa quanto for o seu desejo libidinal e de poder.

No campo religioso, a divisão social acabou por produzir a substituição da figura feminina, que gerava a vida e era fecunda, pela figura do herói guerreiro que se apossa, conquista e detém o poder através da força física, do controle e do domínio.

A figura masculina passa a não mais dividir o poder e a dádiva do processo de fecundação com a mulher, mas assume o papel de onipotência e centralização, o que lhe concede, como homem, uma importância muito grande, o que automaticamente acaba por empoderar também os papéis por ele exercidos, como o de pai e criador, segregando a humanidade em partes antagônicas e não complementares. Nesse novo modo de organização social, para que haja

o superior é preciso que haja o inferior e, para que haja o domínio, é preciso que alguém seja dominado, onde o homem cria a mulher e faz dela sua posse.

Ganhar e perder passam a ser uma relação de central importância, pois valorizam as relações sobre as quais se dá o domínio, através do qual as riquezas são adquiridas. Porém, manter as posses e o poder advindo delas requer vigilância em relação à filiação, uma vez que através dos filhos o poder se perpetua, tornando a história de um homem imortal.

De acordo com essa ótica, as mulheres que se rendem aos prazeres sexuais não permitidos, ou cometem adultério, precisam ser severamente punidas para que sirvam de exemplo às outras. Instrumentos de tortura são utilizados, o confinamento é adotado e até mesmo a extirpação do clitóris é empregada. Punir sua mulher passa a ser considerado um dever e um direito do homem, uma vez que tal comportamento valida os métodos empregados por outros do mesmo gênero.

Atualmente, entende-se o patriarcado como um sistema natural e pensar em formas de relações entre os gêneros diferentes das estabelecidas por esse sistema parece incabível devido ao sucesso de sua implementação nas sociedades, notoriamente reforçado, apoiado e sustentado pela religião e pela ciência. É preciso lembrar que as coisas nem sempre foram como hoje são conhecidas.

O sistema patriarcal não é questionado e a adequação a ele se dá de forma quase natural, de forma que há uma tendência de desqualificar novos sistemas e novas ideias. Mesmo aqueles que são subordinados, como as mulheres, acabam por reproduzir o modelo sob o qual elas mesmas são oprimidas.

A figura teocêntrica de Deus como pai e julgador é o principal influenciador e reproduzidor do sistema patriarcal nas sociedades judaico-cristãs. Este Deus, onipotente, onipresente e onisciente que tem como principal característica ser inalcançável, invisível e julgador, é ele quem estabelece as restrições sexuais e condena a alma pelos pecados praticados em relação ao corpo e à alma. O modelo de perfeição, apesar de inatingível, precisa ser buscado incessantemente, com severidade extra para as mulheres, advindas da costela de Adão, reduzidas a uma parte, à dependência do homem, de suas ordens e benevolência. É a mulher a responsável pelo pecado e pela corrupção do homem, que nasceu à imagem e semelhança de um Deus perfeito e distante. Não fosse pelo desejo masculino, despertado pela figura da mulher, Adão não teria sido expulso do paraíso e seguiria imaculado, como Deus quis.

A mulher é representada pela religião cristã como demoníaca e deveria envergonhar-se e submeter-se ao prazer, ao domínio e ao poder masculino. Ao homem são permitidos os prazeres da carne e à mulher são reservados os papéis de esposa e mãe dedicada ao lar, que deve esconder sua sensualidade e tornar-se pura e casta como a Virgem Maria.

A Igreja promove a ideia de horror ao sexo e eleva o celibato ao grau de santidade que deve ser desejado por todos. O sexo passa a servir unicamente à finalidade da procriação e quaisquer formas que não fossem essas deveriam ser escondidas ou passariam por condenação social e religiosa. As regras e normas que regem o casamento servem como forma de manutenção de domínio do sistema patriarcal e da regulação das atividades, pensamentos e sentimentos referentes às relações entre os gêneros.

## A Igreja em contexto

Segundo a teoria da hipótese repressiva de Foucault (1999), a prática da confissão utilizada pela Igreja Católica foi o primeiro método de motivação para se falar sobre sexo. Em seus estudos, Foucault diz que a Igreja entendia a importância em saber sobre tudo relacionado ao sexo, pois assim normatizava e fazia com que os fiéis seguissem regras precisas e determinadas. Ele atenta que nas práticas da confissão, inicialmente, era confessado apenas aquilo que se fez de “errado”, e após o Concílio de Trento (1545-1563), a confissão se tornou um ato obrigatório, era preciso “confessar” tudo o que fez, o que pensou ou sonhou em relação às práticas sexuais, e essa confissão deveria ser feita com a descrição precisa de todos os detalhes (SOUZA, s. d).

O movimento reformista católico, conhecido como Contrarreforma, desenvolveu-se da necessidade de uma revisão das práticas eclesásticas, com tomadas de decisões mais categóricas, em decorrência ao surgimento das religiões protestantes. Nesse contexto, foi realizado o Concílio de Trento, que buscava estratégias para evitar a saída dos fiéis da Igreja.

Uma das estratégias foi a modificação e evolução do sacramento da confissão, e o discurso sobre o sexo passou a ter locais específicos, como no confessional. Desse modo, foram criados “dispositivos de sexualidade” para policiar tudo o que se falava sobre sexo, quem fala, quando, onde e como (PASSOS, 2012).

A confissão se torna uma técnica para a conquista das instâncias de poder e saber na sociedade, que não visavam à proibição ou reduzir a prática sexual, mas ao controle do indivíduo e da população. A autora Mary del Priore, em uma entrevista ao programa “Café Filosófico CPFL”, transmitido pela TV Cultura em dezembro de 2016, relata que a Igreja foi significativa na definição do comportamento sexual; com o Concílio de Trento, a Igreja Católica instituiu o “manual do confessor”, que estabelece maneiras e ensina aos casais católicos a terem relações sexuais, sendo essas monogâmicas, com o único objetivo de procriação e sem nenhuma troca erótica, sem carícias e com posições pré-definidas. O que fugisse dos conceitos pré-determinados pela Igreja Católica era julgado pecado, e o pecador tinha a necessidade de se confessar, para então voltar a ser abençoado.

Dessa forma, a Igreja Católica, segundo Lara Haje (s. d), inicia o processo de incitação dos discursos sobre sexo, ao estimular o aumento das confissões ao padre, confissões essas que deveriam ser ditas em detalhes, em que o cristão deveria transformar o seu desejo em discurso, de maneira a torná-lo moralmente aceitável e tecnicamente útil.

Segundo Foucault (1999) a repressão ao sexo perdurou muito tempo e ainda é

[...] a assertiva que contribui na relação existente entre poder, saber e sexualidade. Mediante a inúmeros relatos, fatos históricos, casos policiais, casos clínicos e literatura, através de documentos da Igreja, de textos científicos, o autor afirma que, ao contrário dessa repressão, o sexo foi altamente incitado em várias instâncias da sociedade.

No final do século XVIII e início do século XIX, os discursos sobre o sexo, que eram restritos à Igreja, tomaram outros espaços e diversificaram as formas de controle; a medicina, a justiça penal, a política também passam a analisar, especificar, estimar e justificar a prática sexual, através de suas pesquisas.

## O controle exercido pela medicina

Vários instrumentos foram utilizados para legitimar o controle que o Estado exercia sobre a vida das pessoas, tais como os que envolviam a Igreja, as leis e a medicina.



O ato que traz ao mundo as pessoas, ou seja, o sexual, pode ser considerado como algo natural, entretanto, é através da reprodução humana que os indivíduos ocupam seus lugares sociais no mundo (LOYOLA, 1982).

Os consultórios médicos eram usados como espaços livres para a abordagem das práticas sexuais, porém, também compunha uma das vertentes que legitimavam a repressão ao sexo livre.

Segundo Souza (s. d), a medicina tentava classificar como transtornos sexuais, tratando como patologias as práticas que não eram consideradas normais dentro de um casamento outorgado pela Igreja e voltado para fins reprodutivos.

A medicina traz soluções cirúrgicas e medicamentosas para distúrbios orgânicos e viabiliza a prática sexual de pessoas mais velhas, liberta as mulheres para praticarem o ato sexual sem medo de uma possível gravidez. É ainda através da medicina que as cirurgias e intervenções hormonais são capazes da resignificação de gênero, tratando parcialmente questões de identidade de gênero. Neste âmbito, as questões referentes à ordem cultural ganham correções através de intervenções que apenas a medicina possibilita.

Nesse aspecto, a medicina funciona também como uma porta de acesso ou exclusão àqueles que dela necessitam, na medida em que suas intervenções são financeiramente acessíveis apenas a uma parte da população.

Observa-se, contemporaneamente, uma modernização da medicina que se torna social na medida em que utiliza a tecnologia para socializar o corpo desejado ou aceito por uma época, por uma cultura ou por uma política.

## Contemporaneidade

As intensas transformações sociais, políticas, econômicas e científicas que marcaram o século XX incidiram profundamente nas organizações familiares e nos comportamentos sociais humanos.

## Década de 1950

Modificações significativas no cenário internacional foram percebidas após o fim da Segunda Guerra Mundial. Kornis (2017) ressalta que o mundo

foi dividido em dois blocos político-militares sob as lideranças dos EUA e da URSS, em que a prosperidade econômica norte-americana reforçava, em todo o ocidente, a possibilidade de uma nova maneira de viver, principalmente em virtude da produção em massa de bens de consumo.

No Brasil, essas transformações começaram a ser percebidas e foram se concretizando já na década de 1950 (anos dourados) com a alteração de comportamentos e de consumo, principalmente nos centros urbanos. Houve, então, a consolidação de uma sociedade industrial-urbana, com uma política de desenvolvimento atrelada a um novo estilo de vida, com grande influência da mídia norte-americana, através de revistas, cinema e televisão. O rádio, no início dos anos 50, foi também um importante veículo de publicidade, onde as radionovelas, muito ouvidas na época pelo público feminino, eram intercaladas com propagandas de produtos de utilidades domésticas e de limpeza.

Do ponto de vista da cultura e do imaginário social, acreditava-se que o Brasil estava a caminho de se tornar uma nação moderna, principalmente ao adotar um padrão de vida ao mesmo tempo muito diferente da vida rural e muito próximo ao modelo consumista do capitalismo norte-americano. No cotidiano das donas de casa, estavam presentes toda a sorte de “aparelhos modernos”, como liquidificador, batedeira, fogão a gás, televisores, enceradeiras, sem contar os produtos industrializados, como alimentos, bebidas, artigos de higiene pessoal e beleza, dentre outros (RIBEIRO, 2018).

A historiadora Mary Del Priore, em entrevista à “TV Cultura Digital” em 2014, destaca que, após a Segunda Guerra Mundial, a sociedade brasileira sofreu um grande impacto devido à chegada do cinema (filmes americanos) e do rádio, fazendo com que novos padrões de comportamento e de relação com a sexualidade passassem a serem percebidos. Segundo a historiadora, o beijo na boca e de língua, por exemplo, surge nessa época por influência dos filmes americanos e da chegada dos produtos de higiene pessoal (pasta e escova de dente, sabonete), água encanada e da eletricidade. Estes fatos contribuíram para que as pessoas instaurassem novos padrões amorosos.

## Década de 1960

A partir da década de 1960, tanto no Brasil quanto no mundo, ocorreram grandes revoluções de âmbito social, político e sexual (SALLES *et al*, 2014).

Segundo Alves (2015), a eminente prosperidade financeira e o consumismo dos anos 50 somados a um novo conceito de adolescência, que vigorava na época, refletiram em uma explosão de juventude em todas as formas, sobretudo em questões ideológicas.

Nos EUA, o surgimento da geração *beat*, grupo formado por jovens intelectuais, escritores, poetas, dramaturgos, boêmios etc., salientava uma nova juventude que buscava formas de liberdade e que se opunha à sociedade consumista emergente na época. Também na Inglaterra, os *Mods*, que, na maioria, eram jovens filhos de famílias abastadas, buscavam quedas de paradigmas. Esses dois grupos representavam a ideologia de toda uma geração. Vários movimentos surgiram nessa época, alterando o comportamento dos jovens, gerando a contracultura, em busca de um novo estilo de vida, como, por exemplo: *hippie*, com o *Flower Power*; os negros, com o *Black Power*; os gays, com o *Gay Power* e as mulheres que lutavam pela liberdade, com o *Women's Lib*, que contestavam, entre outras coisas, questões sexuais, éticas e morais, o sistema social e de ensino e buscavam, principalmente, liberdade sexual e de expressão.

Houve ainda, depois das bombas atômicas, o surgimento do conceito “Carpe Diem”, que significa “Viver o Hoje”. Esse conceito surgiu devido a toda destruição provocada pela guerra, onde as pessoas passaram a acreditar que não deveriam fazer planos a serem realizados em longo prazo, pois tudo poderia ser destruído em apenas alguns minutos e, já que não tinha como prever esses acontecimentos, deveriam, então, viver intensamente cada momento sem se preocupar com o amanhã.

Por outro lado, no fim dos anos 60 e início dos anos 70, a liberdade feminina ganha proporções com o surgimento dos anticoncepcionais. O surgimento da pílula anticoncepcional trouxe para as mulheres a opção de não engravidar, desvinculando, assim, a reprodução da sexualidade e facilitando a entrada da mulher no mercado de trabalho.

Tanto os movimentos estudantis como os movimentos feministas, nessa época, se opunham a todos os tipos de conservadorismos, quer seja na família, na política e sexuais. Além disso, a década de 60 foi marcada pelo desenvolvimento tecnológico, com destaques para o lançamento do primeiro computador eletrônico e a ida do homem à lua.

Para Alves (2015), os movimentos jovens influenciaram também a moda, que deixou de ser exclusiva e para poucos, para se tornar algo popular e

unissex, deixando de lado a influência de grandes estilistas, mas tendo a rua como inspiração. Nessas ruas, o que se via eram: minissaias, vestidos tubinhos curtos e com silhueta reta, roupas jeans, tanto para homens, quanto para mulheres, abandonando as curvas salientadas dos anos 50.

O feminismo se fortaleceu nessa época, as mulheres passaram a participar de atividades fora do lar, puderam fazer cursos superiores e entrar no mercado de trabalho. Puderam ter controle sobre a fecundidade e escolher o momento de ter seus filhos, quebraram o tabu da virgindade e do prazer sexual. O ato simbólico em 1968, com a queima de sutiãs, além de outros movimentos, representava a contestação política e social na época. O âmbito musical também servia como um veículo de protestos sociais e políticos como, por exemplo, a construção do muro de Berlim, a guerra do Vietnã, entre outros.

## Década de 1970

De acordo com o site da Câmara dos Deputados, durante a década de 1970, três generais se sucedem no governo do Brasil. A ditadura militar implantada em 1964 atinge o apogeu durante a primeira metade do decênio, ao fim do qual começa a se abrandar. O AI-5 (Ato Institucional número 5, 1964-1978) vigora por quase todo o período, assim como o sistema bipartidário, com a Aliança Renovadora Nacional (Arena), dando sustentação ao governo e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) fazendo oposição. Os primeiros cinco anos são de prosperidade sob os auspícios do chamado “milagre brasileiro”, mas depois a economia entra em crise com a alta dos juros internacionais e do preço do petróleo. A década se aproxima do fim com o ressurgimento dos movimentos sociais e fecha com o início da redemocratização.

Igualmente intolerante a críticas e à contestação pacífica, o governo Médici baixa um decreto-lei estabelecendo a censura prévia a livros e periódicos, o qual é ratificado pelo Congresso em maio de 1970. Jornais, revistas, livros, peças de teatro, filmes e músicas são censurados e tudo aquilo que desagrade às autoridades governamentais é proibido. Durante a ditadura militar, muitos brasileiros saíram do país com o intuito de fugir da repressão, entre eles cantores e compositores, pois a música popular brasileira era considerada por militares uma ofensa à moral e aos bons costumes, muitos discos e músicas foram censurados, passou-se a compor e a escrever em duplo sentido, pois a

censura era imposta, sem nenhum critério, para o ato ou pessoa que pudesse ameaçar o regime vigente.

Por outro lado, os movimentos *hippies* não pararam de fazer protestos. Segundo Vieira (2016), esse movimento desenvolveu um estilo de vida alternativo, onde, em oposição ao consumismo industrial, usavam roupas artesanais, batas indianas, roupas rasgadas, com bordados feitos à mão, além de vestidos leves e roupas que não prezavam pela distinção de gênero, que caracterizaram a indumentária dos *hippies*. O amor livre e sem distinções, liberdade de expressão, a não discriminação racial e das minorias em geral, misticismo e a vida em comunidades, também faziam parte dos princípios do movimento *hippie*.

Ainda nessa década, no final do ano de 1977, foi sancionada a lei do divórcio no Brasil, pelo então presidente Ernesto Geisel, lei que mudou a vida de muitos casais brasileiros e influenciou a cultura e o comportamento das gerações seguintes (BELTRÃO, 2017).

## Década de 1980

De acordo com Ribeiro (2018), a década de 80 foi marcada pela Guerra Fria, conflito de nível político, militar, social, econômico e ideológico entre EUA e URSS. Passou-se, assim, a viver na era de uma sociedade mais consumista e início da era da informação.

Para Campos *et al.* (2010), no âmbito da saúde e das doenças contagiosas, a propagação da AIDS teve grande impacto na década de 80. Seu surgimento teve influência na mudança do comportamento sexual iniciada na década de 60 nos EUA, em que, por meio do movimento *hippie*, tornou-se possível uma maior liberdade da expressão da sexualidade ocidental. Primeiramente associada aos homossexuais masculinos e apresentada no Brasil como uma doença de gays, a AIDS faz retroagir o conservadorismo na sociedade. Essa situação gera medo em profissionais de medicina em tratá-los, além de a maioria ser desprezada pela própria família. A AIDS era considerada por profissionais da saúde como ira de Deus, e que servia de punição para o mau comportamento, principalmente dos gays, usuários de drogas e hemofílicos, que foram os mais atingidos inicialmente (SONTAG, 1995).

A partir do momento em que foram estabelecidos grupos de risco, houve uma estigmatização daqueles considerados “diferentes”. Tal discurso era observado também no meio científico ao separar a população geral do grupo de risco, como se estes não fizessem parte da população como um todo. Este conceito de grupo de risco aparece, em meios diversos, como sendo o termo principal responsável pelo aumento da homofobia.

A década de 1980 é marcada por ser a pós-ditadura e pós-revolução, em que os jovens têm um papel fundamental. Assim, é ainda uma época em que os indivíduos estão se habituando à liberdade e têm alguma dificuldade em lidar com a mesma, o que gera certa instabilidade social. A juventude organiza-se em torno de movimentos culturais e apresenta-se socialmente como difusora de estilos de vida centrados na música, no lazer e no consumo de produtos identificados com a cultura juvenil.

## Década de 1990

Os anos 1990 começaram com instabilidade, com o confisco de poupanças feito pelo presidente Fernando Collor. Surgem, ainda nessa década, os primeiros medicamentos para disfunção erétil, o que ampliou as relações entre pessoas com diferenças de idade (HIOCI, 2017).

Em 1993, a Classificação Internacional de Doenças (CID) deixa de considerar as práticas homoafetivas como doenças. Em 1999, gays, lésbicas e bissexuais ganharam uma importante luta: a proibição da realização de terapias curativas feitas por psicólogos, decisão tomada pelo Conselho Federal de Psicologia (BARANOSKI, 2016).

Até 1997, cirurgias de mudança de sexo no Brasil eram proibidas, e as pessoas que desejavam fazê-la recorriam a clínicas clandestinas ou a médicos no exterior. Em 2008, são oficializadas as cirurgias de redesignação sexual no Brasil, instaurando o “Processo Transexualizador” por meio do Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2015).

## Século XXI

A evolução do comportamento humano, as transformações sociais e culturais da sociedade contemporânea e os avanços da medicina reprodutiva provocaram uma meditação sobre os novos arranjos familiares, até pouco tempo, impensáveis.

Em 2008, pela primeira vez na história, foi eleito como presidente dos EUA um negro para governar o país, com a vitória de Barack Obama. No Brasil, assumiu a presidência, em 2010, Dilma Rousseff, sendo a primeira mulher a governar o país.

As novas configurações familiares foram destacadas por Borges (2017) como sendo uma das mais notáveis desse início de século. O autor destaca que a família ganhou novos arranjos, como, por exemplo, as famílias homoafetivas e famílias formadas por pais ou mães solteiros.

Além disso, as reproduções assistidas e a monoparentalidade programada reforçam o empoderamento da mulher desde a metade do século XX. O homem, por sua vez, por meio da técnica de cessão temporária de útero e doação de óvulos, também pode ser pai, o que demonstra que a paternidade pode ser buscada e vivenciada individualmente. Assim, a pluralidade afetiva, a igualdade de gêneros e a diversidade sexual integram-se como novas possibilidades de arranjos familiares.

Borges (2017) destaca que se deve superar preconceitos e buscar entender essa nova roupagem familiar de forma aberta em regras de inclusão.

## Conclusão

Em peroração, de acordo com os fundamentos apresentados, pode-se afirmar que a hipótese repressiva em relação ao sexo não pode ser contestada, uma vez que se aplica à sociedade atual. Nesse sentido, cuida-se de algo gratificante a formulação na forma de sexo e poder (em termos de repressão) por diversos motivos. Em primeiro plano, porque, se o sexo é reprimido, o simples fato de reprimir ou mesmo de falar em sexo ultrapassaria todos os limites, afinal, em consonância com a hipótese repressiva, é possível vincular revolução e prazer, mencionando um período no qual tudo será bom: qual seja o da liberação sexual. Sexo, revelação da verdade e inversão da lei do mundo são

hoje ligados entre si. Ainda assim, há relevante insistência na hipótese repressiva, porque tudo o que se diz sobre sexo termina por ganhar valor mercantil. Exemplo disso é o fato de que há psicólogos que são pagos para “ouvirem falar da vida sexual dos outros”.

Em síntese, a referida “hipótese repressiva” acompanha uma forma de pregação, que se traduz em forma de sexualidade reprimida, e é acompanhada de um discurso inclinado a dizer a verdade sobre o sexo. Foucault (1999) interroga uma suposta hipocrisia da sociedade, abordando o tema como uma questão contra os seres humanos, que, para ele, são os reprimidos. A partir daí, o autor propõe uma série de questões, dentre elas: se a repressão sexual seria mesmo uma evidência histórica, e, em caso afirmativo, como se afirma essa assertiva? Os meios utilizados e o poder repressivo seriam equivalentes ou poderiam ser apenas considerados como formas discretas de poder?

Na hipótese de Foucault, há uma proliferação de discursos sobre sexo a partir do século XVIII, pois, para ele, foi o próprio poder que incitou essa proliferação de discursos, por meio da Igreja, da escola, da família, do consultório médico. Assim, o autor conclui que essas instituições não visavam proibir ou reduzir a prática sexual, mas o controle do indivíduo e da população. Portanto, é suposto que se deve falar sobre sexo não apenas como algo a ser tolerado, mas a ser gerido e inserido para o bem de todos, para fazê-lo funcionar, uma vez que o sexo não deve ser apenas julgado, mas primordialmente administrado. Dessa forma, conclui-se que, para o autor em estudo, a regulação do sexo não deve ser feita sob o prisma da proibição, mas como implementação de discursos úteis, em prol de fortalecer e aumentar a potência do Estado como um todo.

## Referências

- ALVES, Daise. **Anos 60 e a busca pela liberdade**. 2015. Disponível em: <http://www.menteflutuante.com.br/2015/05/anos-60-e-busca-pela-liberdade.html>. Acesso em: 6 mai. 2018.
- BARANOSKI, Maria Cristina Rauch. **Cidadania dos homossexuais**. In: A adoção em relações homoafetivas [online]. 2. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.
- BELTRÃO, Tatiana. **Divórcio demorou a chegar no Brasil**. Senado notícias, 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/divorcio-demorou-a-chegar-no-brasil>. Acesso em: 6 mai. 2018.
- BORGES, Edson. **Os novos arranjos familiares e o papel da reprodução assistida**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/letra-de-medico/reproducao-assistida-e-novos-arranjos-familiares/>. Acesso em: 6 mai. 2018.



- BRASIL. **Cirurgias de mudança de sexo são realizadas pelo SUS desde 2008**. 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/cirurgias-de-mudanca-de-sexo-sao-realizadas-pelo-sus-desde-2008>. Acesso em: 6 mai. 2018.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Panorama das Décadas/Década de 70**. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/visitantes/panorama-das-decadas/copy\\_of\\_decada-de-70](http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/visitantes/panorama-das-decadas/copy_of_decada-de-70). Acesso em: 7 mai. 2018.
- CAMPOS, Maurício de Souza.; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. **A AIDS e o discurso homofóbico da indústria cinematográfica hollywoodiana**. Anais eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos; 2010 ago 23-26. Florianópolis (SC), Brasil. Florianópolis (SC): UFSC; 2010. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278272053\\_ARQUIVO\\_AAids.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278272053_ARQUIVO_AAids.pdf). Acesso em: 5 mai. 2018.
- DEL PRIORE, Mary. Entrelinhas, **TV Cultura, São Paulo**, 2014. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=WYZdJLAp8R8>. Acesso em: 01 mai. 2018.
- \_\_\_\_\_. Sexualidade: história de repressão e mudanças, **Café Filosófico CPFL**, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fnw7yB7tYkU>. Acesso em: 3 mai. 2018.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. M.T.C. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- HAJE, Lara. **A história da sexualidade**. S. d. Disponível em: <http://www.mortesubitainc.org/magia-sexual/textos-sexuais/foucault-michel-e-a-historia-da-sexualidade>. Acesso em: 5 mai. 2018.
- HIOCI, Sandro Roberto. **História do Viagra**. 2017. Disponível em: <http://www.drssandro.org/saude/historia-viagra/>. Acesso em: 5 mai. 2018.
- KORNIS, Mônica Almeida. **O Brasil de JK: Sociedade e cultura nos anos 1950**. CPDOC | FGV - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2017. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Anos1950>. Acesso em: 6 mai. 2018.
- LINS, Regina Navarro. **A cama na varanda – arejando nossas idéias a respeito de amor e sexo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- LOYOLA, Maria Andréa. **Estudo da atuação das instituições sociais no processo de reprodução humana**. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1982.
- PASSOS, Lucas. **Arquivo da tag: hipótese repressiva**. 2012. Disponível em: <https://ensaiosdegenero.wordpress.com/tag/hipotese-repressiva/>. Acesso em: 6 mai. 2018.
- RIBEIRO, Paulo Silvino. **Os anos 80 no Brasil: aspectos políticos e econômicos**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/os-anos-80-no-brasil-aspectos-politicos-economicos.htm>. Acesso em: 5 mai. 2018.
- RIBEIRO, Paulo Silvino. **Transformações socioeconômicas no Brasil da década de 50**. Brasil Escola. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/transformacoes-socioeconomicas-no-brasil-decada-50.htm>. Acesso em: 5 mai. 2018.
- RIOS, Roger Raupp. **Para um Direito Democrático da Sexualidade**. In: Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 12, nº 26, jul./dez. 2006, p. 71-100.

SANTOS, Boaventura Souza. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SALLES, Ana Cristina Teixeira da Costa; CECCARELLI, Paulo Roberto. A quantas andam o sexual e a sexualidade nos dias atuais? **Estudos de psicanálise**. n. 41. Belo Horizonte, julho/2014.

SENADO FEDERAL. **Observatório da Mulher contra a Violência. A Violência contra a Mulher**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/a-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 6 mai. 2018.

SOUZA, Alex. **A relação entre a hipótese repressiva e incitação ao discurso sobre sexo com técnicas de poder em Michel Foucault**. S. d. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/99835438/A-RELACAO-ENTRE-A-HIPOTESE-REPRESSIVA-E-INCITACAO-AO-DISCURSO-SOBRE-O-SEXO-COMO-TECNICAS-DE-PODER-EM-MICHEL-FOUCAULT>. Acesso em: 6 mai. 2018.

SONTAG, Susan. **Assim vivemos agora**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. VIVA A SOCIEDADE ALTERNATIVA, 2011. Disponível em: <http://sociedadealternativass.blogspot.com.br/2011/06/les-nao-se-conformavam-com-sociedade-de.html>. Acesso em: 6 mai. 2018.

VIEIRA, Fabiana Soares de Andrade. Do hippie ao chic: representações da contracultura na Vogue Brasil. **Trabalho de Conclusão de Curso Bacharelado em Comunicação Social. Universidade de Brasília**, Brasília, 2016. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/16471>. Acesso em: 6 mai. 2018.

# 2

## Do poder ao biopoder: vida e morte como mecanismo de controle

Jhonatan da Silva Martins  
Mirelly Brito Mota de Souza  
Nágila Coutinho Gomes Paiva  
Simone da Silva Viana  
Victor Angelo Fumian

### Considerações iniciais

Foucault, em seu livro “História da sexualidade I: A vontade de saber” (FOUCAULT, 1999), analisa, no capítulo V: – Direito de morte e poder sobre a vida, o exercício do poder ao longo da história da humanidade e sua relação com o governo da vida, por intermédio do direito de vida e morte.

O autor identifica dois tipos de poder: um deles é o poder sobre a morte, que é delimitado pelo poder do soberano, o qual dispõe sobre a vida de seus filhos, escravos e súditos, exercendo um direito assimétrico e indireto de causar a morte ou permitir a sobrevivência, apropriando-se da riqueza, do tempo e dos corpos.

Já o poder sobre a vida, manifesta-se na forma da regulação dos corpos e, conseqüentemente, da população, por intermédio de distintos tipos de poder, voltados para o governo da vida, institucionalizando a mesma como produto de barganha para o poder. Tal poder é indispensável ao modelo capitalista, em todos os níveis

do corpo social – individual ou coletivo –, no qual o Estado, como instituição detentora do poder, garante a manutenção das relações de produção e controle sobre os corpos. Para Foucault, o controle que é exercido por meio da desvalorização das vidas, que fundamentam e sustentam o processo econômico, ocasiona segregação, hierarquização social e acumulação de capital, epidemias e fomes.

Em contrapartida, o desenvolvimento econômico e científico, bem como o aumento de conhecimentos a respeito da vida, a partir do século XVIII geraram o aumento da produtividade e de recursos, melhores condições de existência e saúde, o que se traduzia em um relativo domínio sobre a vida e o afastamento da morte, sendo assim, a morte repousa no campo do controle do saber e de intervenção do poder.

Nesse contexto, fala-se de biopolítica, terminologia empregada para caracterizar o que faz com que a vida e seus mecanismos sejam colocados em xeque, mediante estratégias políticas, fazendo do poder-saber um agente de transformação da vida.

Outra consequência do biopoder é a norma, por intermédio do sistema jurídico da lei. As normas possuem funções reguladoras, traduzem-se em códigos, que são formas de poder normatizador, nos quais são reivindicadas as necessidades fundamentais para a vida, através das afirmações de direitos.

A sexualidade traduz-se em uma das mais importantes manifestações de poder no século XIX, torna-se importante foco da disputa política e vem sendo examinada nos mínimos detalhes, avançando no sentido de técnicas disciplinares e procedimentos reguladores.

Sendo assim, constitui-se como objetivo do presente capítulo realizar uma nova leitura sobre o poder, voltado sobre a vida e a morte, segundo Michel Foucault, refletindo sobre os principais pontos elencados pelo autor.

## Breve contextualização sobre o poder

Em meados dos séculos XVII e XVIII surgem novas vertentes de poder, que se concentram nos corpos dos indivíduos. Foucault destaca o controle da soberania sobre os súditos, que não tinham direito sobre vida ou morte, sendo neutros no controle de suas vidas e estando à deriva do poder de “fazer morrer ou deixar viver”.

Segundo Foucault, a:

Velha pátria potesta que concedia ao pai de família romano o direito de “dispor” da vida de seus filhos e de seus escravos; podia retirar-lhes a vida, já que a tinha “dado”. O direito de vida e morte, como é formulado nos teóricos clássicos, é uma fórmula bem atenuada desse poder (FOUCAULT, 1999, p. 127).

No período da era clássica, contudo, o confisco da vida deixa de ser mecanismo de poder, cedendo espaço ao controle da vida em si como meta do exercício de poder, para, assim, determinar que a população pudesse obter defesa de sobrevivência. O contato direto e invasivo com a intervenção na conduta humana passa a ser a principal finalidade de poder. Para Castro, “o poder consiste, em termos gerais, em conduzir condutas e dispor de sua probabilidade, induzindo-as, afastando-as, facilitando-as, dificultando-as, limitando-as, impedindo-as” (CASTRO, 2009, p. 326).

De acordo com Thomas Hobbes *et al.* (2012, p. 75), o poder é “[...] qualquer qualidade que faz um homem ser amado ou temido por seus semelhantes, ou a reputação de tal qualidade [...]”. Se alcançar algum bem, por meio do poder, sendo tanto natural, como instrumental:

Poder natural é a eminência das faculdades do corpo ou da mente, tais como: força, aparência, prudência, habilidade, eloquência, liberalidade e nobreza extraordinárias. Instrumentais são os poderes adquiridos por meio dessas faculdades ou pela sorte, e servem como meios ou instrumentos para alcançar reputação, riquezas, amigos e os secretos desígnios de Deus, a que os homens chamam boa sorte. Por sua natureza, esse poder cresce à medida que avança [...] (HOBBS, 2012, p. 75).

Ao considerar o termo poder em linhas gerais, pode-se concebê-lo como: uma força ativa; uma autoridade, geralmente ligada ao Estado; uma força que delibera, age e manda ou; uma força dominante (FERREIRA, 2008).

Desta forma, ganha lugar a espada do soberano e a guerra em nome do Estado, consubstanciada num poder de morte quantitativo, plural e ampliado,

mas objetivando a sobrevivência de um povo a partir da execução de outra grande massa popular.

Neste caso, o suicídio seria também uma forma de emancipação e libertação dos súditos, porém, não em contrapartida ao soberano, mas utilizando-se como controle do Estado e da sociedade. Uma forma de resistência ao poder controlador através da eliminação do objeto de intervenção do poder e como moeda de troca: a própria vida.

Pontua Foucault (1999) que o suicídio era o meio que os súditos encontraram para retirar-lhes a própria vida, sendo o momento que teriam “direito” sobre ela, controlando a morte e tirando tal decisão das mãos do soberano. Assim sendo, menciona o velho direito de causar a morte e deixar viver, que até então é decidido pelo soberano; todavia, foi modificado e substituído pelo poder de causar a vida ou devolver à morte.

Dessa forma, o poder sobre a vida evolui a partir do século XVII em dois formatos diferentes, segundo Foucault (1999). O primeiro pólo refere-se ao corpo como máquina, sua domesticação e evolução de aptidões, adequando-se ao sistema de controle. O segundo polo, a partir do século XVIII, centrou-se no corpo e seus processos biológicos, como a longevidade e a saúde em seus diferentes níveis. Sendo assim, tais procedimentos culminaram no controle e regulação dos corpos, nomeado pelo autor de biopolítica.

No século XVIII, aparece uma nova forma de poder que reitera a anterior, mesmo não sendo disciplinar, pois a vida não está direcionada ao corpo do homem. Assim, não existe individualização em sua vida, onde esse poder, podendo ser denominado de nova tecnologia, perpassa pela análise dos corpos. Surge, então, um elemento novo, a população. Esta é entendida como contratempo em diversos segmentos e se transforma em problema de poder.

Assim, pode-se mencionar que o velho direito de causar a morte e deixar viver, que então é decidido pelo soberano, foi modificado, substituído pelo poder de causar a vida ou devolver à morte. A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida.

A partir do século XX, verificam-se mudanças no que concerne ao controle dos corpos, por intermédio de regras impostas à sociedade. A biopolítica

idealiza a regulação da sociedade como um todo, todavia, observam-se novas possibilidades que oportunizam uma normalidade.

## Reflexões sobre o poder, a morte e a vida na história

É possível verificar, perpassando a história da humanidade, em distintos povos e culturas, como o poder exercido sobre a morte e a vida tem se manifestado, por intermédio da regulação dos corpos e voltado para o governo da vida.

### Antiguidade clássica

Na antiguidade, período que se estende da aparição da escrita (de 4000 a. C. a 3500 a. C.) até a queda do Império Romano do Ocidente (476 d. C.), observa-se entre povos distintos questões relacionadas ao poder sobre a vida e a morte. Os líderes comumente detinham poderes políticos e religiosos, exercendo a decisão de “causar a morte ou deixar viver” (FOUCAULT, 1999, p. 128).

O poder soberano sobre a vida é expresso no código de Hamurabi, uma das leis mais antigas da humanidade. Hamurabi, rei da Babilônia (1792-1750 ou 1730-1685 a. C.), foi criador do império babilônico e conhecido como grande legislador na Mesopotâmia. O referido código defendia a vida e o direito de propriedade, e contemplava a honra, a dignidade, a família, possuindo dispositivos cruéis como “cortar a língua [...] arrancar os olhos e tirar os dentes”, até a morte (COSTA, 2005, p. 23).

Ainda na Mesopotâmia, entre inúmeros povos, houve o surgimento do povo Hebreu, que acreditava na figura de um deus único, Yahveh. Esse povo foi escravizado no Egito e conduzido por Moisés a Canaã, a “Terra Prometida” (HARRIS; ARCHER JR.; WALTKE, 1998). Nesse contexto, vale salientar que leis bíblicas de natureza civil serviram como inspiração para a legislação aplicada pelo Estado.

No Egito antigo, o faraó era considerado um deus vivo, ele tinha o poder sobre os vivos e sobre os mortos, sendo adorado por seus súditos; exercia o papel de administrador do império e também detentor do poder religioso. Os egípcios eram politeístas e acreditavam na vida após a morte. Dedicavam-se

a práticas rituais da mumificação, pois criam que suas almas voltariam para o corpo. Eram construídas pirâmides que serviam de túmulos para os faraós.

Na Grécia antiga, é possível observar a grande influência da mitologia e da religiosidade no que diz respeito às concepções de vida e morte. Todas as polis gregas, cidades-estados independentes, possuíam seus deuses. O poder da vida e da morte estava sujeito à vontade desses deuses e das classes sociais abastadas. “Os deuses são os *athánatoi*, os imortais; os homens, os *brótoi*, os perecíveis, fadados às doenças, à velhice e à morte” (VERNANT, 2006, p. 45).

O Império Romano, um dos maiores impérios já conhecidos, acumulou poder e conquistou povos e terras, por intermédio de inúmeras guerras. Nesse contexto, Foucault pontua que:

Pode, então, legitimamente, entrar em guerra e pedir a seus súditos que tomem parte na defesa do Estado; sem “se propor diretamente à sua morte” é-lhe lícito “expor-lhes a vida”: neste sentido, exerce sobre eles um direito “indireto” de vida e morte (FOUCAULT, 1999, p. 129).

Os povos conquistados eram escravizados e os territórios transformaram-se em fontes de recursos. Conforme destaca Foucault (1999, p. 129), o poder “concedia ao pai de família romano o direito de “dispor” da vida de seus filhos e de seus escravos” e, progressivamente, o poder centralizou-se na figura do imperador.

A religião politeísta foi a principal do Estado durante longo período de sua história, até quando o imperador Constantino instituiu o cristianismo como religião oficial do império. Antes da emergência do cristianismo, era comum a prática de rituais de origem pagã que ofereciam a transcendência da morte e um lugar seguro no além (SILVA; MENDES, 2006).

Na Índia existiam várias religiões reencarnacionistas, entre elas pode-se destacar o hinduísmo. Os hindus tinham o costume de incinerar os corpos, a fim de despojá-lo de sua identidade, personalidade e inserção social. Uma vez consumido pelo fogo, as cinzas eram lançadas ao vento ou nos rios. Através desse ritual, os hinduístas objetivavam a sua representação da morte, que consistia na passagem para outro plano da existência: o fundir-se com o absoluto, o acesso ao eterno, ao nirvana, ou seja, à paz originária (CAPUTO, 2008).



Prevaleciam ainda os sistemas de castas, que seria uma forma de provação do carma individual, desde os Brâmanes, a mais elevada casta, aos Dalits ou intocáveis, classe inferior. Esse sistema de castas na Índia é assentado em um modelo de organização da sociedade a partir da divisão de classes, sob a justificativa de preceitos religiosos. Esse sistema foi abolido em 1948 pelo governo indiano, mas ainda é motivo de luta entre os cidadãos do país.

Nesse contexto, Foucault (1999) salienta que laços consanguíneos efetivavam a manutenção do poder:

O sangue constituiu um elemento importante nos mecanismos do poder, em suas manifestações e rituais. Para uma sociedade onde predominam os sistemas de aliança, a forma política do soberano, a diferenciação em ordens e castas, o valor das linhagens, para uma sociedade em que a fome, as epidemias e as violências tornam a morte iminente, o sangue constitui um dos valores essenciais (FOUCAULT, 1999, p. 135).

Cabe ressaltar a visão de vida e morte dos orientais, que, em sua grande maioria acreditavam na vida após a morte e em religiões reencarnacionistas, onde a morte e a vida faziam parte de um ciclo natural de idas e vindas a diferentes corpos. Segundo Usarski (2007), o ato de morrer e renascer se tornava natural, a defesa e preservação da vida tanto para os budistas como para os hinduístas seria uma forma de bem viver, suportando seus carmas e progredindo espiritualmente.

## Idade Média

A Idade Média foi um período da História da Europa que durou do século V ao XV. Teve início com a queda do Império Romano do Ocidente e findou na transição para a Idade Moderna, com a queda de Constantinopla.

Richards (1993) faz inúmeras reflexões sobre como a sexualidade na Idade Média era vista, o que era aceito ou não como “normal”. O sexo foi visto como necessidade de procriação e seus abusos foram condenados. À Igreja coube o papel de especificar os atos sexuais, quando e com quem poderia ser

feito, ou seja, houve “a intervenção da Igreja na sexualidade” (FOUCAULT, 1999, p. 40).

Nesse período histórico, a Igreja Católica era a principal fonte de controle das mentalidades, ditava, através de suas concepções, a ideia de pecado, céu e inferno, paraíso e sofrimentos. Todos aqueles que não concordavam com a Igreja eram considerados hereges e condenados à fogueira dos tribunais do Santo Ofício. Toda prática que saísse do poder dos representantes da Igreja deveria ser reprimida.

Os muçulmanos dominaram por um longo período a “Terra Santa”; deste modo, para combatê-los, os cristãos anunciaram, no ano de 1095, as primeiras Cruzadas, onde morreram inúmeras pessoas. No período final da Baixa Idade Média ocorreram várias guerras, doenças e catástrofes naturais. A população foi dizimada por sucessivas carestias e pestes. Só a peste negra foi responsável pela morte de um terço da população europeia entre 1347 e 1350.

A morte e a vida eram preocupação constante em toda a Idade Média, muitos consideravam a peste negra um castigo divino. O humano e o sobrenatural se sobrepunham na mentalidade dos povos medievais, controlados pelo poder da Igreja.

## Da Idade Moderna aos dias atuais

Considerando as relações de poder e o saber em torno da morte, que se modificaram ao longo da história moderna, os estudiosos preocuparam-se em analisar a morte, no contexto histórico das sociedades, na perspectiva de como a vida e a morte se tornaram objeto de poder. Para Foucault, a partir da teoria clássica da soberania, um dos primordiais atributos era o direito de vida e morte, delegado ao soberano de um povo.

No contexto da História Moderna e Contemporânea, a morte sempre esteve presente na vida do indivíduo, nos gestos, símbolos, lugares, sempre repletos de valores e significados. Portanto, compreende-se que cada cultura cria a sua própria maneira de agir acerca da morte, criando seus próprios rituais, dogmas e crenças. O homem tem consciência da sua própria morte, na medida em que se percebe finito.

Na Idade Média, a vida do homem era centrada em Deus, ou seja, no teocentrismo; já nos séculos XV e XVI, o homem passava a ser o centro das

atenções, com o antropocentrismo. A razão e a natureza passavam a ser valorizadas com grande intensidade pelos renascentistas e, posteriormente, pelos iluministas.

No decorrer da Idade Moderna, durante os séculos XV ao XVIII, a morte era praticada através do suplício, era um espetáculo em praça pública mostrado aos súditos a fim de funcionar como elemento de coação, como ameaça. Frente a essa transformação, a sociedade desenvolveu uma nova sensibilidade em relação ao tempo e seu controle, transformando radicalmente a relação entre o homem e o mundo; a ciência, neste contexto histórico, adquiriu o *status* de grande esperança para o futuro, uma nova realidade religiosa e cultural, num cenário de reformas religiosas e contrarreforma.

Verifica-se, com efeito, que com a chegada do Iluminismo e o avanço da ciência e livre pensamento, o homem ocidental passou a repensar a forma de enxergar a morte. Esta, que antes era algo familiar e com rituais fúnebres que levavam dias para acontecer; passou a ser reprimido, pouco falado, pode-se afirmar que se transformou em um tabu dos dias modernos. Constantemente é negada a sua existência.

No contexto histórico das revoluções científicas, ocorridas a partir do século XVI, a razão e o intelecto foram primordiais na compreensão de diversos assuntos e acontecimentos da época, como a questão da morte. Com o declínio do pensamento religioso, a morte, que antes era vista de forma mais íntima, passou a ser cada vez mais vista como algo ruim. Com o crescimento da burguesia pós-revolução industrial, os conceitos de higiene e sanitarismo aumentaram, entrando no concerne da saúde pública. Morrer era sujo, contaminava. A morte tornava-se cada vez mais impessoal, sendo associada ao medo e à perda.

Considerando o Renascimento e posteriormente o Iluminismo, ocorreu uma dessacralização do corpo na sociedade e passou a ser objeto de estudo da ciência, constituído por duas substâncias: a pensante, de natureza espiritual, e a extensa, de natureza material, ou seja, o corpo. Assim, houve a associação com a ideia mecanicista do homem-máquina, ou melhor, corpo-objeto.

Por volta do século XVIII, estava presente a crença de que ser enterrado próximo aos túmulos dos santos ou de suas relíquias, perto do altar dos sacramentos, sob as pedras da nave ou no claustro do mosteiro (túmulo *ad sanctos*), garantia ao defunto uma intercessão especial dos santos e o direito assegurado da

salvação (MARANHÃO, 1998, p. 30). A salvação depois da morte dependia da proximidade com lugares, objetos e indivíduos que representavam esse aspecto.

Nesse contexto, temos no Brasil o surgimento das irmandades, que separavam dentro dos cemitérios os lugares de cada família, grupos sociais e religiosos, havendo uma grande segregação, que garantia um enterro com luxo para eternizar, na morte, o lugar de destaque que almejaram e alcançaram em vida. São práticas que ainda existem no Brasil.

Já para os mais pobres e desfavorecidos, o lugar da morte era consideravelmente diferente. Eles “[...] eram envoltos num sudário simples e, em seguida, literalmente despejados em fossas comuns, localizadas nas circunvizinhanças da igreja” (MARANHÃO, 1998, p. 31). Para a população pobre, nenhuma misericórdia, nenhuma procissão e nenhuma missa.

Atualmente, a morte faz parte do cotidiano; principalmente, a partir da Segunda Guerra Mundial, quando ocorreu um fortalecimento das noções de democracia na constituição das nações, houve uma crescente intervenção jurídica em todos os níveis de vida. A garantia da vida está nos direitos universais do homem, mas não a garantia de assistência relacionada à morte. Quando o indivíduo morre, seu velório é feito rapidamente, muitas vezes no próprio necrotério, como resultado do processo de urbanização dos centros industrializados e do sistema capitalista de produção, em que não se pode parar de produzir para se velar por horas um corpo. O ritual fúnebre deixou de ser por longos dias, para acontecer em algumas horas. As pessoas vivem em um ritmo acelerado, imposto pelo sistema de produção, não tendo tempo para velar seus entes queridos.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a sociedade atual se sente ameaçada pela sombra da morte; não mais pelas mãos do soberano, como no passado absolutista, mas, além da fronteira das relações de poder, presentes na sociedade. Ao assumir a finitude da vida, pode-se reavaliar o comportamento, escolhas e procedência diante de uma diferente hierarquização de valores que são impostos aos homens, desde o nascimento até a morte.

## O estado enquanto agente regulador

Segundo Platão (1970), um Estado nasce das necessidades dos homens, pois ninguém basta a si mesmo, todos possuem muitas necessidades que

demandam numerosas pessoas para supri-las, cada um vai recorrendo à ajuda alheia e, quando esses associados e auxiliares se reúnem todos numa só habitação, o conjunto dos habitantes recebe o nome de cidade ou Estado.

Marx importou-se, ao discutir Estado, com as vinculações entre o Estado e a sociedade. Ele compreende o Estado como uma expressão essencial das relações de produção específicas do capitalismo e “[...] mostra como o Estado é, em última instância, um órgão da classe dominante” (IANNI, 1992, p. 32).

Dessa forma, pode-se entender o Estado como um instrumento de dominação de uma classe sobre a outra. Inquestionavelmente, fortalecido este modelo de dominação de classe, também surgiu uma fragmentação da posição social do trabalhador (MARX, 1988).

Foi pela necessidade do homem de controlar o próprio homem e de estabelecer limites que surgiu o Estado. E este, agindo sempre de maneira repressora e reguladora sobre os quais estão submetidos ao seu poder. Diante desse poder de Estado, Burke relata que “na sociedade todos os homens têm direitos iguais; mas não a coisas iguais” (LOSURDO, 1998, p. 123). Assim, entende-se por Estado um conjunto de pessoas, em um determinado local, dirigidas por um poder soberano.

Foucault (2008), afamado pela definição de biopoder, relaciona esse conceito à prática dos estados e sua regulação para os que a ele estão sujeitos por meio de um “conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder” (FOUCAULT, 2008, p. 03).

Bertolini (2015) explica o biopoder como uma forma de governar a vida que opera em dois eixos: as disciplinas (atuam sobre o corpo dos indivíduos) e a biopolítica (age sobre o conjunto da população).

Conforme essa ótica, “vivemos num regime em que uma das finalidades da intervenção estatal é o cuidado do corpo, a saúde corporal, a relação entre as doenças e a saúde, etc.” (FOUCAULT, 2010, p. 171).

Outro efeito resultante do biopoder é a crescente atuação de normas vinculadas a um sistema de leis. Dessa forma, o poder utiliza mecanismos reguladores e corretivos como meios de controle e para garantia da ordem.

Segundo Foucault, esse biopoder foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos (FOUCAULT, 1977).

Diante dessa realidade, o estado é reconhecido, pelo citado acima, como uma instituição de poder, onde, assim, este atua como uma verdade a ser considerada. Logo, Foucault define a concepção de verdade como um “conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui aos verdadeiros efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 1979, p. 13).

Sendo assim, o poder pode ser entendido como uma aparência de dominação a uma verdade já pronta e estabelecida por um poder maior, no caso, o Estado. Desta maneira:

O poder funciona e se exerce em rede, nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (FOUCAULT, 1979, p. 183).

Esse poder, que é capaz, através de estratégias, de fazer e operar o que o Estado deseja, acaba levando o indivíduo à tomada de decisões, acarretando até mesmo a morte. Segundo Ramos, “o poder sobre o supliciado se dá através de marcas que o corpo exibirá para sempre, ou, o que se tornava mais comum, no ritual de níveis ascendentes de sofrimento, levando à morte” (RAMOS, 1987, p. 25).

Assim, conferimos ao Estado um biopoder classista, que nos mostra um poder cruel sobre as classes. O Estado mantém o seu poder através de práticas políticas e econômicas, que acaba por ter “técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações” (FOUCAULT, 1977, p. 131).

## O poder sobre a morte: suicídios e penas de morte

O Estado é responsável por garantir o direito à vida dos indivíduos que estão sob sua proteção, desde que as ações dos indivíduos não confrontem as ordens estabelecidas pelo próprio Estado. Sendo assim, Foucault cita, em seu trabalho, o suicídio e a pena de morte como um dos resultados do poder do Estado sobre as vidas.

Um modelo de acontecimento recente, que traz luz a essa questão é a morte do brasileiro Marco Archer Cardoso Moreira, 53 anos, que foi fuzilado na Indonésia no dia 18 de janeiro de 2015, após onze anos de prisão e vários adiamentos da sentença. Sua execução foi realizada após serem negados todos os pedidos de clemência feitos pelo governo brasileiro. A notícia correu o mundo com um recado claro: aquele que infringe a lei, ainda quita com a vida.

A mesma condenação ocorreu a outro brasileiro, também na Indonésia. Rodrigo Gularte, aos 42 anos, foi condenado à pena de morte por tráfico de drogas na Indonésia em 2004, depois de ter sido preso ao tentar entrar no país com cocaína. Este foi executado no dia 28 de abril de 2015, sendo mais uma vez a notícia da execução divulgada com seu recado intimidador.

As mortes dos brasileiros supracitados demonstram que, conforme Bertolini (2015):

Em algumas regiões do mundo, o suplício do século 18 ainda não foi abolido. A diferença é que atualmente o soberano não mata mais diante de pequeno grupo na praça; mata na frente do grande público, via meios de comunicação: o direito a morte, com a intenção de medo que lhe é inerente, cruza fronteiras e atinge a massa (BERTOLINI, 2015, p. 64).

Os exemplos citados trazem, então, a verdade estabelecida como regras, planejamentos, julgamentos, preconceitos, dentre outros. É mediante a esse poder que o suicídio também é salientado. Cassorla *et al.* (1994) observaram a relação da ocorrência de suicídio com situações de perda, frustração e sofrimento emocional.

De acordo com Werlang (2000), os atos autodestrutivos, como o suicídio, estão relacionados com uma impossibilidade do indivíduo de encontrar diferentes alternativas para seus conflitos, optando finalmente pela morte.

Para a discussão do suicídio, um retrato da história brasileira exemplifica esse tipo de ato. Sob o governo do presidente Fernando Collor de Mello, os cidadãos brasileiros ficaram sem dinheiro, mesmo que suas economias estivessem em uma aplicação financeira intocável e garantida por lei. As consequências para muitas famílias foram irreparáveis com mortes, suicídios e desemprego. Vê-se, segundo Foucault (1977, p. 130), “aparecer, nas fronteiras e nos interstícios do poder sobre a vida, o direito individual e privado de morrer”.

Para Netto (2007), o suicídio como atividade humana sempre está atrelado ao sistema social no qual se desenvolve seu processo. Sendo assim, esse ato é sempre determinado pelos meios nos quais o indivíduo está envolvido. Já Durkheim (2013) afirma que as sociedades têm sobre o suicídio uma influência moderadora, através de grupos sociais fortemente integrados.

Assim, verifica-se a força das instituições sobre a vida dos indivíduos e da sociedade, onde o biopoder exerce intervenções sobre as características vitais humanas.

## O dispositivo da sexualidade

Michel Foucault aborda a temática da sexualidade não somente considerando os discursos elaborados sobre o corpo e os comportamentos sexuais. Para ele, a sexualidade traduz-se numa das mais importantes manifestações de poder instituído na sociedade.

Nessa vertente, Mello *et al.* (2010), considerando o pensamento de Foucault, destacam que o controle disciplinar sobre a sexualidade não ocorreria exclusivamente por intermédio de mecanismos negativos do sexo, tais quais: repressões, proibições, censuras, negações. Este controle, ocorreria, na verdade, através da incitação do discurso sobre o sexo, o que promoveria uma produção de conhecimentos acerca da sexualidade.

Segundo Louro (1999), Foucault defende que a sexualidade é um dispositivo histórico, ou seja, que se constitui a partir de diferentes discursos acerca do sexo, criando discursos que regulam, normalizam, instauram saberes e produzem “verdades” sexuais. “A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico” (FOUCAULT, 1999, p. 99).



Sendo assim, o sexo é um mecanismo de acesso tanto à vida do corpo quanto à vida da espécie, ou seja, ele oferece um meio de regulação tanto dos corpos individuais quanto do comportamento da população. Tornou-se temática de operações políticas e intervenções econômicas, por intermédio de incitações e impedimentos à procriação e campanhas ideológicas de moralização e responsabilização (FOUCAULT, 1999).

É destacada a importância sob quais políticas o sexo avançou, enquanto técnicas disciplinares e procedimentos reguladores. As primeiras se alicerçam em exigências de regulação da decência e da saúde para angariar efeitos de disciplina, como a sexualização de crianças e a sexualidade precoce, exposta como ameaça epidêmica e a histerização das mulheres, que ocasionou uma medicalização dos seus corpos (FOUCAULT, 1999).

Por meio das políticas de controle de natalidade e à psiquiatrização das perversões que praticavam intervenções de natureza reguladora, o sexo torna-se alvo central do poder que se organiza em torno da organização da vida, logo, os “mecanismos de poder que pretendiam controlar e gerir o cotidiano da sexualidade” dirigiam-se ao corpo e à vida (FOUCAULT, 1999, p. 140).

## Racismo

O controle coercitivo em relação ao sexo determinava casamentos e fecundidades desejadas, sendo o poder mantido pelos prestígios relacionados ao sangue. Na segunda metade do século XIX, surge a preocupação de proteger a pureza do sangue e, através do triunfo de uma raça, manifestava-se o racismo. A exaltação do mito de sangue superior provocou um dos maiores genocídios da história, o nazismo. Nesse sentido, Branco (2004, p. 131) pontua que “ao ver de Foucault o racismo é a partícula central do modo de ser da sociedade e do poder político na atualidade, em particular no ocidente”.

O racismo, então, se revela na política estatal, sob a forma de preocupação aparentemente biológica ou médica num conjunto de intervenções “em função da preocupação mítica de proteger a pureza do sangue e fazer triunfar a raça” (FOUCAULT, 1999, p. 139).

## A psicanálise

No final do século XIX, ocorre o surgimento da psicanálise. A ideia de sexualidade é de grande importância para a teoria psicanalítica, sendo um de seus alicerces. Seu fundador, Sigmund Freud, efetuou uma ruptura teórica, transformando a visão sobre a sexualidade e sua história, estendendo a noção de sexualidade a um dispositivo psíquico, para além de fundamentos biológicos e anatômicos (ROUDINESCO, 1998, p. 704).

Foucault destacou que o grande escândalo provocado pela psicanálise não foi devido apenas a falar sobre sexo, mas falar de sexo de forma lógica, a partir de um aparato conceitual consistente (JORGE, 2007). A psicanálise suspeitou que mecanismos de poder almejassem controlar e gerir o cotidiano da sexualidade. Sobre a temática, Weeks (1999) salienta que:

O estudo de Foucault sobre o dispositivo sexual está intimamente relacionado com a análise que ele faz do desenvolvimento daquilo que ele vê como a “sociedade disciplinar”, que é característica das formas modernas de regulação social — uma sociedade de vigilância e controle (WEEKS, 1999, p. 35).

Na socialização das condutas de procriação, o sexo é descrito como estando preso à lei, porém, o prazer ainda consegue se manifestar. O poder tenta sujeitar a ideia do sexo, todavia, por meio deste, se tem acesso à totalidade do corpo e à identidade. A história da sexualidade possui a tarefa de compreender a sexualidade, que se encontra presente em praticamente tudo, como em discursos, hábitos e instituições (FOUCAULT, 1999). Na contemporaneidade, a sexualidade, longe de ser reprimida, está sendo suscitada. Foucault provavelmente diria que, contemporaneamente, emergem diversos discursos sobre o sexo e que as sociedades continuam produzindo um “saber sobre o prazer”, ao mesmo tempo em que experimentam o “prazer de saber” (LOURO, 2001).

## Considerações finais

Por intermédio do presente capítulo, realizam-se reflexões acerca do poder praticado no decorrer da história e sua influência sobre a vida. São destacados,

por Michel Foucault, os mecanismos de poder que se manifestam sobre a morte e a vida. Verifica-se que o poder sobre a morte é representado pelo poder do soberano, o qual exerce um direito indireto de causar a morte ou permitir a sobrevivência. Já o poder sobre a vida, manifesta-se na forma da regulação da população e o governo sobre a vida, sendo destacado o poder do Estado como agente regulador e a sexualidade vista como um importante mecanismo disciplinar.

## Referências

- BERTOLINI, Jeferson. Direito de morte e dever de vida: a mídia como canal de tecnologias políticas. **Em Tese**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 64-79, jul. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2015v12n1p64>. Acesso em: 17 mai. 2018.
- BRANCO, Guilherme Castelo. O racismo no presente histórico: análise de Michel de Foucault. **Kalagatos: Revista de Filosofia**, v. 1, n. 1, p. 129-144, 2004. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5755345.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2018.
- CASSORLA, Roosevelt *et al.* Autodestruição humana. **Cadernos de Saúde Pública**, p.61-73, 1994. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102311X1994000500005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X1994000500005). Acesso em: 17 mai. 2018.
- CAPUTO, Rodrigo Feliciano. O homem e suas representações sobre a morte e o morrer: um percurso histórico. **Rev Saber Acad**, v. 6, p. 73-80, 2008. Disponível em: [https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/51956525/Historia\\_do\\_luto.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1527374170&Signature=INF9ftOC9LKgbVxSrvyvcMZVczM%3D&responsecontentdisposition=inline%3B%20filename%3DO\\_HOMEM\\_E\\_SUAS\\_REPRESENTACOES\\_SOBRE\\_A\\_MO.pdf](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/51956525/Historia_do_luto.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1527374170&Signature=INF9ftOC9LKgbVxSrvyvcMZVczM%3D&responsecontentdisposition=inline%3B%20filename%3DO_HOMEM_E_SUAS_REPRESENTACOES_SOBRE_A_MO.pdf). Acesso em: 19 mai. 2018.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- COSTA, Álvaro Mayrink da. **Criminologia**: v. I. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- DURKHEIM, Emile, **O Suicídio e a Anomia**. In: CRUZ, M. Braga, Teorias Sociológicas: os fundadores e os clássicos (Antologia de Textos), Lisboa, Ed. Fundação Calouste Gulbenlian, 7. ed. 2013.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio**: o minidicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- \_\_\_\_\_. Crise da medicina ou crise da antimedicina. Verve. **Revista semestral autogestionária do Nu-Sol**. n. 18, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Em Defesa da Sociedade**, São Paulo: Martins Fontes, 2002.

- \_\_\_\_\_. **História da Sexualidade**. A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Coletânea de artigos. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HARRIS, Robert Laird; ARCHER JR, Gleason Leonard; WALTKE, Bruce. **Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 1998.
- HOBBS, Thomas; MONTEIRO, João Paulo; DA SILVA, Maria Beatriz Nizza. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Martin Claret, 2012.
- IANNI, Octavio (Org.). **Marx**: sociologia. São Paulo: Ática, 1992.
- JORGE, Marco Antonio Coutinho. **A teoria freudiana da sexualidade 100 anos depois (1905-2005)**. Psyche, São Paulo, v. 11, n. 20, p. 29-46, jun. 2007. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-11382007000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382007000100003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 03 mai. 2018.
- LOSURDO, Domenico. **Hegel, Marx e a tradição liberal**. São Paulo: UNESP, 1998.
- LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- \_\_\_\_\_. Teoria queer- uma política pós-identitária para a educação. **Estudos feministas**, v. 9, n. 2, p. 541, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2018.
- MARANHÃO, José Luiz de Souza. **O que é Morte**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- MARX, Karl. **O capital**. V. I, Tomo II. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1988.
- PLATÃO. **A República**. Livro II. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1970.
- NETTO, Nilson Berenchein. **Suicídio: uma análise psicossocial a partir do materialismo histórico dialético**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2007. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17213>. Acesso em: 17 mai. 2018.
- RAMOS, Cristina Maria Cordeiro. **A questão do poder**: A visão de Michael Foucault e uma análise aplicada na escola. Dissertação de Mestrado em Educação. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1987. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9034/000068128.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 mai. 2018.
- ROUDINESCO, Elisabeth. **Dicionário de psicanálise**. Zahar, 1998.
- SILVA, Andrey Ferreira da. **As práticas humanas relacionadas a morte em uma perspectiva histórica e suas mudanças com o advento da tanatopraxia em natal no final do século XX**. Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel e Licenciatura em História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2008. Disponível em: <http://www.edufrn.ufrn.br/bitstream/123456789/541/1/AS%20PR%C3%81TICAS%20HUMANAS%20RELACIONADAS%20A%20MORTE%20EM%20UMA%20PERSPECTIVA%20HIST%C3%93RICA%20E%20SUAS%20MUDAN%C3%87AS%20COM%20O%20ADVENTO%20DA%20TANATOPRAXIA%20EM%20NATAL%20NO%20FINAL%20DO%20S%C3%89CULO%20XX.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2018.
- SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco. **Repensando o Império Romano**: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

- SOUSA, Rogério. O regresso à origem: o tema da viagem na iconografia funerária egípcia da XXI dinastia. **CEM: Cultura, Espaço & Memória**, n. 1, 2010, p. 157-175, 2013. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/56036/2/rogeriosousaregresso000128025.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2018.
- USARSKI, Frank. Tradução de Carlos Roberto Sendas Ribeiro. Perry Schmidt-Leukel: Facetas da relação entre Budismo e Hinduísmo. **Revista de Estudos da Religião**. p. 149-156, 2007. Disponível em: [http://www.pucsp.br/rever/rv3\\_2007/f\\_usarski2.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rv3_2007/f_usarski2.pdf). Acesso em: 19 mai. 2018.
- VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e religião na Grécia antiga**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006.
- WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- WERLANG, Blanca Susana Guevara. **Proposta de uma entrevista semi – estruturada para a Autópsia Psicológica em casos de suicídio**. Tese de Doutorado da faculdade de Psicologia da Universidade de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2000. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/311440>. Acesso em: 19 mai. 2018.

# 3

## Educação e saúde: um breve histórico da saúde brasileira e a subordinação dos corpos em uma relação de poder

Ray Roberto Andrade Nascimento  
Juliana Cardoso de Souza  
Fernanda Rangel de Azevedo de Paula  
Lívia Vasconcelos de Andrade  
Alonso Castro Colares Junior

### Considerações iniciais

A saúde é um conceito que tem sido modificado diversas vezes durante a história humana. A sua primeira concepção foi vista como a ausência de espírito maligno e persistiu até os primeiros achados biológicos de Hipócrates e as contribuições de Galeno. Na Idade Média, houve poucos avanços científicos e fez-se necessário voltar a ter uma visão de saúde como algo divino, espiritual. Foi somente durante a Renascença que os estudos com o corpo humano voltaram a ser feitos, e, em consequência das novas descobertas, surgiu o conceito predominante da saúde como sendo a ausência de doença. O modelo biomédico, responsável por tal conceito, foi incapaz de explicar algumas doenças que não eram de ordem biológica, o que abriu espaço para contribuições da psicologia. Assim, a partir de novas perspectivas, a saúde logrou um conceito mais amplo, como completo bem-estar físico, psicológico e social, apesar de haver teóricos que discordem dessa visão.

No Brasil colônia, a saúde se afirmava através do curandeirismo, onde eram utilizados chás, ervas, plantas, rezas, feitiços, entre outros meios medicinais como forma de cura para as doenças. Com a chegada da Família Real, cria-se a primeira estrutura básica de saúde e as endemias e epidemias começaram a fazer parte da história da saúde no Brasil. Passado o período colonial, o ideal republicano traz um país novo a ser constituído, deixando para trás o passado arcaico. Combater as doenças não era apenas um objetivo humanitário, mas uma questão de sobrevivência econômica para o país.

Já no início do século XX, Oswaldo Cruz, considerado por muitos como o “fundador da ciência brasileira”, cria as chamadas campanhas de saúde, como a da vacinação obrigatória, instituindo de modo autoritário ações de saúde às quais a população precisava se adequar. Instituiu também o código sanitário, que tinha como finalidade fazer uma desinfecção domiciliar.

Na década de 1920, surgem as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPS) oferecidas por algumas empresas para dispor de algum tipo de saúde para os trabalhadores. Teve início, também, o que se chamou de “Cidadania Regulada”, em que só teriam direito à saúde apenas os trabalhadores que fossem produtivos.

A união das CAPS de uma mesma categoria deu início aos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS), organizando em categorias de trabalho os grupos de trabalhadores, estando presente ainda o modelo de “Cidadania Regulada”.

Na década de 50, houve a criação de hospitais mais modernos, oferecendo mais tecnologias e a utilização de novas drogas, como a quimioterapia e os psicotrópicos. Na década de 60, com a Ditadura Militar, os IAPS acabam cedendo lugar ao Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), causando a insatisfação de muitos trabalhadores, pois, acabaram perdendo a voz e a participação nas decisões relacionadas à saúde. Por volta de meados dos anos 70, o movimento da Reforma Sanitária foi apoiado por algumas instituições, como a FIOCRUZ e a USP, por exemplo, por conta da insatisfação com a política sanitária do Brasil. Essa reforma trouxe como princípios a universalidade, controle social, integralidade e a regionalização.

No final dos anos 80, foi instituída a Constituição da República Federativa do Brasil, a qual reconhece que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, e propõe a oferta e integralização das ações e serviços de saúde por meio de um sistema único, que é estabelecido pela Lei nº 8.080 no ano de 1990. Esta lei preconiza que a saúde é expressa pela organização social e econômica do país, tendo como determinantes e condicionantes a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o

meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais (BRASIL, 1990). Dessa forma, o Sistema Único de Saúde (SUS), desde a sua implantação tenta cumprir seu papel, cuja eficácia ainda se encontra muito distante da realidade brasileira.

O tema saúde há muito vem sendo estudado e há vários postulados e formas de conceituar a saúde, em conformidade com diversos momentos vividos pela sociedade mundial. Inicialmente, a saúde era tratada como a ausência de doenças, mas esta formulação era mecanicista e enfatizava os aspectos biológicos e individuais, fragmentando o corpo em sistemas, órgãos, tecidos e células, direcionando o estudo fracionado e especializado e com foco na doença e acarretando a negligência de estudos na área da saúde.

A partir da criação da OMS (Organização Mundial de Saúde), o conceito de saúde se ampliou e se tornou mais subjetivo, uma vez que propunha um estado de bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade. Esta enunciação, apesar de seu carácter subjetivo, trazia consigo uma ideia de inatingibilidade, dificultando a proposição de metas pelos serviços de saúde.

Somente a partir da introdução dos determinantes sociais é que foi possível conceituar saúde de forma a considerar as condições patológicas, mas principalmente a relação do homem com o meio e as condições em que vive. Dessa forma, foram considerados desde os aspectos individuais até os aspectos ampliados, ou seja, de cunho geral da sociedade.

Ao falar sobre a subordinação dos corpos em uma relação de poder, torna-se impossível não mencionar Michel Foucault. De forma muito clara, ele ilustra formas pelas quais o indivíduo está submetido a um controle. O autor denomina esse controle de biopoder, prática em que os Estados modernos controlam a população, numa tentativa de educar o sujeito para o que seria ou não desejável. Assim, dita o que é normal e anormal, e as recomendações feitas por essa máquina de controle são para que a margem da normalidade seja alcançada.

## Desenvolvimento histórico sobre o que é saúde

O conceito saúde passou por inúmeras alterações no decorrer dos séculos. Para que seja possível compreender as definições, faz-se necessário levar em



consideração a época em que as pessoas viviam, o que era considerado doença para a população e seus métodos terapêuticos interventivos para a busca do que era denominado como saúde (CAMPOS, 2003).

De acordo com Straub (2014), no período pré-histórico entendia-se doença como a presença de espíritos bons ou maus, e, para livrar-se da enfermidade, o xamã, o curandeiro, influenciava esses espíritos, através de rituais. Além do uso dos rituais para a expulsão dos espíritos malignos geradores de enfermidade, pesquisadores identificaram o uso da trepanação, antiga intervenção médica pela qual se fazia furos no crânio humano para permitir que os espíritos malignos saíssem. Ferimentos externos, cortes ou quebra de ossos eram tratados através de ervas medicinais e barro.

Ainda segundo o autor citado acima, o mesmo aponta que no antigo Egito a doença era vista como uma possessão de demônios, além da visão de que os seus deuses podiam estar punindo aquele enfermo. Nessa época, também surgiram métodos primitivos cirúrgicos, os quais visavam repelir a invasão de vermes que infestavam o corpo. A saúde não somente foi vista como a ausência de espíritos malignos que penetram o corpo, mas também de punição divina e ausência de parasitas. Atos de higiene foram identificados nessa região e época.

Pode-se dizer que a visão espiritual de saúde dominou por muito tempo, porém, foi na Grécia antiga, onde o conhecido pai da Medicina, Hipócrates de Cós, postulou uma visão biológica de saúde. Hipócrates, nessa época que a doença era um fenômeno natural e que suas causas, prevenção e tratamento poderiam ser conhecidos através de estudos, desenvolveu a primeira explicação racional para o adoecimento, a qual chamou de teoria humoral, que depois foi expandida por Galeno. Essa teoria dizia que para um corpo e uma mente estarem saudáveis, ou seja, para se ter saúde, fazia-se necessário o equilíbrio de quatro fluidos corporais, os quais chamou de humores (SCLIAR, 2007).

Com a queda do Império Romano, as portas para a Idade Média se abriam. Nesse momento histórico, não houve muitos avanços acerca de explicações sobre a saúde. As práticas de pesquisa sobre o corpo foram proibidas. A doença durante a Idade Média era explicada pela punição divina de Deus, por algum mal realizado. A cura era realizada através da fé do indivíduo; em algumas situações, ele era queimado na fogueira, afogado, entre outros métodos (STRAUB, 2014).

No final do século XV, surgiu uma nova era, a Renascença. Houve, então, o ressurgimento da investigação científica. Estudos sobre a anatomia humana

retornaram e através desses foi possível provar que algumas teorias de Galeno e outros médicos estavam erradas. Um estudioso chamado Andreas Vesalius publicou vários volumes sobre os seus achados acerca da anatomia humana, e abriu as portas para a nova medicina científica, fundamentada na anatomia (KICKHÖFEL, 2003).

Um dos mais influentes pensadores da Renascença foi René Descartes. Descartes propôs o conceito do corpo humano como uma máquina. Ele também contribuiu para a modificação drástica do conceito de saúde, pelo seu ponto de vista chamado de dualismo mente-corpo, ou cartesiano, em que ele postula que mente e corpo são entidades separadas que não interagem, ou seja, o espírito/alma é uma entidade separada do corpo biológico. Descartes e outros pensadores abriram o caminho para um novo desenvolvimento de pesquisas médicas baseadas em evidências e de pensamento racional. Essas novas pesquisas buscam explicar a saúde a partir das causas biológicas da doença (MENDONÇA; CAMARGO JR., 2016).

Após a Renascença, avanços tecnológicos contribuíram para o desenvolvimento de novas teorias acerca do conceito de saúde e doença. É possível, primeiramente, destacar a teoria anatômica, que substituiu a antiga teoria humoral de Hipócrates. A teoria anatômica diz que certas doenças são encontradas nos órgãos internos, na musculatura e no sistema esquelético do corpo humano. Com a criação do microscópio, foi possível observar células sanguíneas e a estrutura básica dos músculos. Em decorrência dessa invenção, foi desenvolvida a teoria celular, a qual diz que a doença é o resultado de anormalidades nas células do corpo. Uma outra teoria, desenvolvida pelo cientista francês Louis Pasteur, foi a teoria dos germes, a qual defende que a doença é causada por vírus, bactérias e outros micro-organismos que invadem as células do corpo (HEGENBERG, 1998).

Essas teorias desenvolvidas após a Renascença propiciaram o surgimento, no século XX, do modelo biomédico, o qual sustenta que a doença sempre tem causas biológicas. Dessa forma, a saúde pode ser definida como a ausência de doenças. Esse paradigma, porém, foi incapaz de explicar transtornos que não apresentavam uma causa física observável, como aqueles descobertos por Sigmund Freud. Esses transtornos eram problemas causados por conflitos emocionais inconscientes, projetados em forma física. Tais condições eram denominadas de transtornos conversivos, e a comunidade médica acabou aceitando essa nova categoria de doença (STRAUB, 2014).

No século XX, a psicologia ganhou uma nova definição, por meio do estudo científico do comportamento observável e que enfatizava o papel da aprendizagem na aquisição da maior parte dos comportamentos humanos. Em consequência a essa nova interpretação, surgiu a medicina comportamental, cujo objetivo é agrupar as ciências comportamentais e biomédicas para promover a saúde e tratar doenças. A compreensão de doença como algo multifatorial, ou seja, como algo biopsicossocial, defende que muitas doenças são causadas pela interação de fatores hospedeiros, ambientais, comportamentais, sociais e psicológicos (ALVES *et al.*, 2017).

O modelo biopsicossocial reconhece que os mecanismos biológicos, os processos psicológicos e as influências socioculturais interagem para determinar a saúde e a vulnerabilidade à doença. É possível perceber que essa concepção está de acordo com a definição atual que a Organização Mundial de Saúde (OMS) propôs para a saúde: “o estado de completo bem-estar físico, mental e social”. É possível verificar que tal descrição, controversa, configura-se ampla e vaga. Para autores como Segre e Ferraz (1997), a atual definição sobre saúde implica uma ideia de um estado perfeito e completo, o qual é irrealista e inacessível.

## A saúde no Brasil e as políticas de saúde ao longo da história

O conceito de saúde reflete a conjuntura social, econômica, política e cultural. Ao pensar no modelo de saúde do Brasil, deve-se retomar a época dos indígenas antes da colonização, que viviam de forma sadia, utilizando substratos da natureza, controlando a saúde de modo natural, com hábitos de vida ativa e cuidados com a alimentação. Quando eram acometidos por algum tipo de doença, buscavam auxílio do pajé. Dentro da concepção mágico-religiosa de enfermidade, cabia a ele exorcizar os maus espíritos, o que era feito mediante um procedimento ritualístico. Plantas e substâncias diversas eram também usadas no tratamento (SCLIAR, 2002).

Com a chegada dos primeiros colonizadores, a intenção dos portugueses era de catequisar os índios, e isso incluía descentralizar a cultura dos mesmos, retirando o poder do pajé. De acordo com Scliar (2002), junto com as expedições colonizadoras vieram os físicos (como eram conhecidos os médicos da época). Eles, contudo, não faziam certas práticas, como a lavagem intestinal e a sangria, por exigir procedimentos manuais considerados inferiores.

O Brasil foi, desde então, um país muito doente, visto que as grandes navegações eram os principais disseminadores de doenças e infecções. Com a chegada da Família Real, foram realizados os primeiros esforços governamentais de intervenção na saúde. Nesse período, a medicina foi regulamentada, houve a criação das primeiras escolas de medicina, havendo normatização e fiscalização da prática médica. As endemias e epidemias foram o grande problema de saúde no Brasil, causando altos índices de mortalidade.

O fim da escravidão é um marco, juntamente com a vinda de mais imigrantes europeus para suprir as necessidades de mão-de-obra nas lavouras de café. As péssimas condições de saneamento provocavam ainda mais o aumento das epidemias no Brasil. Diante desse quadro, tornava-se necessária uma fiscalização com ações governamentais com base científica. No final do século XIX, desenvolveu-se a Revolução Pasteuriana, com descoberta dos agentes causadores das doenças. Assim, houve mais esforços e investimento no controle sanitário através de órgãos (como a Diretoria Geral de Saúde Pública), que fiscalizavam e intervinham basicamente na “saúde dos portos” e no saneamento da cidade do Rio de Janeiro.

Novos moldes e ações na área da saúde pública surgem no início do século XX, sob a coordenação de Oswaldo Cruz, que assumiu a Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP). O código sanitário implantado por ele recebeu inúmeras críticas, sendo conhecido como “código de torturas”. Como apresenta Baptista (2007), as críticas ocorreram pela rigidez das ações propostas, com a submissão dos doentes à quarentena. Caso os doentes não pudessem pagar pelo tratamento, eram enviados para os hospitais gerais ou isolados do convívio social, sem nenhum tratamento específico.

Segundo Baptista (2007), na década de 1920 a população revoltou-se, pressionando o Estado por ações mais efetivas em atenção à saúde. Por esse motivo, foram criadas e regulamentadas as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPS), sendo o primeiro modelo de seguro social, com a tentativa de oferecer assistência médica para a população. As CAPS eram utilizadas apenas por algumas empresas, geralmente as de grande porte, sendo uma espécie de seguro social. O governo, por sua vez, não contribuía financeiramente e nem tinha responsabilidades com as CAPS. Nessa época, iniciou-se o modelo de “Cidadania Regulada”, sendo oferecida saúde previdenciária para trabalhadores contribuintes, ou seja, possuíam direito à assistência à saúde apenas aqueles que fossem produtivos ao sistema econômico.

Com a união das CAPS de uma mesma categoria, são criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS) e o modelo de cidadania regulada persiste até então. Baptista (2007) aponta que, a partir da década de 30, o Estado assume o “papel de regulador da economia”, participando na administração, controle e financiamento dos IAPS.

Nos anos 50, surgem os grandes hospitais, com novas tecnologias e assistências cada vez mais especializadas, desenvolvidas no pós-guerra. Houve o surgimento, também, de novas drogas, como a quimioterapia e psicotrópicos, gerando grande evolução na medicina e na expectativa de vida da população. Nessa época, o campo da saúde passa a ter a “noção de saúde como bem estar”, tendo como objetivo manter o bem-estar da população, garantindo a produção econômica (BAPTISTA, 2007).

Nos anos 1960, época da Ditadura Militar, os IAPS são fundidos, criando-se o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), que permitiu uma uniformização dos benefícios prestados, mas gerou insatisfação nos contribuintes. Com a fusão, houve, também, a centralização do poder no Estado e os trabalhadores foram afastados das decisões a serem tomadas, fortalecendo a tecnocracia. Nesse período, o governo investiu principalmente no setor privado.

Baptista (2007) destaca ainda que, em meados dos anos 1970, o movimento sanitário começa a ganhar força nos grandes centros universitários do país. O movimento sanitário surge, tendo como base de apoio instituições acadêmicas como a USP, UNICAMP, FIOCRUZ (ENSP), UERJ (IMS), entre outras, tendo como lema: saúde é democracia. Em 1986, com a VIII Conferência Nacional de Saúde, que reuniu profissionais da área, bem como usuários e gestores da saúde pública, surgiu o primeiro documento que serviria de base para o Sistema Único de Saúde (SUS). Quatro proposições centrais foram apresentados por esse documento: universalidade, integralidade, regionalização e controle social.

No final da década de 80, mais precisamente em 1988, é instituída a Constituição da República Federativa do Brasil, que, no artigo 196, estabelece que saúde é direito de todos e dever do Estado. Sendo a saúde um direito de todos e dever do Estado, a sua garantia dever ser propiciada por políticas sociais e econômicas, que reduzam o risco de doenças e promovam acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde (BRASIL, 2011).

Nesse cenário, o SUS foi formulado para garantir um modelo de saúde que atenderia às demandas da população, direcionado para o bem-estar social, principalmente em relação à saúde coletiva, garantindo, portanto, os direitos dos cidadãos brasileiros. Em 1990, o SUS é regulamentado pela Lei nº 8.080 e, no artigo 3º, propõe que os níveis de saúde de um país estão diretamente vinculados à organização social e econômica e podem ser expressos por determinantes e condicionantes (BRASIL, 1990). No artigo 4º, a referida Lei trata da constituição do SUS e o define como o “conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público” (BRASIL, 1990).

O SUS tem como princípios as diretrizes previstas na Constituição Federal, e dentre eles pode-se citar: o princípio da universalidade, o qual garante acesso a todos os serviços de saúde em todos os níveis de assistência; o princípio da igualdade, garantindo assistência à saúde a todos os cidadãos de forma igualitária; o princípio da descentralização político-administrativa e o princípio do direito à informação sobre sua saúde a todos que são assistidos pelo sistema, dentre outros. Acrescenta-se que a iniciativa privada poderá participar de forma complementar do SUS.

Por meio de seus princípios, o SUS pretende “promover a justiça social e superar desigualdades na assistência à saúde da população, tornando obrigatório e gratuito o atendimento a todos os indivíduos” (TEIXEIRA, 2003, p. 24). Antes do SUS, o sistema público de saúde só atendia aos que contribuíam para a Previdência Social, de forma que as pessoas que não fossem participantes desse sistema ficariam dependentes de caridade e de filantropia. Desde sua implantação até os dias atuais, o SUS passa por atualizações referentes à sua implementação, mas ainda está distante de ser um sistema, de fato, eficaz, visto que sofre a influência direta de diversos problemas políticos, financeiros e sociais que ainda são enfrentados pelo Brasil (BRASIL, 2011).

## Conceitos de saúde

Segundo Nobre (2016), diante das transformações ocorridas na metade do século XVIII, devido ao processo de industrialização, que proporcionou mudanças sociais, a noção de saúde e de doença foi diretamente afetada, ocasionando, portanto, uma reformulação nos conceitos.

Segundo Foucault (1982, *apud* Batistella, 2007, p. 52), a medicina científica moderna surge a partir do desenvolvimento capitalista instaurado e sustentado pelo processo de industrialização, estabelecendo transformações sociais profundas no plano da sociedade e ainda gerando uma nova noção de Estado e de intervenção social. A doença, até então, era vista como um elemento da natureza, tanto que sua classificação era baseada em sintomas, caracterizando a medicina das espécies. Esse modelo, todavia, não obteve êxito, uma vez que não explicava as epidemias, muito comuns nas cidades modernas que se formavam. Com o estabelecimento da clínica moderna, o hospital deixou de ser um lugar de exclusão dos doentes e miseráveis da sociedade, passando a ser um local que proporcionava a cura das doenças. Como consequência, o poder religioso foi substituído pelo poder do médico, com a introdução do acompanhamento estatístico das doenças e a transformação do hospital em um local de produção de conhecimento e de ensino.

As pesquisas sobre doença ganham força com o avanço do estudo sobre a anatomia, cujo foco é o corpo humano, possibilitando o entendimento da doença como uma lesão anatomopatológica, ou seja, evidenciada a partir da existência de um desvio anatômico e/ou fisiológico. O corpo é fragmentado (sistemas, órgãos, tecidos, células) e a busca pelo conhecimento sobre ele se dá de forma especializada e ainda com o foco na doença (BATISTELLA, 2007).

A antropologia distingue os conceitos de patologia e enfermidade. Assim, enfermidade é entendida como sendo “o que o paciente sente quando vai ao médico”, já a doença seria “o que o paciente tem ao voltar para casa do consultório médico”. Dessa forma, a doença é associada ao problema que, de fato, um órgão possui, enquanto a enfermidade relaciona-se ao que um indivíduo tem como resposta subjetiva ao fato de não estar bem (CASSEL, 1978, *apud* HELMAN, 2009).

Conforme a visão de Canguilhem (2006, *apud* BATISTELLA, 2007), “a saúde implica poder adoecer e sair do estado patológico”, sendo possível enfrentar novas situações que são consideradas como infidelidades do meio.

Este autor ainda afirma que “a clínica coloca o médico em contato com indivíduos completos e concretos, e não com seus órgãos ou funções”. Essa afirmação caracteriza uma crítica à concepção biomédica mecanicista e objetiva em relação à saúde, que exclui a subjetividade que é inata ao ser humano, uma vez que o médico depende diretamente da percepção do indivíduo

portador da saúde/doença como forma de externalizar os sintomas, corroborando a inacessibilidade do corpo ao médico.

Após a Segunda Guerra Mundial, ocorreu a criação da OMS (Organização Mundial da Saúde), subordinada à ONU (Organização das Nações Unidas), que definiu saúde como “um completo estado de bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”. Esse conceito propõe uma visão positiva da saúde, contudo, mostra-se inviável, uma vez que delimita a saúde como “estado completo”, sendo este direcionado para uma permanente condição e situação de bem-estar. Esse intento contrapõe-se à realidade, já que os indivíduos não estão constantemente nesse estado, além de tratar o “bem-estar” de forma abstrata, dificultando, portanto, seu alcance.

Ainda que deficiente, é importante ressaltar que esse conceito trata a saúde com a subjetividade que lhe compete, contudo, sua “adoção pode servir para justificar práticas arbitrárias de controle e exclusão de tudo aquilo que for considerado indesejável ou perigoso”, podendo o discurso médico ser transformado em um discurso jurídico (CAPONI, 1997, *apud* BATISTELLA, 2007).

De acordo com Foucault (1982, *apud* BATISTELLA, 2007), a partir do surgimento do Estado Moderno, concebido pelas novas relações de produção capitalista, a saúde passa a ser considerada uma fonte de poder e riqueza, essencial para o fortalecimento de uma nação. Dá-se início, portanto, a um novo viés da medicina, “introduzindo o controle dos corpos através da normatização dos espaços, dos processos e dos indivíduos, necessários para a sustentação do capitalismo emergente” e é instaurada, dessa forma, a biopolítica, que é o conjunto de “procedimentos institucionais de modelagem do indivíduo e de gestão da coletividade; em outras palavras, de formatação do indivíduo e de administração da população” (DANNER, 2010).

Em Paris, nessa época, ações de controles são postas em prática com o intuito de evitar progressos de epidemias. Os espaços urbanos também passam a ser controlados e ocorre ainda a remoção de amontados de casas sobre pontes, remoção de cemitérios e matadouros e a abertura de avenidas amplas e arejadas. Na Inglaterra, esse processo ocorreu com a introdução da medicina social, que disponibilizou assistência médica gratuita ou a baixo custo para a força de trabalho e os operários, mas com a condição de estes se submeterem a vários controles médicos. A partir do século XIX, são acrescentadas ações de controle e vacinação, bem como a intervenção sanitária em locais insalubres e o registro de doenças.



Foucault (1982, *apud* BATISTELLA, 2007) ainda destaca que o controle social se dá tanto por meio de mecanismos sutis, pela disseminação de modelos e ordenação de comportamentos desejáveis, quanto por um modo rígido, por meio de regulamentações, controles e exclusão dos degenerados. Esse modo de controle, de certa forma, responsabiliza o indivíduo que não seguir essas normas e padrões considerados saudáveis, e tira do poder público sua responsabilidade.

Com o avanço dos estudos da biologia molecular, no final do século XIX, o que gerou a era bacteriológica, foi comprovada a relação entre os micro-organismos e as doenças, tendo sido desenvolvidas as primeiras vacinas. Posteriormente, com o advento do antibiótico, originou-se uma crença na cura de todas as enfermidades (BATISTELLA, 2007).

No ano de 1986, em Brasília, ocorreu a VIII Conferência Nacional de Saúde, na qual foi estabelecido o conceito ampliado de saúde, considerando aspectos como condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse de terra e acesso a serviços de saúde, recuperando a importância das dimensões econômica, social e política na saúde.

Ao considerar as dimensões postuladas pelos determinantes sociais, observa-se a aproximação entre saúde e ambiente, sendo este último agravado por problemas de falta de controle do seu uso, como possíveis contaminação de água e de alimentos, ausência de saneamento e consequente exposição a vetores e condições precárias de moradia, poluição do ar, entre outros. Esses fatores geram a necessidade de posicionamento da problemática da saúde e direta relação com os ecossistemas modificados pelo trabalho e pela intervenção humana (MINAYO, 2002, *apud*, BATISTELLA, 2007).

Os determinantes sociais relacionam as condições de vida e trabalho dos diversos grupos da população com fatores específicos dos próprios indivíduos, bem como com fatores mais gerais da sociedade.

As características pessoais exercem influência sobre a condição latente de saúde e em uma perspectiva um pouco mais abrangente, relacionam-se o estilo de vida dos indivíduos e seus comportamentos com o “acesso a informações, propaganda, pressão de pares, possibilidades de acesso a alimentos saudáveis e espaços de lazer, entre outros” (BRASIL, 2008).

Em um nível de maior abrangência, observa-se se a intervenção das redes comunitárias e de apoio, que influenciam diretamente a saúde da sociedade em geral. O nível seguinte apresenta aspectos associados às condições de vida e de trabalho, bem como o acesso a alimentos, ambientes e serviços essenciais, como saúde e educação. Em último nível, por fim, são apresentados os macro-determinantes, que possuem forte influência sobre as demais camadas, uma vez que estes se associam às condições econômicas, culturais e ambientais da sociedade (BRASIL, 2008).

Desde os anos 1990, muitos países têm aderido ao consenso em relação ao papel dos determinantes sociais e sua influência na saúde humana, acarretando em reformulações de seus objetivos estratégicos nesse âmbito e ampliando o papel da OMS, com a criação de agendas pró-equidades (BATISTELLA, 2007).

A distribuição desigual da sociedade acarreta, naturalmente, em uma desigualdade do arranjo das infidelidades do meio, propostas por Canguilhem (2006, *apud* BATISTELLA, 2007). Num sentido mais amplo, o fato pode ser observado nas diferenças existentes dentro de um bairro, de uma cidade, de um estado, de um país, e na comparação entre países centrais e periféricos.

A saúde, como é entendida pela Constituição de 1988, para ser alcançada exigirá a superação dos diversos modelos até então implantados, bem como a adoção de conceitos capazes de promover a saúde de forma concreta e ininterrupta.

A Carta de Ottawa definiu a promoção da saúde como o “processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo” (CANADÁ, 1986).

Nesse contexto, outros atores surgem e se tornam tão importantes e responsáveis quantos os médicos nas relações saúde-doença, uma vez que promovem o alcance da saúde em todos os níveis da população e das complexas relações entre os determinantes sociais. Assim, há o envolvimento, ainda, de trabalhadores de outros setores e da própria população, direcionando a operacionalização da saúde para um nível macro, o que gera um processo interdisciplinar com base na capacidade de autonomia e de organização da sociedade.

Somente uma análise interdisciplinar é capaz de promover o entendimento da realidade de saúde-doença-cuidado de uma população, fazendo-se necessário, para tanto, um planejamento de ações em que sejam envolvidos

profissionais como ambientalistas, engenheiros, advogados, antropólogos, artistas, jornalistas, garis, e a própria população. A justificativa se dá a partir da análise de que grande parte dos problemas de uma sociedade podem ser: de cunho ambiental, como a ausência de saneamento; de cunho social, como a violência entre jovens, a falta de emprego, da indisponibilidade de área de lazer e acesso à cultura, transporte insuficiente, condições de moradia inadequadas, bem como econômico-cultural, como o consumo excessivo de carboidratos e gorduras (BATISTELLA, 2007).

Neste cenário, a ação educativa surge como uma nova prática fundamental para a ação planejada e participativa e que garantirá a mobilização de todos os setores da sociedade. Essa ação poderá assegurar um aprendizado compartilhado pela busca do saber e pela identificação da vulnerabilidade coletiva, formando uma verdadeira rede de compartilhamento de saberes e informações em prol da saúde coletiva, facilitando e promovendo o “encontro de horizontes” entre a população e os serviços de saúde (BATISTELLA, 2007).

## Subordinação dos corpos em uma relação de poder

É possível definir subordinação como sendo a ação ou efeito de subordinar; ordem estabelecida entre as pessoas, e que torna umas dependentes das outras. Em outras palavras, posições não iguais, mas uma superior a outra. Quando se fala do poder sobre o corpo, é no sentido de tentar mudar a referência com relação a ele, para traçar sua genealogia, a fim de liberar o corpo do poder, de sua utilização e, por assim dizer, de um regime da verdade que permanece, o da opressão (MATOS, 1984).

Como é possível constatar a partir da visão de Matos (1984), existe um poder que é exercido sobre o corpo humano, um controle que é chamado de biopoder para Foucault (1982). O biopoder refere-se à prática dos Estados modernos e sua regulação para os que a ele estão sujeitos, por meio de meios interventivos para obter a subjugação dos corpos e o controle da população; esses meios são identificados através dos atos de educação em saúde.

Na visão de Foucault (1982), durante o Estado Moderno a saúde era vista como uma fonte de poder e riqueza, era algo com valor e que servia ao fortalecimento do país. Assim, no século XIX, foi introduzido o controle dos corpos para sustentar a nova ordem econômica, o capitalismo. Para mantê-lo, foi necessário

o surgimento de novas normas e padrões de comportamento. Tendo acesso à saúde, o sujeito mantinha-se produtivo e o capitalismo, vivo.

O corpo, agora como algo político e econômico, passou a ser monitorado por meio de dados estatísticos, morbidade e mortalidade, a partir das sociedades industriais. Durante essa época, muito esforço foi feito para disciplinar e normatizar o social, ou seja, para a seleção do que é normal e anormal. Essas condutas foram estabelecidas por meio da propagação de modelos e da prescrição de comportamentos desejáveis. Desta forma, o Estado busca eximir-se da responsabilidade com o sujeito que não estiver com saúde, pois o mesmo pode não estar seguindo os moldes comportamentais para manter-se saudável.

Uma outra pontuação histórica se dá com a preocupação exagerada para se chegar ao que é chamado de “corpo ideal”. Conforme Rodrigues (2003), o corpo vem sendo um objeto desvalorizado, já que “as pessoas não buscam ter uma vivência verdadeira do próprio corpo”. Não se pensa em um “corpo livre”, mas em um corpo baseado em controle e dominação. O corpo permanece um simples consumidor de bens e serviços, submetido a um regime de poder.

Não há de se negar que os filósofos tentavam explicar o homem não como uma unidade integral, mas como um composto de duas partes diferentes: um corpo (material) e uma alma (espiritual e consciente), o que pode ser chamado de dualismo psicofísico, ou seja, a separação do corpo e a consciência. Alguns filósofos, como Michel Foucault, por exemplo, criticavam o dualismo psicofísico, oferecendo outros conceitos para se pensar no paradoxo da relação entre corpo e poder na modernidade (RODRIGUES, 2003).

Uma forma de ilustrar, na realidade brasileira, como o controle é exercido sobre o corpo, seria pensar na subordinação do sujeito para o Estado, quando o homem, ao completar os 18 anos, é obrigado a se alistar no exército (BRASIL, 1964). O corpo, que antes era livre, nesse momento se encontra nas mãos do Estado; caso o sujeito não se submeta ao serviço militar, o mesmo irá se deparar com consequências oriundas do Estado, como, por exemplo: pagar uma multa, não poder tirar o passaporte, matricular-se em instituição de ensino, exercer, a qualquer título, sem distinção de categoria ou forma de pagamento, qualquer função ou cargo público, eletivo ou de nomeação, entre outros.

É possível verificar, também, como o corpo se encontra em subordinação através dos funcionários públicos. Esses emanam a vontade do Estado em suas

funções, porém, essa posição está atrelada a uma grande responsabilidade de separar a vontade do sujeito com a vontade do Estado. Como exemplo, importa lembrar a grande obra de Hannah Arendt, sobre o julgamento de Adolf Eichmann, em Jerusalém: “Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal” (ANDRADE, 2010).

Arendt, que era uma alemã e de origem judaica, havia fugido do regime nazista, acompanhou o processo de Eichmann para a revista *The New Yorker*, os quais mais tarde deram origem ao livro. A autora esperava se deparar com um sujeito frio e perverso durante o processo, mas, ao contrário, surge um funcionário, um burocrata. Arendt destacou a capacidade do Estado de igualar o exercício da violência homicida ao cumprimento da atividade esperada desse funcionário. Para Arendt, Eichmann se apresentou como um funcionário que obedecia a uma burocracia, incapaz de refletir sobre seus atos ou de fugir das colocações burocráticas (ANDRADE, 2010).

Diante do exposto, é possível haver o questionamento de que, apesar de a regulação do Estado ter proposto melhores condições sanitárias e desacelerado certas enfermidades, até que ponto, porém, esse controle, imposto pelo Estado, é algo positivo? O que determina o limite para que o Estado não possa interferir na vida do indivíduo? (FOUCAULT, 1982).

## Considerações finais

Como é possível perceber, o conceito de saúde tem sido modificado por milhares de anos. Desde a sua concepção antiga, como sendo algo espiritual, para a teoria humoral de Hipócrates, em que dizia que a vida era mantida pelo equilíbrio entre quatro humores: sangue, fleuma, bílis amarela e bílis negra e que o desequilíbrio entre esses se resultaria em doenças, voltado assim, para uma visão divina, sendo identificada como algo somente de causas biológicas, até a sua definição atual. Esta última diz respeito a um completo bem-estar físico, psíquico e social, que são condições hoje consideradas estranhas e até inatingíveis, uma vez que essas definições colocam os indivíduos na dependência de uma força externa a si para que a saúde seja alcançada.

No que se refere ao conceito de saúde e doença, percebe-se que são modificados ao longo da história, tendo como base o contexto cultural, social, econômico e político. Desde a chegada dos colonizadores europeus até a

Constituição de 1988, com a regulamentação do Sistema Único de Saúde (SUS), o Brasil vem se reconstituindo e reformulando suas práticas no que tange aos conceitos de saúde e doença. Atualmente, pensa-se no conceito de saúde com uma visão midiática, com um ideal de “corpo perfeito”, sendo estabelecidos conceitos e ideais estéticos cada vez mais padronizados e rígidos. Ao mesmo tempo, muito se postula, hoje, sobre o ser livre, mas fica o questionamento se essa liberdade é mesmo verdadeira e se o ser humano não estaria submetido a alguma força maior.

Rodrigues (2003) aponta, ainda, outro conceito importante pensado por Foucault: o micropoder, que tem a intenção de produzir comportamentos e corpos por meio de classificações, normatizações e adestramentos, ou seja, tornando o corpo produtivo para a sociedade. O ser humano é convencido socialmente de que é preciso melhorar o corpo, e, mesmo que não se consiga entender essa melhora como algo positivo, acredita-se que pode servir para o bem-estar. A partir dessa análise, afirma-se o questionamento da possibilidade ou não de se ter um corpo, de fato, livre.

## Referências

- ALVES, Railda; SANTOS, Gabriella; FERREIRA, Patrick; COSTA, Angelica; COSTA Emanuel. **Atualidades sobre a psicologia da saúde e a realidade Brasileira**. Psic., Saúde & Doenças, Lisboa, v. 18, n. 2, p. 545-555, ago. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S164500862017000200021&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S164500862017000200021&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 13 mai. 2018.
- ANDRADE, Marcelo. **A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtianas**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 15, n. 43, p. 109-125. Abr. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141324782010000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782010000100008&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 10 jun. 2018.
- BAPTISTA, Tatiana Vargas de Faria. **História das políticas de saúde no Brasil: a trajetória do direito à saúde**. In: Gustavo Correa Matta; Ana Lucia de Moura Pontes. (Org.). Políticas de Saúde: a organização e a operacionalização do Sistema Único de Saúde. 1. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2007.
- BATISTELLA Carlos. **Abordagens contemporâneas do conceito de saúde**. In: FONSECA, Angélica Ferreira; CORBO, Ana Maria D'Andrea. O território e o processo saúde-doença. Rio de Janeiro: EPSJV, Fiocruz; 2007. p. 51-86. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000164&pid=S14138123201300060001500036&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000164&pid=S14138123201300060001500036&lng=pt). Acesso em: 23 jun. 2018.
- BRASIL. **Constituição Federal da República**. Brasília: Governo Federal, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990**. Brasília: Governo Federal, 1990.

- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Subsecretaria de Assuntos Administrativos. **SUS: a saúde do Brasil**/Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Subsecretaria de Assuntos Administrativos. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011. 36 p.: il. color. – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964**. Lei do Serviço Militar. Brasília, DF, ago. 1964.
- \_\_\_\_\_. VIII Conferência Nacional de Saúde. **Relatório Final**. 1986.
- \_\_\_\_\_. Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde. **As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- CANGUILHEM, Georges. **O Normal e o Patológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- CAMPOS, Gastão. **Saúde**. Paidéia. São Paulo: Hucitec, 2003.
- CANADÁ. **Carta de Ottawa**. Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde. 1986.
- CAPONI, Sandra. **Georges Canguilhem y el estatuto epistemológico del concepto de salud. História, Ciências e Saúde – Manguinhos**, IV(2): 287-307, jul-out., 1997.
- CASELL, Erick. **The Healer's Art: A New Approach to the Doctor-Patient Relationship**. Harmondsworth: Penguin Books. 1978.
- DANNER, Fernando. **O sentido da biopolítica em Michel Foucault**. Revista Estudos Filosóficos nº 4/2010. DFIME – UFSJ - São João del-Rei - MG. P. 143-157 - versão eletrônica. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>. Acesso em: 25 jun. 2018.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da medicina social**. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- HEGENBERG, Leonidas. **Doença: um estudo filosófico** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998.
- HELMAN, Cecil. **Doença versus enfermidade na clínica geral**. Universidade de Collee, Londres, 2009.
- KICKHÖFEL, Eduardo Henrique Peiruque. **A lição de anatomia de Andreas Vesalius e a ciência moderna**. *Sci. stud.*, São Paulo, v.1, n. 3, p. 389-404, Set. 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678316620030008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678316620030008&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 13 mai. 2018.
- MATOS, Olgária. O corpo e o poder. *Revista de Administração de Empresas*, 24 (1), 42-44, Rio de Janeiro, 1984.
- MENDONÇA, André Luis de Oliveira; CAMARGO JR, Kenneth Rochel de. **Os acertos de Descartes: implicações para a ciência, biomedicina e saúde coletiva**. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102311X2016000500501&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2016000500501&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 13 mai. 2018.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Enfoque ecossistêmico de saúde e qualidade de vida**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; MIRANDA, Ary Carvalho de. *Saúde e Ambiente Sustentável: estreitando nós*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

NOBRE, Julio Cesar de Almeida; OLIVEIRA, Ivanete da Rosa Silva de; MENDES, Thabata Braga; CORRÊA, Angélica Silva; LEITE, Vanessa de Fátima. **Corpo e saúde: uma controversia da produção coletiva**. Cadernos UniFOA, Volta Redonda, n. 31, p. 59-73, ago. 2016.

RODRIGUES, Sérgio Murilo. A relação entre o corpo e o poder em Michel Foucault. **Psicologia em Revista**. Belo Horizonte, v. 9, n. 124, p. 109-124, jun. 2003.

SCLIAR, Moacyr. **História do conceito de saúde**. Physis, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 29-41, Abr. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010373312007000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373312007000100003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 13 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Políticas de saúde no Brasil: uma visão histórica**. In: SCLIAR, M. Saúde pública: histórias, políticas e revolta. São Paulo, Scipione, 2002.

SEGRE, Marco; FERRAZ, Flávio Carvalho. **O conceito de saúde**. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 31, n. 5, p. 538-542, Out. 1997. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003489101997000600016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489101997000600016&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 13 mai. 2018.

STRAUB, Richard. **Psicologia da saúde**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

TEIXEIRA, Carmem Fontes. **O SUS e a Vigilância da Saúde**. PROFORMAR. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003



# 4

## Gênero, identidade de gênero e sexualidade: breves conceituações e a influência na saúde

Rosalee Santos Crespo Istoe  
Heloisa Landin Gomes  
Glória Marianna Barreto Teixeira  
Ana Karina Mendonça de Souza  
Karen Rodrigues Pessanha de Souza

### Considerações Iniciais

O presente trabalho pretende trazer breves contextualizações sobre o conceito de sexo e gênero existentes nos referenciais teóricos. As definições sobre o sexo e o gênero passaram por modificações ao longo dos anos existindo, ainda hoje, dificuldade na compreensão dos termos. Podemos ver, nos artigos, revistas e capítulos de livros revisados que o sexo e o gênero são percebidos por áreas distintas do conhecimento, estando o sexo em uma perspectiva daquilo que é fisiológico e natural voltado para a área biológica e anatômica enquanto o gênero é compreendido através das relações sociais e culturais, visto como algo complexo devido às constantes transformações na sociedade.

Traremos ao longo do trabalho de alguns conceitos sobre o que é gênero, identidade de gênero, as relações de gênero, o gênero e o feminismo, a sexualidade, a identidade sexual e a influência desses aspectos na saúde para uma melhor compreensão do tema, na busca de identificar os possíveis olhares sobre o assunto, mostrando

assim sua complexidade e consecutivamente a relevância acadêmica crescente nos últimos anos, fazendo emergir discussões relacionadas ao gênero, ao sexo e à saúde.

## Afinal, o que é gênero?

Conceituar gênero, segundo a literatura revisada, torna-se complicado, pois além de apresentar múltiplos significados, agrega no seu bojo sentidos, valores e normas de condutas que são estabelecidas através das relações sociais. Quando se quer compreender, entender ou falar sobre “gênero” é necessário conhecer alguns dos conceitos atribuídos a esta palavra do gênero masculino. Inicialmente, vemos que o dicionário Aurélio conceituou o termo gênero sob alguns aspectos:

**Substantivo masculino:** Conceito generalista que agrega em si todas as particularidades e características que um grupo, classe, seres, coisas têm em comum.

[**Biologia**] Grupo da classificação dos seres vivos que reúne espécies vizinhas, aparentadas, afins, por apresentarem entre si semelhanças constantes; família, raça: o lobo é uma espécie do gênero *canis*.

Maneira de ser ou de fazer; estilo, tipo: é esse o seu gênero de se vestir?

Diferença entre homens e mulheres que, construída socialmente, pode variar segundo a cultura, determinando o papel social atribuído ao homem e à mulher e às suas identidades sexuais.

[**Gramática**] Categoria gramatical que se baseia na diferenciação entre masculino, feminino e neutro.

**Expressão.** Gênero literário. Variedade da obra literária, classificada de acordo o assunto, o modo de o tratar, o estilo, a estrutura e as características formais da composição: gênero lírico, gênero épico, gênero dramático.

**Gênero humano.** Designação da espécie humana, do homem.

**Gênero de vida.** Modo de viver, de proceder; tipo de vida.

**Etimologia** (origem da palavra *gênero*). Do latim *genus*, significa “nascimento, origem”.

Atualmente quando se pensa em analisar questões de comportamento social de gênero, instantaneamente buscamos informações na História, na Antropologia, na Sociologia e na Filosofia, com objetivo de entender como o processo das relações entre os seres humanos tem sido construído. E ao olhar para as sociedades mais remotas até a atualidade, fazendo uma linha do tempo, do passado até o presente momento, entendemos que o conceito de gênero tem caráter interdisciplinar nos mais variados ambientes sociais. Sendo assim, o conceito de gênero está entrelaçado a diferentes significados e perpassa por categorias sociais extensivas.

Em diversos momentos da história, as diferenças de gênero sofrem desigualdades, sendo meio da intimidação da mulher, negando sua condição humana de igualdade. Com isso, entendemos os variados motivos do movimento feminista ser notoriamente engajado em estudar e redefinir o termo “gênero”.

Após a II Guerra Mundial, a palavra gênero foi incluída no contexto social em decorrência dos movimentos sociais feministas, que fundamentavam as distinções sociais relacionadas ao sexo biológico (do nascimento). Esses movimentos ganharam força na década de 1960 em função da desigualdade de poder entre o masculino e feminino: preconizavam a mudança da condição feminina, sexo frágil, oprimido, submisso e excluído da sociedade profissional e política.

A palavra “gênero” faz parte da história desde o século 20, e para termos um parâmetro nos assuntos referentes a diferenças sexuais, não podemos descartar o momento sociocultural que vivemos.

Do latim *genus*, o termo gênero significa raça, extração, família. Todavia, ele foi inicialmente utilizado pelas feministas americanas com a intenção de deixar evidente o caráter social das diferenças baseadas no sexo.

Para a compreensão do conceito gênero precisamos articular as ideias das classes com as questões de cunho étnico-racial. O conceito gênero cruza com diversos contextos e várias especificidades. A singularidade de cada sujeito precisa ser considerada, sem excluir a realidade sociocultural de seu tempo, em um espaço determinado que contém em si uma história singular, mas que também é plural, portanto não pode ser vista de maneira isolada das demais questões.

Matos (1997) diz que gênero é uma categoria que diferencia os perfis masculinos e femininos e os define um em função do outro. Para ele:

[...] perfis se constituem social, cultural e historicamente num tempo, espaço e cultura determinados. Não se deve esquecer, ainda, que as relações de gênero são um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos e são, portanto, uma forma primária de relações significantes de poder. Sendo uma de suas preocupações evitarem as oposições binárias fixas e naturalizadas, os estudos de gênero procuram mostrar que as referências culturais são sexualmente produzidas, por meio de símbolos, jogos de significação, cruzamentos de conceitos, relações de poder, conceitos normativos e relações de parentesco econômicas e políticas (MATOS, 1997, p. 97-98).

Carrara e Heilborn (2009) projetam um olhar voltado para as Ciências Sociais e Humanas e identificam as diferenças que permeiam a sociedade construída pela cultura socialmente estabelecida.

[...] para as ciências sociais e humanas, o conceito de gênero se refere à construção social do sexo anatômico. [...] Gênero significa que mulheres e homens são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos (CARRARA; HEILBORN, 2009, p. 39).

Segundo Scott (1995), gênero e relações de poder estão intimamente ligados ao estudo do feminismo e alterações nos paradigmas históricos postos.

Sabendo que o processo das relações entre os seres humanos vem sendo formatado pela sociedade ao longo da história, percebemos que o conceito de gênero está cercado de diferentes significados e articulado com abrangentes categorias sociais, como a desigualdade social.

Ao perpassar pela história, notamos que a mulher é posicionada em um lugar de segunda categoria, colocada socialmente abaixo do homem, deixando-as sem voz ativa na sociedade, promovendo a desigualdade social.

Bourdieu (2003) conceitua como “forças simbólicas” o poder que passa a se categorizar como *habitus* no qual instituições sociais como a família, a igreja, a escola e o Estado ajuda a constituir uma reprodução sociocultural. Para o autor:

[...] força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de pré-disposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos (BOURDIEU, 2003, p. 50).

Bourdieu (2003) diz ainda que esse simbolismo é um fato que baseia a doutrina ensinada na família, na escola e na sociedade para meninas e meninos. Na sociedade de classes, os papéis dos meninos e das meninas já são determinados antes mesmo do nascimento. Em relação à base simbólica, sedimenta-se o estabelecido quanto aos papéis de gênero que se destacaram no comportamento dos sujeitos, sendo manifestado na escolha da profissão e na postura que apresentarão na sociedade, entre outras coisas. O poder, a liberdade e política são direcionados aos homens. A serenidade, o trato com as coisas da natureza, a solidariedade, o cuidado, o carinho, a delicadeza, a obediência, a maternidade são direcionados às mulheres. Um exemplo disso são as vivências na infância, onde as meninas brincam com bonecas e aprendem o dever de cuidar do lar, limitando os deveres e obrigações dos homens e das mulheres na sociedade.

Estudando sobre gênero, estudamos a história, a sociedade e a cultura, pois são informações cruciais ao analisar questões de gênero e até para questionar como e por qual motivo são exigidas determinadas posturas comportamentais de homens e mulheres, tendo como princípio o sexo.

## E identidade de gênero?

A *priori*, discorrer sobre o assunto é bastante polêmico, pois há diferenciação moderna de dois termos que estão intrinsecamente ligados: gênero e identidade quanto à percepção subjetiva de ser masculino ou feminino, em conformidade com os atributos, comportamentos e papéis consuetudinariamente firmados para homens e mulheres no âmbito da sociedade.

Em um apanhado das formulações mais críticas dos Estudos Feministas e dos Estudos Culturais, compreendemos os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que mudam e se transformam, ou seja, não

sendo permanentes, e, sim, transitórias e flexíveis, que podem, até mesmo, ser contraditórias. Assim, o sentido de pertencimento a diferentes grupos — étnicos, sexuais, de classe, de gênero etc. — constitui o sujeito e pode levá-lo a se perceber como se fosse “empurrado em diferentes direções”, como diz Stuart Hall (1992, p. 4).

Quando se fala de gênero, automaticamente fala-se de identidade do sujeito, ou seja, não é um mero papel na sociedade, e, sim, algo que faz parte do sujeito, que o transforma e o constitui. O sujeito é carioca, asiático, homem etc. Essa base de raciocínio afirma que as diferentes instituições e práticas sociais são formadas pelos gêneros e são, também, formadoras deles. Essas práticas e instituições “moldam” os indivíduos. Busca-se compreender que a justiça, a igreja, as práticas educativas ou de governo, a política etc. são atravessadas pelos gêneros: essas instâncias, práticas ou espaços sociais são “generificados” — produzem-se, ou “engendram-se”, a partir das relações de gênero (mas não apenas a partir dessas relações, como, também, das relações de classe, étnicas etc.).

Segundo Mac An Ghail (1996) é imprescindível notar que a maior parte dos discursos sobre gênero de alguma forma entrelaça e inclui questões de sexualidade.

No decorrer de suas pesquisas, Jeffrey Weeks (1993, p. 6) diz diversas vezes que “[...] a sexualidade tem tanto a ver com as palavras, as imagens, o ritual e a fantasia como com o corpo”. Fazendo coro aos pensamentos dos demais estudiosos, ele fala da impossibilidade de se “compreender a sexualidade observando apenas seus componentes ‘naturais’ [...] esses ganham sentido através de processos inconscientes e formas culturais” (WEEKS, 1993, p. 21).

Considerando que Foucault (1988) teve o mérito de delinear a *História da Sexualidade*, isso decorreu no resultado da compreensão de uma “invenção social”, que conseqüentemente, no entendimento que ela se forma no encontro de diversos enfoques acerca do sexo: discursos que regulam, que normalizam, que instauram saberes, que produzem “verdades”.

Britzman (1996) constatou o exercício da sexualidade sobre diversos enfoques de cada indivíduo podendo, com isso, “viver seus desejos e prazeres corporais” de várias maneiras.

Sobre identidade sexual, Britzman, em 1996, discorreu:

Nenhuma identidade sexual — mesmo a mais normativa — é automática, autêntica, facilmente assumida; nenhuma identidade sexual existe sem negociação ou construção. Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um construto instável, mutável e volátil, uma relação social contraditória e não finalizada (BRITZMAN, 1996, p. 74).

Mediante ao exposto, identidade de gênero é, de forma notória, segundo Britzman (1996) algo que se constrói e se transforma continuamente, nunca sendo algo permanente e fixado, sempre atualizado conforme as relações sociais, ou seja, relações entre os seres humanos são atravessadas por diversos discursos, representações, culturas, discursos, sujeitos e suas subjetividades.

O que foi articulado como masculino ou feminino, no decorrer da história, está em constante atualização, fazendo e desfazendo os lugares sociais que foram impostos aos homens e mulheres ao longo do tempo.

## Linguagem e identidade de gênero

Joan Scott (2009) reflete a realidade social que, ao longo do processo de constatação humana da categoria “gênero”, amadurece a discussão em torno do conceito, antes visto como sinônimo de “mulheres”, “feminismo”, “marxismo”, mas que, na verdade, formulam construções de sujeitos sociais que simbolizam, significam e contextualizam categorias que legitimam as relações de gênero.

A linguagem é o centro da teoria lacaniana; é a chave do acesso da criança à ordem simbólica. Por meio da linguagem a identidade de gênero é construída. Segundo Lacan, o fato é o significante central da diferença sexual, mas o sentido do falo tem que ser lido de forma metafórica [...]. O princípio de masculinidade baseia-se na repressão necessária dos aspectos femininos – do potencial bissexual do sujeito; e introduz o conflito na oposição entre o masculino

e o feminino. Desejos reprimidos estão presentes na unidade e subvertendo sua necessidade de segurança. Ademais, as ideias conscientes do masculino e do feminino não são fixas, já que elas variam segundo os usos do contexto [...]. Essa interpretação implica também que o sujeito se encontra num processo constante de construção e oferece um meio sistemático de interpretar o desejo consciente e inconsciente, referindo-se à linguagem como um lugar adequado para a análise. Enquanto tal considero-a instrutiva (SCOTT, 2009, p. 10-11).

## Relações sociais e de gênero

A construção do conceito gênero acontece mediante as relações sociais, o que nos leva a crer que a sua construção pode ser representada através das desigualdades existentes na sociedade.

Lauretis (1994) traz a seguinte afirmação sobre as relações de gênero:

O termo “gênero” é, na verdade, a representação de uma relação, a relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria. Gênero é a representação de uma relação [...]. Gênero constrói uma relação entre uma entidade e outras entidades previamente constituídas como uma classe, uma relação de pertencer [...]. Assim, gênero representa não um indivíduo e sim uma relação, uma relação social; em outras palavras, representa um indivíduo por meio de uma classe (LAURETIS, 1994, p. 210).

A partir da citação acima, notamos que as denominações de masculino e feminino são classificações impostas por cada cultura, sistema de gênero, um sistema de símbolos ou um sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com normas, valores e hierarquias sociais. Sabendo que os significados podem sofrer alteração de acordo com determinada cultura, qualquer sistema de sexo-gênero sempre estará visceralmente conectado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade. Sob essa visão, a construção cultural do gênero como sexo (masculino e feminino) e a definição linear que caracteriza os sistemas de gênero através de diferentes culturas e povos são entendidas como sendo sistematicamente relacionadas à organização da desigualdade social.



Os gêneros, suas normas, marcadores, hierarquias e identidades são constructos, são forjados, praticados e repetidos no social, no cultural, no cotidiano e no temporal. Simultaneamente, como indica Linda Nicholson (2000, p. 10), “*sexo não é aquilo que fica fora da cultura e da história, como uma suposta instância pré-discursiva*”. Na mesma direção, convém lembrar as ponderações de Judith Butler (2008) acerca das contribuições de Foucault. Ela discorre que:

[...] não há “sexo” do qual uma lei que vem de fora se ocupa... a regulação do “sexo” não acha nenhum sexo ali, externo à sua própria regulação; a regulação produz o objeto que vem a regular... Não há um intervalo temporal entre a produção e a regulação do sexo; elas ocorrem ao mesmo tempo, pois a regulação é sempre geradora, produzindo o objeto que ela alega apenas descobrir ou encontrar no campo social e que opera (BUTLER, 2008, p. 96).

No mesmo debate, Berenice Bento (2004, p. 144) salienta que inexistente um processo específico para a constituição das identidades de gênero. Portanto, o gênero só existiria na prática, na vivência e na experiência.

## Gênero na história do feminismo

Joan Scott (1995) diz que o termo “gênero” teria surgido primeiramente entre as feministas americanas daquele período, insistentes na fundamentação social dos paradigmas sociais referentes às distinções primitivas da designação de cada indivíduo. A expressão sintetizava uma recusa imediata ao princípio biológico explicitado nos termos definidos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero denotava igualmente a condição interpessoal do indivíduo quanto às posições primitivas do estado normativo das feminilidades. Aquelas feministas mais engajadas com a produção dos textos e estudos femininos baseavam-se em mulheres de forma básica e diferenciada utilizando, com isso, o termo “gênero” como forma de introdução ao vocabulário analítico vigente. Segundo a autora:

Atualmente a palavra “gênero” tem sido usada de maneira mais formal e literal pelas feministas. Sendo referência a uma organização social da

relação entre os sexos. Relação essa, que é bastante inexplorada, contendo ainda, muitas outras possibilidades. Como exemplo disso, o surgimento de nova definição de um terceiro sexo, na Europa, que pode ser definido como NEUTRO – (SCOTT, 1995).

Enquanto Nathalie Davis (1975) corroborava com a ideia de uma igualdade entre homens e mulheres, para então descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual. Afirma ela:

Eu acho que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens quanto das mulheres, e que não deveríamos trabalhar unicamente sobre o sexo oprimido, do mesmo jeito que um historiador das classes não pode fixar seu olhar unicamente sobre os camponeses. Nosso objetivo é entender a importância dos sexos dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la (DAVIS, 1975-76, p. 90).

Ademais, as pesquisadoras feministas em seus estudos sobre o termo “gênero” pontuam que o estudo das mulheres agregaria mais temas relacionados aos movimentos feministas, como da mesma forma, uma determinação quanto a um reestudo crítico dos princípios e normas da pesquisa em voga. “Aprendemos”, atestavam as feministas Gordon, Buhle e Dye, em 1976:

[...] que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. Não é exagerado dizer que por mais hesitante que sejam os princípios reais de hoje, tal metodologia implica não só em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história (GORDON; BUHLE; DYE, 1976).

## Gênero e a Teoria *Queer*

Judith Butler criou a Teoria *Queer*, formulando muitas teses e pesquisas sobre feminismo, questões de gênero, sexualidade e política.

A Teoria *Queer* tem como um dos objetivos desmistificar que as identidades sexuais e generificadas não são essências, mas construções sociais e culturais. Essa teoria trabalha com a perspectiva da desnaturalização dos sexos e das identidades de gênero, defendendo que ninguém nasce com uma sexualidade ou com um determinado tipo de gênero.

Para entender melhor a teoria *Queer* é importante considerar que quando o médico ginecologista/obstetra nomeia um bebê de um ser “neutro” dizendo “ele” ou “ela”, o médico está trazendo esse bebê para o domínio da linguagem e do parentesco através da interpelação do gênero. Quando o médico diz “ela” o neutro torna-se uma menina. Mas esse tornar-se uma menina não termina aí; pelo contrário, essa interpelação fundamental é reiterada por várias autoridades e, ao longo de vários intervalos de tempo, para reforçar ou contestar esse efeito naturalizado. A nomeação é, concomitantemente, o estabelecimento de uma fronteira e também de uma repetição de uma norma.

Salih (2015) afirma que Butler, em sua teoria, fala sobre a identidade sexualizada, explorando a ideia natural a respeito de gênero e de sexo. Nesse sentido, Butler leva ao pé da letra a famosa frase de Simone de Beauvoir, “não se nasce mulher, torna-se mulher”, do livro *O Segundo Sexo* (1949). Há, também, uma grande influência de Foucault nos estudos de Butler, falando do conceito de sujeito, pois é como sujeito-sujeitado, - dentro de condições de possibilidade - que são estabelecidas as identidades (sexualizadas) e os gêneros.

Butler (2003) fala sobre sujeito social, colocando em questão que um sujeito não é intrinsecamente livre e individualista, e, sim, social, em interação com os outros sujeitos. O sujeito a partir de uma sociedade ou do “outro”, pois mesmo que se tente “sair do armário”, a saída é com as roupas do armário que já foram produzidas de alguma forma por outros. Ou seja, para falar de si, sempre falar de si em relação a outro(s).

É importante falar que, em suas teses, Butler fala de identidade performativa de gênero, pois performatividade diz respeito à questão do gênero. Mais especificamente, Butler refere-se à maneira como o sujeito responderá

a interpelação. Ou seja, sendo constantemente induzido a se comportar e buscar uma identidade que seja dentro da heteronormativa, o sujeito responderá a isto de diversas maneiras: seja cumprindo um gênero masculino ou um gênero feminino. Contudo, essa identidade performativa de gênero não passa de uma construção e linguagem. Assim, o gênero não possui nada de natural, nada de biológico.

Segundo a exposição de Salih (2015):

Butler, seguindo Foucault, caracteriza esse modo de análise como “genealógico” [...] Uma investigação genealógica da constituição do sujeito supõe que sexo e gênero são efeitos – e não causas – de instituições, discursos e práticas; em outras palavras, nós, como sujeitos, não criamos ou causamos as instituições, os discursos e as práticas, mas eles nos criam ou causam, ao determinar nosso sexo, nossa sexualidade, nosso gênero. [...] as identidades “generificadas” e sexuadas são “performativas” (p. 21).

Sendo assim, interpelação e performatividade, embora sejam termos que se refiram muito mais a constatações de uma realidade das estruturas linguísticas, discursivas e de poder que denunciam gênero, identidade e sexo como construções sociais, possuem também o potencial da subversão. Constatar e engessar os termos gênero, sexo e identidade como construções sociais, podem ser a fórmula de desconstruir um estigma para superar a heteronormatividade.

## Conceituando a sexualidade

O conceito de sexualidade pode-se referir ao dado sexual, que se define pelas práticas erótico-sexuais nas quais as pessoas se envolvem, bem como pelo desejo e atração que leva à sua expressão (ou não) através de determinadas práticas. Esse dado também é chamado de “orientação sexual”, e comumente classifica as pessoas em “heterossexuais”, “homossexuais” e “bissexuais”.

A discussão sobre a sexualidade existe há séculos e junto com o avançar dos anos ocorrem avanços tecnológicos, diferenças nas relações sociais, na organização familiar, no espaço escolar e na sociedade como um todo (LOURO,

2016). De acordo com Louro (2016), a sexualidade é um processo em constante transformação. Guacira Louro (2016) diz que nos anos 60 já era possível verificar modificações sociais que construíam novas formas de relacionamentos e estilos de vida e os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) apontam que a partir da década de 70 as discussões sobre a temática da sexualidade no currículo das escolas estariam se intensificando.

Segundo Dall' Agnol (2003):

As questões relacionadas à sexualidade têm sido alvo de muitos debates e questionamentos ainda nos dias atuais. Se, por um lado, temos um numeroso contingente de teóricos e um volume significativo de pesquisas que visam a aprofundar as questões pertinentes ao tema; por outro lado, o relacionamento afetivo-sexual entre os seres humanos tem atraído um enorme contingente de pessoas, seja por meio de debates, artigos de revistas, enredo de filmes e/ou novelas (p. 29).

As novas tecnologias, o acesso à informação pela mídia televisiva e as novas formas de troca afetiva e sexual através desses meios acelera e modifica as práticas sexuais. Conforme afirma Louro (2016):

As novas tecnologias reprodutivas, as possibilidades de transgredir categorias e fronteiras sexuais, as articulações corpo-máquina a cada dia desestabilizam antigas certezas; implodem noções tradicionais de tempo, de espaço, de “realidade”; subvertem as formas de gerar, de nascer, de crescer, de amar ou de morrer (p. 10).

Para Louro (2016), entender a sexualidade diante da transformação contínua da sociedade torna-se difícil, pois existem diversas formas de relacionamento e os prazeres sexuais nesse universo podem ser múltiplos, mutáveis e fluidos. Para a autora, é preciso ter claro que a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política, assim como plural e singular, posto que, ela afirma que a sexualidade pode ser vista como algo a ser aprendido e construído ao longo da vida, de muitos modos e por todos os sujeitos.

Na literatura revisada observamos que a sexualidade é um tema complexo, sendo um enfoque adotado na pós-modernidade e norteador por diversos aspectos. Para Foucault, citado por Larrauri (2000):

[...] a sexualidade da qual falamos hoje, apesar de sua aparência de consistência, é uma invenção moderna. (...) é o resultado (...) dos discursos sábios (psicanalíticos médicos, psicológicos) (...) e das regras e imperativos dos poderes que estabelecem (religioso, judicial, médico, pedagógico); e, finalmente também resultado do sentido e do valor de cada um, de sua conduta, da série de deveres que adota, dos prazeres que conhece ou aos quais aspira, seus sentimentos, seus sonhos. Assim a série de práticas humanas que materializa nos corpos, não existe de maneira natural. Não é algo com o que se nasce, não pertence portanto ao corpo – se o considerarmos como algo dado no nascimento. A sexualidade não é o sexo e sim é um modo de ser que se incorpora a um corpo mediante as práticas. A homossexualidade e a heterossexualidade são incorporais, não formam parte da natureza humana, são modos de ser que pertencem à nossa cultura (p. 31).

## Identidade sexual

A construção da identidade sexual se dá a partir da existência da diferença e, para basilar tal debate, o entendimento de cultura é extremamente fundamental, visto que a diversidade das identidades sexuais apresenta-se como manifestação dos processos culturais modernos.

Segundo Burke (2008, p. 85), a cultura na Idade Moderna tem a ver com “um sistema de significados, atitudes e valores partilhados e as formas simbólicas em que eles são expressos ou encarnados e inclui também a história das ações ou noções subjacentes à vida cotidiana”. Nesse contexto, o ser humano enquanto ser histórico e social vem se construindo e formando seus signos e significados a partir das suas experiências, tecendo teias que tendem a atribuir sentido ao real, formando suas crenças, valores e identidades.

A identidade se constitui a partir das diferenças atribuídas a um determinado grupo social. Para Woodward (2009), é por meio dos significados

produzidos pelas representações sociais que damos sentido à experiência e formamos nossa identidade.

Segundo a autora, “a representação, compreendida como um processo cultural estabelece identidades individuais e coletivas” (WOODWARD, 2009, p. 17). Para ela, a formação da identidade vai se moldando nas experiências plurais e singulares e cada indivíduo, envolvido em contextos sociais diferentes, vai formando sua identidade a partir dos significados adquiridos nas relações sociais, ou seja, “somos posicionados e também posicionamos a nós mesmos de acordo com os campos sociais nos quais atuamos” (WOODWARD, 2009, p. 30).

A partir das reflexões acima, vê-se que a identidade é um referencial dos significados e símbolos atribuídos a um determinado grupo social, influenciado pelos fatores históricos, culturais, políticos e sociais. É sempre implicada com relações de poder evidenciadas pelas normas de conduta estabelecidas na sociedade.

## Saúde e doença

Segundo Costa, Merchán-Hamann e Tajer (2000) *apud* Nogueira (2000), o enfoque de gênero veio contribuir para a reflexão teórica e as práticas sociais exercidas na modificação de fenômenos relacionados ao processo saúde/doença, a partir do momento em que os determinantes e os processos de mediação do mesmo passaram a ser vistos sob perspectivas mais amplas. Para tanto, serviu de base em parte, no paradigma da complexidade, constatando-se, no caso, sérias limitações das múltiplas ações parciais e descoordenadas, consequência de uma visão fragmentada do ser humano, com aceitação implícita ou explícita da necessidade da integração interdisciplinar.

Para Coen e Banister (2012), sexo e gênero são determinantes importantes da saúde e do bem-estar. Sexo refere-se a um conjunto de atributos biológicos em seres humanos e animais que estão associados com características físicas e fisiológicas, incluindo cromossomos, expressão gênica, função hormonal e anatomia reprodutiva/sexual.

As interações de sexo e gênero influenciam a saúde e o bem-estar de várias maneiras. Ambos afetam os riscos ambientais e ocupacionais, os comportamentos de risco, o acesso aos cuidados de saúde, o

comportamento de busca de saúde, a utilização dos cuidados de saúde e a percepção da experiência com os cuidados de saúde e, assim, a prevalência de doenças e o resultado do tratamento. Além disso, sabe-se que a farmacocinética e a farmacodinâmica dos agentes farmacêuticos diferem entre os sexos, o que resulta em perfis de eventos adversos diferenciados e também impacta os resultados do tratamento. Assim, sexo e gênero são determinantes críticos da saúde (HOFFMAN; TARZIAN, 2001 p. 13–27).

## Saúde e doença em pessoas trans

Rolnik (2010) afirma que falar sobre “identidades trans” e seus modos de vida é uma tarefa que exige um trabalho cartográfico.

Deleuze e Guattari (1995) notam que é essencial lançar o debate sobre o corpo ao falar de gênero. Desse modo, para os autores, ao pensar no corpo como tábua rasa da imagem de um indivíduo, chega-se a conclusão que é no corpo que são delineados os tipos de beleza, que podem agir como sinais e sintomas de processos de adoecimento ou de saúde.

Em relação a esse corpo materializado, é estruturado um corpo semiótico, constituído não só por carne ou órgãos, mas, sim, formado pelo apanhado de signos que norteiam as relações sociais, realizando passagens e interações entre os corpos.

A ordenação de corpos, em suas dimensões materiais e semióticas, regula-se a partir de uma matriz de ordem dicotômica, que serve de substrato às normatizações de beleza e de saúde – nas quais genitálias, aparelhos reprodutores, hormônios e outras estruturas são segmentados de forma binária (LAQUEUR, 2001) – homem versus mulher – numa relação de complementaridade pela heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2003). No binarismo dos gêneros, homens são definidos pela presença de um falo, elemento conferidor da masculinidade, e as mulheres, pela ausência deste, tendo a vagina como referente à feminilidade (ARÁN; MURTA; LIONÇO, 2009; BENTO, 2003).



Segundo Foucault (1988), é necessário observar que o ser humano é constituído por personalidade, identidade e subjetividade. E ao observar o ser humano na perspectiva de Foucault, notamos a singularidade de cada aparência física e semiótica do corpo e percebemos uma característica similar, a constante transformação.

A elaboração e a mutação do corpo trans ultrapassa as fronteiras normatizadoras de sexo e gênero, que são principais reguladores semióticos e materiais dos corpos, que se utilizam de um mecanismo que tem o intuito de descontrolar a sexualidade, empoderando as figuras que possuem o saber médico, sempre destacando intervenções e discursos biomédicos e jurídicos.

Mesmo que seja prazeroso olhar-se no espelho e gostar do que vê, sentir-se bem e em paz com o corpo, elevando a autoestima, precisa-se ter o cuidado ao usar hormônios e/ou optar por colocar implantes mamários, fazendo-se necessário o acompanhamento médico especializado e credenciado. Mesmo que as mudanças físicas auxiliem na construção do corpo almejado, beleza não é sinônimo de saúde e vitalidade, e a saúde precisa ser posta em questão.

Na normatização da sociedade, ao se falar do sujeito enquanto corpo, gênero e sexualidade, é válido enfatizar que existem os diferentes entendimentos de saúde e doença sobre os corpos trans. Em alguns culturas, a transexualidade é vista como algo patológico, ou seja, como abjeto, anormal e doente. Assim, os transexuais são considerados como pessoas que precisam ser punidas ou medicadas. As pessoas trans são constantemente desrespeitadas pelas análises que elas mesmas fazem de suas vivências e de seus corpos, além dos instrumentos coletivos criados para produzirem vida e saúde.

Rocon *et al.* (2017) afirmam que a anatomia e as suas condições de transformações tornam-se indivisíveis quanto aos estágios de saúde e doença na vida das pessoas trans. Os autores denominam “pessoas trans” como “um esforço em não delimitar fronteiras entre as identidades de gênero [...], respeitando não só a autoidentificação, como também seus inter cruzamentos nas categorias de gênero e sexualidade disponíveis”, concluindo que transexuais, travestis, transgêneros e tantas outras pessoas que transitam no espectro do gênero, investindo nas mutações de seus corpos, serão chamadas de trans.

Foucault (1988) diz que a normatização da medicina teve o objetivo de normalizar seus pacientes. A procura incessante por um diagnóstico perfeito, com foco medicalizador e com uma análise que faz oposição sobre a relação

entre saúde e doença, parece se destacar na condução dos serviços em saúde oferecidos à população trans, refém da necessidade de uma “patologia preexistente”, referendada num ideal de transexualidade “verdadeira” (ARÁN; MURTA; LIONÇO, 2009; BENTO, 2003), que, a partir do binarismo dos gêneros, tende a tornar programas como o Processo Transexualizador do Sistema Único de Saúde – potencialmente promotor da saúde trans (ROCON *et al.*, 2017) – em programas promotores de seletividade, exclusão e controle sobre as vidas trans (ROCON *et al.* 2017).

## Considerações finais

A partir do que foi exposto nesse estudo, fica claro que falar em gênero e sexo implica, indubitavelmente, em falar de uma identidade de gênero. Tal identidade que compreende que gênero está relacionado à percepção subjetiva do ser masculino e feminino, conforme atributos, comportamentos e papéis convencionalmente estabelecidos para homens e mulheres no contexto social.

Nesse sentido, compreende-se que as relações de gênero tendem a se transformarem cotidianamente, pois os seres são socioculturais, mutáveis e estão em construção. A construção do “gênero” e da sexualidade se dá ao longo da vida, desde o nascimento até a morte. Diferentemente de uma sexualidade sob a ótica de uma perspectiva biológica. Faz-se necessário problematizar as imposições sociais e culturais, pois é preciso pensar em sujeito socialmente construído e priorizar a sua individualidade e escolha sexual.

Concordando com Louro (2016), a construção dos gêneros e sexualidades acontece através das inúmeras aprendizagens e práticas, sendo, portanto, “um processo minucioso, sutil e inacabado”. Tal processo é influenciado pela família, escola, igreja, grupos sociais e pelas instituições médicas.

Percebendo a pluralidade nos procedimentos de transformação do corpo e nas possibilidades de (auto) definição no gênero, salienta-se a preocupação com o estado de saúde da pessoa trans durante todo processo de transição.

## Referências

- ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela; LIONÇO, Tatiana. Transexualidade e Saúde Pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1141-1149, 2009. ISSN 1413-8123. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000400020>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BENTO, Berenice. **Da Transexualidade oficial às transexualidades**. In: CARRARA, Sergio; GREGORI, Maria Filomena; PISCITELLI, Adriana (Org.) *Sexualidade e saberes: Convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 143 – 173.
- BENTO, Berenice. **A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BENTO, Berenice. *Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova*. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro. V. 17, 2012.
- BRITZMAN, Deborah. O que é essa coisa chamada amor. Identidade homossexual, educação e currículo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS. v. 21, 1996.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARRARA, Sergio. Educação, diferença, diversidade e desigualdade. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/res em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Rio de Janeiro: CEPESC, p. 13-183, 2009.
- COSTA, Ana Maria. MÉRCHAN-HAMANN, Edgar. TAJER, Débora. **Saúde, Equidade e Gênero: um desafio para as políticas públicas**. Brasília: UNB/ ABRASCO-ALAMES, 2000.
- COEN, Stephanie; BANISTER, Elizabeth. **Que diferença sexo e gênero fazem: um livro de estudos de gênero, sexo e saúde**. Canadá: Institutos Canadenses de Pesquisa em Saúde, 2012.
- DALL' AGNOL, Rosângela. A sexualidade no contexto contemporâneo: Permitida ou reprimida? **PSIC - Revista de Psicologia da Vetor Editora**, v. 4, n. 2, 2003, p. 26-31.
- DAVIS, Natalie Zemon. **Mulheres no topo: inversão sexual simbólica e transtorno político na Europa moderna**. Califórnia: Stanford UP, 1975.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**. v. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Positivo, 2010. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/genero>. Acesso: 22 jun. 2018.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

- GORDON, Ann; BUHLE, Mari Jo; DYE, Nancy Shrom. O problema da história das Mulheres. *In: História da Mulher Liberadora Ensaios Teóricos e Críticos de Berenice Carrol*. Urbana: Imprensa da Universidade de Illinois, 1976.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.
- HEILBORN, Maria Luiza. Gênero e diversidade na escola: A ampliação do debate. *In: \_\_\_\_\_*. (Org.). **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/res em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Rio de Janeiro: CEPESC, p.11-13, 2009.
- HOFFMAN, Diane; TARZIAN, Anita. **The girl who cried pain**: A bias against women in the treatment of pain. *J Law MedEthics*, 2001.
- LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LARRAURI, Maite. **Filosofia para profanos**. Valencia, España: Tàndem Edicions. 2000.
- LAURETIS, Teresa de. **A Tecnologia do Gênero**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes. 1997, p. 27-35.
- \_\_\_\_\_. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- \_\_\_\_\_. **“Pedagogias da sexualidade”**. *In: \_\_\_\_\_*. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed. 2. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- MAC AN GHAILL, Mairtín. **Deconstructing heterosexualities within school arenas**. *Curriculum Studies*. v. 4 (2), 1996.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Tradução Luiz Felipe Guimarães Soares. **Revista Estudos Feministas**. Santa Catarina, V. 8 (2), 2000.
- NOGUEIRA, Roberto Passos. A impotência da eqüidade. *In: COSTA, A.; MARIA, Merchán-Hamann; TAJER, E. D. (orgs.) Saúde, Eqüidade e Gênero – um desafio para as políticas públicas*, Brasília: Editora Universidade de Brasília/ABRASCO/ALAMES, 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000093&pid=S0104-1290200600020000600009&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000093&pid=S0104-1290200600020000600009&lng=pt). Acesso em: 27 mai. 2018.
- ROCON, Pablo Cardozo; RODRIGUES, Alexsandro; ZAMBONI, Jéσιο; PEDRINI, Mateus Dias. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 21, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015218.14362015>. Acesso em: 22 jun. 2018.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_; ROSEIRO, Maria Carolina Fonseca Barbosa; SODRÉ, Francis; ZAMBONI, Jéσιο. **(Trans)formações Corporais: Reflexões sobre saúde e beleza**. *Saúde Soc*. São Paulo. 2017. v. 26, n. 2, p. 521-532. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902017000200521&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902017000200521&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: 22 jun. 2018.
- ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental, Transformações contemporâneas do desejo** - Editora Estação Liberdade, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.pucsp.br/nucleode-subjetividade/Textos/SUELY/pensarvibratil.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2018.
- SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Tradução e notas de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

- SCOTT, Joan. **Gender on the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e Sexualidade**. Porto Alegre. Versão 20. 1995.
- SEIDMAN, Steven. **Deconstructing Queer Theory or the Under-Theorization of the Social and the Ethical**. In: NICHOLSON, Linda; SEIDMAN, Steven. (Orgs.). *Social Postmodernism. Beyond identity politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 116-141.
- WEEKS, Jeffrey. **El malestar de la sexualidad: significados, mitos y sexualidades modernas**. Madrid: Talasa, 1993.
- WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 7-72.

# 5

## O corpo nas diferentes culturas

Ana Luiza Barcelos Ribeiro

Ana Paula Silva Andrade Jorge

Jaise Silva Ferreira

Laila Lilargem Rocha

Thamires Gomes da Silva Amaral Lessa

### Introdução

O corpo pode ser analisado enquanto símbolo de uma determinada cultura ou enquanto agente de ação e transformação. Reicher e Koo (2004) ajudam a refletir sobre essa duplicidade de papéis do corpo, enquanto um “corpo simbólico” e enquanto um “corpo agente”. A primeira e mais prevalente perspectiva incide sobre a natureza representacional ou simbólica do corpo como condutor de significados sociais, ao passo que a segunda destaca o papel do corpo como um agente participante ativo no mundo social (REICHE; KOO, 2004, p. 298). O presente trabalho busca evidenciar o corpo enquanto simbólico, incluindo o papel dele na qualidade de agente no meio cultural e social.

De acordo com Santos (1994), a cultura está associada à educação, lendas e crenças de um povo, sua comida, seu idioma, manifestações artísticas e, de uma forma mais genérica, com tudo o que caracteriza uma população humana. Ele ainda acrescenta as duas concepções existentes de cultura, nas suas várias maneiras de entendimento: “a primeira concepção de cultura remete a todos os aspectos de

uma realidade social; a segunda refere-se, mais especificamente, ao conhecimento, ideias e crenças de um povo” (SANTOS, 1994, p. 23).

Pode-se entender a cultura como tudo o que caracteriza a existência de um povo, sua realidade social e a maneira de conceber e organizar a vida social. De acordo com Mauss (1974) “as maneiras como os homens sabem servir-se de seus corpos” fazem parte das representações coletivas, são formas pelas quais a vida social se inscreve e se utiliza desse “mais natural instrumento” de que o homem dispõe.

Dentro dessa perspectiva de corpo e de cultura será abordada a concepção de corpo a partir da cultura e do olhar brasileiros, visto que o Brasil é um país multicultural, composto por diversas contribuições culturais e étnicas. No decorrer deste trabalho, serão tratados alguns aspectos sobre o corpo na contemporaneidade, na sociedade oriental, na cultura árabe-muçulmana, indiana, indígena, africana, brasileira, portuguesa e na cultura surda que faz parte da cultura brasileira. A composição deste trabalho foi pensada a partir das culturas e características dos povos que influenciaram direta ou indiretamente a formação social brasileira e conseqüentemente a concepção que se tem hoje de corpo.

## O corpo na cultura brasileira

Ao estudar a história brasileira é praticamente impensável não relatar sua mistura racial, que se deve à sua forma de colonização e aos nativos da terra. Os índios nativos brasileiros caracterizavam-se pela diversidade; já os imigrantes de Portugal encontravam-se inseridos em um processo de mistura de raças há séculos. Dessa forma, não há dúvidas de que o Brasil é um país miscigenado, considerando a miscigenação como o cruzamento dos grupos de cor em que a espécie humana se divide. É devido a essa miscigenação que se faz necessário afirmar que no Brasil a identidade cultural varia bastante.

A população brasileira começa a se definir a partir da fusão entre africanos, portugueses e índios. Essa mistura deu origem a três tipos fundamentais de mestiços: os mulatos, os caboclos e os cafuzos.

Os mulatos, que eram mestiços de negros e brancos, formavam a economia do país, e o princípio de uma vida urbana. Os caboclos ou mamelucos eram mestiços de brancos e índios e habitavam o interior do país. Já os cafuzos, que eram mestiços de índios e negros, eram uma minoria da população inicial brasileira.

Além disso, o Brasil é considerado por diversos estudiosos um país em desenvolvimento e, conseqüentemente, em crescimento. Um estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), denominado “Estimativas de População dos Municípios 2017”, foi divulgado pelo jornal O Globo, que mostra que o Brasil, em 2017, tinha mais de 207 milhões de habitantes, quase 1 milhão a mais do que a estimativa feita em 2016, um crescimento de 0,77%. Entre os municípios que mais crescem, estão os da região sudeste, onde a cidade paulista tem a maior população, com 12,1 milhões de habitantes, seguida do Rio de Janeiro, com 6,5 milhões de habitantes.

A população brasileira, de acordo com o IBGE, deve começar a diminuir em 2043, ainda que a expectativa de vida tenha aumentado de 73,9 anos em 2010 para 76,7 em 2020, segundo estimativa do IBGE. Os dados do estudo sobre os idosos no Brasil apontam que eles deverão representar 26,7% da população, em 2060.

No Brasil, há uma produção escassa de materiais acadêmicos relacionados à questão do corpo, pois esta se encontra inserida em um debate maior, em que a diversidade cultural predomina.

A preocupação com os corpos dos cidadãos só pode ser feita, segundo Crespo (1990), a partir do entrecruzamento dos elementos econômicos, políticos e culturais de determinadas sociedades.

Tornou-se evidente a preocupação com o corpo a partir da chegada da família real portuguesa, em 1808, com a criação da Academia Real Militar (CASTELLANI, 1988). A cor da pele definia a que classe social pertencia aquele determinado indivíduo. A aristocracia não se importava com atividades físicas, mas somente com atividades intelectuais. As mulheres de elite deveriam ter as peles alvas e o corpo rechonchudo, e não praticavam atividades físicas até meados do século XIX (OLIVEIRA, 1998). A burguesia, que crescia constantemente, optava por ser pintada em quadros e investiam muito dinheiro nesse negócio. O corpo farto era relacionado à quantidade grande de bens que a família possuía, enquanto o corpo franzino era apontado como sinônimo de pobreza e falta de alimento. A educação física para meninas começou a ser inserida nas escolas em 1874, mas não foi bem recebida, e diversos pais preferiram tirar as filhas da escola por esse motivo.

Somente em 1882 a situação começou a ser modificada, quando Rui Barbosa, então deputado, começou a proclamar os benefícios fisiológicos e



psicológicos dos exercícios físicos e instituiu a ginástica como modalidade obrigatória para ambos os sexos em todas as escolas. Foi a partir de então que houve a instauração dos exercícios físicos e a preocupação com a estética corporal foi iniciada no país.

No período renascentista, a questão corporal se relacionou ao método científico, as pessoas passaram a entender o corpo de modo racional, como objeto para estudos e experiências científicas. Passou-se de uma visão que era centrada na figura de Deus para uma centralização no homem.

Durante a Revolução Industrial e o crescimento do capitalismo, a questão corporal sofreu, novamente, alterações. O corpo foi colocado a serviço da economia, que necessita que os corpos estejam saudáveis para produzir em larga escala sem perder a qualidade e, além disso, era preciso moldar-se à imposição de modelos físicos que lhes eram feitos, o que gera a necessidade de consumo.

No século XXI, o corpo deixou de ser considerado um objeto para passar a pertencer a indivíduos em busca do reconhecimento e da fama. Para tanto, investem em seus corpos, objetivando prazer e posição social, ainda que ilusória. Há uma imposição, feita por influência midiática, de que se consuma constantemente na busca por um corpo raquítico e definido. Os indivíduos que não seguem tal padrão muitas vezes não são bem vistos socialmente e se encontram, com frequência, em situações de sobrepeso ou desnutrição. São alvos de preconceito nos mais diversos lugares, inclusive dentro da própria instituição familiar.

A mídia associa a apresentação estética com ideais de saúde. A angústia e o receio do envelhecimento são contidos com diversas novidades de beleza *antiaging*, que prometem resultados instantâneos e promovedores de milagres; o comércio da beleza dedica-se a vender a possibilidade de se permanecer novo, bonito e com saúde.

Nesse contexto, os sujeitos estão se afastando progressivamente de se sentirem satisfeitos com sua aparência; os padrões estéticos impõem uma imagem utópica para muitos brasileiros, o que é ressaltado pelo número crescente de cirurgias plásticas.

O uso exacerbado de maquiagem pelas mulheres, as roupas que precisam sempre estar na moda, procedimentos estéticos infundáveis e o uso de produtos químicos são atitudes comuns entre as brasileiras.

Os homens não escapam das novas estatísticas sobre os estipulados padrões de beleza a serem seguidos e são influenciados a buscarem a construção de um corpo esbelto, formoso. Algumas vezes, recorrem ao uso de anabolizantes, colocando em risco a saúde.

O contexto social atual aponta para uma nova alteração nos padrões, que não são apenas estéticos, mas também morais. Não se pode falar sobre os corpos sem citar a morte, pois é como eles se findam. No Brasil, a forma mais comum de se despedir dos corpos é em cemitérios, enterrando-os. A este fato soma-se a cultura de velar os corpos por pelo menos 24 horas após a morte ou pelo maior tempo possível, de acordo com avaliação do médico legista. O procedimento de cremação também tem começado a fazer parte, no Brasil, da opção de algumas pessoas, quando do momento da morte. Outras formas ainda são mais raras e difíceis de serem aceitas na cultura brasileira.

## O corpo na contemporaneidade

Elementos como altura, peso, curvas, músculos, pelos, cabelos, feições e inúmeros outros padrões estéticos existem desde os primórdios da humanidade. Além da mudança dos padrões ao longo da história, é possível notar como alguns padrões variam de acordo com a etnia, e, ainda, como algumas etnias buscam incorporar aspectos típicos de outras.

No Brasil colonial, por exemplo, a epítome da beleza eram mulheres brancas e de corpo avantajado, o que estava relacionado ao pertencimento às classes mais altas (SOARES; FRAGA, 2003). Nesse contexto, a pele negra era sinônimo de força para o trabalho escravo. Em contrapartida, a indústria da estética, atualmente, é responsável por estabelecer os padrões de beleza a serem seguidos, muito embora prevalece ainda hoje uma supervalorização da pele branca. Assim como alguns padrões variam ao longo da história, outros se mantêm firmes.

Ainda sobre o Brasil colonial, as curvas das mulheres negras eram motivo de cobiça. Hoje, ainda, mulheres negras e latinas que possuem curvas são a representação da luxúria, herança dos tempos da escravidão, em que eram utilizadas apenas para suprir desejos de seus senhores e ainda eram vistas como vilãs por suas senhoras. Naquele momento, não havia incentivo ao culto do corpo, já que elas serviam apenas para trabalhar e satisfazer desejos dos senhores (ANZAI, 2000).

Na contemporaneidade, observa-se um contrassenso entre o auge da imposição da indústria estética, mas também certa revolução contra tais imposições. Em meio ao fortalecimento da cultura *fitness*, também é possível notar o apoio aos diversos biótipos. Há um debate contundente, todavia, sobre a incorporação de padrões. Atualmente, é comum, por exemplo, mulheres brancas adquirirem aspectos antes considerados tipicamente negros, como curvas e lábios grossos.

Com o empoderamento dos diferentes biótipos, principalmente por meio do mundo virtual, muitas mulheres negras, por exemplo, passam a se orgulhar e afirmar sua etnia. Dessa forma, enquanto a indústria da estética estabelece um padrão, muitas vezes o mundo virtual propõe outros, fazendo com que muitas mulheres busquem alternativas para adquirir tais padrões. De uma forma ou de outra, ambos são padrões. Assim, um questionamento é levantado: até que ponto a busca por atingir os padrões é saudável? Uma busca pela liberdade corporal e pelo fortalecimento de um novo biótipo libertou aqueles que lutaram, mas aprisionou outro grupo. Em meio a tais questões, muitas pessoas acreditam que só serão felizes quando se encaixarem em algum padrão. Em todo o caso, a indústria da estética, seja para tirar, colocar, esticar, maquiagem ou valorizar, lucra bilhões.

## O corpo na cultura árabe-muçulmana

Abordar sobre o corpo em diferentes culturas exige do leitor certa desconstrução e flexibilidade frente às concepções construídas acerca da sua própria cultura. Em se tratando de uma concepção oriental, por exemplo, há o risco de ocorrer o chamado orientalismo. Nessa concepção, engloba-se toda a diversidade da cultura oriental dentro de padrões e estereótipos que reduzem as pluralidades (SAID, 1990).

O contato mais próximo com as diferenças culturais, porém, possibilita romper estereótipos. Nesse sentido, o Brasil, com a sua história de construção de um país multicultural, pode se aproximar da cultura oriental, sobretudo dos povos árabes, uma vez que a imigração árabe fez e faz parte da história do país. Muitos árabes imigraram, devido a conflitos religiosos ou dificuldades socioeconômicas. Alguns imigrantes pretendiam ir para os Estados Unidos, contudo, enganados pelos navegadores, acabaram chegando ao Brasil e

se instalaram, exercendo o ofício comum para os árabes, o de comerciantes, também conhecidos como mascates (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000).

Ao abordar acerca do corpo na cultura árabe-muçulmana, cabe pontuar algumas considerações iniciais sobre a cultura árabe pré-islâmica. Os povos árabes originalmente viviam na Península Arábica, e praticavam religião politeísta. Havia os povos nômades, que se dedicavam ao transporte de mercadorias, e os povos sedentários, que viviam em áreas urbanas e se dedicavam ao comércio e à agricultura (SCHMIDT, 1999).

A partir, no entanto, de uma visão religiosa sobre a existência de um deus único, difundida por meio do profeta chamado Mohamed (traduzido como Maomé), houve a emergência e disseminação da religião islâmica ou muçulmana. Assim, o povo árabe começa a se tornar unificado e monoteísta. Atualmente, sabe-se que o povo árabe é predominantemente muçulmano, muito embora caiba salientar que há parte deles que professa religiões cristãs e judaicas. Além disso, a religião muçulmana também se espalhou para outras regiões, fazendo com que povos que não são árabes também professem a religião muçulmana (SCHMIDT, 1999).

Considerando, então, a hegemonia do islamismo na cultura árabe é preciso compreender seus preceitos e como essa religião se inscreve na vida e no corpo das pessoas. Segundo Ferreira (2017), os principais preceitos muçulmanos são: executar as cinco orações diárias em direção a Meca, caridade para com as pessoas pobres, jejuar no mês do Ramadã e peregrinação a Meca. Esses princípios, sobretudo o jejum e a peregrinação, requerem do corpo abstinência e disciplina. Assim sendo, a autora afirma: “o corpo é submetido ao regime rígido da prática religiosa” (FERREIRA, 2017).

Outro aspecto importante relaciona-se às vestimentas, que devem cobrir o corpo. Existem também as vestes específicas que cobrem a cabeça e os cabelos, estas têm diferentes nomenclaturas e variam de acordo com cada território. Essa prática na cultura árabe-muçulmana relaciona-se com o respeito, pureza e proximidade com o seu deus. Sobre a percepção da beleza e estética, cabe considerar que as cirurgias plásticas são aceitas apenas em situações ligadas à saúde, não sendo permitidas cirurgias para fins estéticos (FERREIRA, 2017).

Em se tratando da alimentação, a religião muçulmana proíbe o uso de bebida alcoólica e drogas, bem como o consumo de carne de porco, considerada

impura. Outro ponto relevante em relação ao consumo da carne é acerca do abate, que deve seguir regras de forma a respeitar os princípios do islamismo (FERREIRA, 2017).

Um nome importante ao abordar o corpo na cultura árabe-muçulmana é Ibn Sina (Avicenna), que foi um filósofo e médico que contribuiu na construção de conhecimentos sobre o corpo humano e tratamentos para as morbidades. Houve contribuições por meio de descobertas tanto no campo da medicina como no campo da filosofia e psicologia, trazendo noções sobre a relação mente e corpo (SMALLI, 2009).

A dança também é outro elemento importante a ser destacado sobre a cultura árabe, tendo sofrido modificações de acordo com o período histórico. A dança árabe, conhecida popularmente como dança do ventre, remonta a períodos antigos da história e está relacionada aos povos que viviam nas regiões árabes. A origem da dança está relacionada à fertilidade e ao culto à deusa mãe, remetendo, assim, a um período matriarcal (KUSSUNOKI, 2011).

A partir das transformações sócio-históricas e da hegemonia do patriarcado, entretanto, esse caráter de culto à deusa desaparece, mas mantém-se ainda a dança como uma manifestação do campo privado e muito ligada às mulheres. A dança se configura, então, como um momento de comemoração nas festividades familiares (sobretudo nos casamentos), emergindo, posteriormente, o protagonismo masculino em danças folclóricas clássicas, tais como o *dabke* (KUSSUNOKI, 2011).

A influência ocidental também foi um elemento fundamental na transformação da dança árabe. Nesse sentido, a dança passa a ser considerada arte, sendo exibida publicamente (e conseqüentemente há ênfase na exposição do corpo). Desse modo, a dança árabe mais clássica e folclórica (praticada, em geral, no âmbito privado e frequentemente com trajes mais cobertos) vai recebendo influências e elementos ocidentais e se modificando (KUSSUNOKI, 2011).

Ante ao exposto, cabe considerar que a cultura árabe-islâmica é fortemente marcada por princípios religiosos que estruturam a organização social e a intervenção em relação ao próprio corpo. Somado a esses aspectos, porém, é possível observar uma cultura também rica na arte, em especial na dança, possibilitando, assim, ante às relações de poder inscritas na sociedade, momentos de ruptura. Nesse sentido, é cabível a reflexão de Foucault (1988): “onde há

poder, há resistência” (FOUCAULT, 1988, p. 104-105). Dessa forma, a arte, enquanto possibilidade de resistência, tem um potencial libertador e criador de afeto, sobretudo nos espaços coletivos.

## O corpo na cultura indiana

A Índia é um país de característica multirracial e multirreligiosa, com duas línguas oficiais (hindi e inglês), além de outras reconhecidas na constituição do país. Possui, em sua memória, uma história complexa e diversificada de inúmeros reinos, principados e impérios. Dentro das suas crenças, 80% da população indiana declaram-se como hindus e têm a segunda maior comunidade muçulmana do mundo. Ademais, há significativa comunidade de cristãos, sikhs, budistas, islamicos e jainistas (MACEDO, 2017). Religiões com visões holísticas, onde o corpo e o espírito representam uma unidade interdependente e indissociável (ALVES; STERN, 2017).

Na Índia, o nascimento de um bebê é momento de grande alegria e de muitas comemorações. Assim que ocorre o nascimento, faz-se o mapa astral e, com algumas variações, de acordo com a crença religiosa, antes do cordão umbilical ser cortado, o pai coloca gotas de mel nos lábios ou língua do bebê, simbolizando as bênçãos de Deus. Raspa-se os cabelos do recém-nascido para purificar a alma e o corpo de cargas negativas trazidas de vidas passadas. As mechas são recolhidas com cuidado e oferecidas aos deuses ao som de mantras (ALVES; STERN, 2017).

A família, na Índia, é a base do sucesso, felicidade e prosperidade. Os casamentos são providenciados com certa antecedência para proteger as meninas das “ciladas do coração”. Sob a pressão do dote, muitas famílias consideram a condição de ter filhas um grande fardo, porque ameaçam a sua honra: se elas não forem consideradas bonitas, pode não surgir pretendentes para casamento, ou até mesmo se forem estupradas, realidade muito comum no país. A mulher indiana sofre muita pressão para ter filho do sexo masculino, para manter a continuidade da família e também o respeito público. Essa cobrança provoca, na mulher, em caso de uma gestação de um feto feminino, a iniciativa do aborto, para se evitar problemas futuros. Por conta dessa cultura, a população feminina está diminuindo, levando muitas famílias a comprarem meninas para casarem com seus filhos. Esses casamentos são precoces e a expectativa

de vida dessas meninas é pequena, de forma que muitas são submetidas à gravidez muito novas. Assim, tornam-se, posteriormente, domésticas nas suas casas e são exploradas sexualmente pelos seus maridos, que as oferecem para sexo e até mesmo para casamentos com outros homens (FERREIRA, 2016).

O casamento dos indianos possui grande simbologia, por meio das vestimentas e decorações no corpo. Antes do casamento, a família da noiva solicita a um astrólogo que avalie futuros problemas no relacionamento. A partir dessas necessidades, ele escolhe os desenhos ideais para tatuar a noiva, buscando a força do amor e a fertilidade. Essa pintura é feita com henna (Mehndi) nas mãos, braços, pés e tornozelos. No dia do casamento, alguns rituais peculiares acontecem, como o noivo colocar um anel de prata no dedo do pé da noiva e, para jurarem fidelidade eterna, colocam o pé direito sobre a pedra e juram ter forças como uma rocha durante o casamento (BISWAS, 2012).

Dentre os costumes, há o uso do *piercing*, que está associado aos órgãos sexuais femininos, garantindo que o parto dos filhos seja mais seguro. No dia do casamento, o *piercing* é substituído por uma argola, que é presa por uma corrente à orelha. Em caso de viuvez, a mulher remove a joia permanentemente. Outro costume é o uso do *bindi*, conhecido como terceiro olho místico, posicionado no chakra frontal para aumentar a concentração. Há também o traço vermelho (*Sindoor*) feito de *kumkum*, que é aplicado na divisa do cabelo da mulher, simbolizando que a mulher é casada e submissa ao seu marido e representando o sangue que jorra da cabeça dela quando ela se entrega ao seu marido (HINDUÍSMO: A RELIGIÃO QUE DOMINA A ÍNDIA, 2012).

Na Índia, há o reconhecimento do terceiro gênero, o transgênero, também chamado de Hijras. Na maior parte dos casos, são pessoas com algum tipo de ambiguidade relativa aos órgãos sexuais externos, ou casos de homens com problemas nos órgãos genitais. Muitos são castrados pelas sacerdotisas para lhes servirem como escravos sexuais. Atuam em rito de boas-vindas ao nascimento de filhos de sexo feminino. Castrados ou não, os Hijras se vestem com roupas femininas (OLIVEIRA, 2008).

Os rituais fúnebres na Índia consistem na preparação do corpo, velório e a cremação. No hinduísmo, prega-se que quando uma pessoa morre, o deus do fogo virá purificar o cadáver e libertar a alma para que siga seu caminho. Nas grandes cidades, as famílias já buscam crematórios reservados, mas nas províncias as cremações continuam públicas e ao ar livre. Não se permite que as

mulheres participem dos funerais crematórios, por elas serem mais sensíveis, dificultando o desapego do falecido (MIRANDA, 2011). É considerado muito auspicioso ver um cadáver sendo levado para seu funeral, indicando que todos os seus desejos e trabalhos pendentes serão conquistados e também a destruição do mal e da tristeza na sua vida (PEREIRA, 2016). Os indianos acreditam na reencarnação, podendo a alma retornar tanto numa forma humana ou na forma de um animal. A religião prega que os indianos devem viver uma vida de solidariedade e fraternidade para que o seu espírito possa evoluir e quebrar esse ciclo de reencarnação, chamado de moksha (ZILLES, 2012).

A medicina indiana é chamada de medicina Ayurveda, um dos tipos de medicina mais antigos do mundo. Nela, há a preocupação com a dimensão metafísica do corpo do homem, onde residem as verdadeiras causas da doença, que se manifesta no corpo físico. O adoecimento é interpretado como um momento em que o corpo está com aumento de toxinas, provocado pelo excesso ou deficiência dos cinco elementos fundamentais (terra, água, fogo, ar e espaço), dificultando o fluxo da “energia vital”, contaminando os tecidos e provocando alterações patológicas no corpo físico. Cada corpo apresentará uma necessidade específica de acordo com seu biótipo individual (Dosha), e, através das ervas, óleos, massagens e meditação, o paciente é levado ao reequilíbrio e recupera seu estado de saúde (MARTINS, 2017).

Para o tratamento por meio da meditação, usa-se a filosofia e a técnica do Yoga. Os exercícios e meditações através do Yoga permitem o autoconhecimento e a hiperconsciência do corpo, integrando-o harmoniosamente com os distintos elementos físicos, mentais e espirituais do ser humano, e estes com o cosmo (FARIA, 2013).

## O corpo na cultura africana

O continente africano é distribuído em 54 países, havendo mudanças culturais significativas de uma região para outra. O povo africano utiliza-se do corpo como conexão entre o mundo visível e o transcendente, através da escolha das roupas, acessórios e até mesmo das cores, que se constituem historicamente como uma manifestação cultural. A África possui várias línguas, costumes e religiões, e os cidadãos utilizam trajes, adornos e tecidos para exibir o estilo de cada tribo; cada pintura tem um significado diferente.



A utilização do corpo como forma de comunicação da cultura é comum na Etiópia, onde as pessoas costumam cortar o lábio ou o lóbulo da orelha e introduzir um prato até que se estenda ao máximo, demonstrando beleza e *status*. Já em Lesedi, depois do casamento as mulheres usam argolas de metal no pescoço, pernas e braços, também por uma questão cultural, de beleza e de diferenciação do estado civil.

Em alguns povos, são feitas marcas e cortes na pele, conhecidos como escarificações, que ao cicatrizarem parecem uma renda. As marcas registram as fases da vida da mulher e servem para deixá-las mais bonitas, visto que não usam roupas. Em parte da Nigéria, as escarificações são realizadas a partir dos 5 anos de idade nas meninas; são feitas em sequências, de acordo com cada fase, e só estão aptas para o casamento aquelas com toda a sequência de desenhos completa.

Em alguns rituais, determinados povos utilizam-se de máscaras e, para eles, as máscaras com significados espirituais e religiosos podem ser usadas nas celebrações de nascimentos, ritos de iniciação, ao colherem bons frutos, em ritos fúnebres, casamentos, ao se prepararem para a guerra, em ritos de cura e outras situações. Ao usar essas máscaras, a pessoa assume a entidade que a máscara representa, tendo atitudes e sensações do espírito evocado pela própria máscara. As máscaras podem representar os espíritos invisíveis da floresta, os deuses, os antepassados, os animais da floresta, a beleza e o rosto feminino, conectando o corpo, através da máscara, aos espíritos evocados.

A identidade feminina, em muitas regiões da África, é determinada pela fertilidade, por ter descendentes. O parentesco é formado por meio das relações estabelecidas através dos nascimentos. As mães, na África, são consideradas por serem aquelas que detêm o poder de dar a vida, e poderosas principalmente nas sociedades matriarcais, por garantirem a ligação com os antepassados e transmitirem as informações culturais. Essa necessidade de deixar descendentes cooperou para a institucionalização da maternidade, surgindo rituais de fertilidade, tabus e crenças com significados religiosos. Na África do Sul, no entanto, as mulheres vivem em uma sociedade machista e patriarcal, sendo vítimas de estupro e de assédio.

Em vinte e oito países africanos, a circuncisão feminina é uma prática recorrente que faz parte da cultura. Essa prática está associada à moralidade e ao papel da mulher na sociedade e na família. É justificada como purificação

do corpo feminino, preparação para o casamento e até mesmo proteção da mulher contra estupradores.

Assim como na maternidade, a preocupação com a descendência e com a imortalização dos antepassados é uma questão a ser enfrentada também pelos homens, que sofrem com a desaprovação por não gerarem filhos.

No candomblé, religião afrodescendente brasileira, a família é muito valorizada e a criança é considerada como um elemento nuclear; ela é honrada, louvada e protegida, como criança que será o futuro da comunidade, porque sabem que, efetivamente, ela o será.

O corpo é, comumente, visto como conexão com o divino no voduísmo, que é uma religião em que o corpo está muito presente em uma prática denominada boneco vodu e em outro chamado Zombi. Nei Lopes (2004), em “Enciclopédia da Diáspora Africana”, define o Vodu como uma crença religiosa de origem africana, difundida a partir do Haiti: “superficialmente definido, por boa parte dos dicionários, como um conjunto de superstições e práticas de feitiçaria, o vodu é nada menos que uma sofisticada síntese de religiões tradicionais do antigo Daomé, dos Iorubás e da cultura Kongo, com influências do catolicismo romano” (LOPES, 2004, p. 677). Destaca-se que a religião não consiste apenas nestas práticas e que as mesmas podem ser praticadas por grupos distintos.

## O corpo na cultura indígena

Os índios, primeiros habitantes do território brasileiro, são um povo formado por tribos distintas, que apresentam hábitos, costumes e línguas diferentes. No Brasil, segundo o censo de 2010, a população indígena é de 896,9 mil, composta por 305 etnias diferentes. Nesse contexto, é notória a dificuldade de realização de trabalhos científicos para que haja um aprofundamento, conhecimento e divulgação das culturas de diversas etnias indígenas.

Para as sociedades indígenas, de maneira geral, a escolha do corpo e das representações associadas a ele não é aleatória. O corpo é instrumento e, ao mesmo tempo em que é símbolo, por meio dele se constroem diariamente ideias, modelos estéticos e culturais e valores.

Ao longo da vida, o índio constrói sua história por meio do corpo. Segundo Marco Antônio Gonçalves (2000), responsável pela exposição “Corpo e

alma indígena”, ocorrida no Museu do Índio, na cidade do Rio de Janeiro, o corpo é produzido, fabricado, constituído pela sociedade. Nesse contexto, ele é mutilado, enfeitado, nomeado, perfurado, desenhado, tornando-se mais do que corpo. Os indígenas acreditam que, por meio dessas ações, o corpo adquire a imaterialidade e, assim, como recompensa por suas produções no mundo, sua alma é animada.

Com base nos arquivos e relatos do Museu do Índio, este é o caminho que o olhar sobre o corpo conduz, o da chegada a este mundo até a partida dele, sendo a passagem para diferentes planos, o material e o imaterial. A cada vivência, o parto, a infância com suas peraltices e a passagem das diferentes fases, seguidas com suas nomeações, se dá a modelação corporal. A produção do corpo é exteriorizada na adolescência, com os rituais de preparação dos jovens, e o amadurecimento é divulgado para a tribo com o casamento, suas pinturas, ritos, adornos, armas e o reconhecimento de guerreiro. O corpo é matéria-prima e também se faz troféu por meio das transformações sofridas.

Se as patogenias e o fim da vida neste mundo encerram o ciclo vital da matéria, os rituais de cura levam a outras dimensões além da materialidade, descontinando outros mundos, onde morrer é se permitir renascer de outra forma. O corpo, então, tem papel ativo na construção da identidade individual do índio.

Em relação ao ritual de passagem da infância à vida adulta, para as comunidades indígenas não é necessário que se passe pela adolescência; desde a primeira idade treina-se a aquisição de habilidades e práticas pertinentes ao seu sexo. Para essa concretização, segundo Rangel (1999), o indivíduo passa por um ritual de iniciação, que é um dos mais importantes no ciclo cerimonial. Em relação às meninas, o tempo para esse ritual é ditado pela ocorrência da primeira menstruação, e a partir de então essa jovem é levada à reclusão, podendo ficar de seis meses a dois anos em um espaço delimitado, saindo apenas para necessidades fisiológicas. Segundo a mesma autora, esse tempo é dedicado a aprender a ser mulher. Os rapazes que regulam idade com as meninas também são inseridos em um ritual de iniciação que dura cerca de cinco anos ou mais; eles são submetidos à provocações físicas e emocionais para fixarem conhecimentos, valores e crenças. O processo de iniciação termina com o casamento.

O valor da vida é atribuído ao corpo mediante a capacidade do índio de sobreviver ao meio social em que nasceu. Nesse contexto, o infanticídio é

recorrente entre as diversas tribos indígenas no Brasil. Adinolfi (2012) relata que, na grande maioria, é difícil a contagem dos casos de infanticídio, pela subnotificação existente. Ainda apresenta, segundo os autores de “Bioética, cultura e infanticídio em comunidades indígenas brasileiras: o caso Suruahá” (FEITOSA; TARDIVO; CARVALHO, 2006, p. 5), três critérios gerais para que as comunidades indígenas promovam tal prática, a citar: a incapacidade da mãe em dedicar atenção e os cuidados necessários a mais um filho, o fato do recém-nascido estar apto ou não a sobreviver naquele ambiente físico e sociocultural onde nasceu e a preferência por um sexo (ADINOLFI, 2012, p. 5).

A morte é encarada pela maioria das sociedades indígenas como passagem deste mundo material para outro plano. Na cultura indígena, os rituais que celebram a morte são de suma importância, pois acredita-se que somente a partir dela o espírito fica livre para habitar dimensões espirituais ou adquirir outro corpo. Beltrão (2015) apresenta rituais de tribos indígenas brasileiras, todos com a finalidade de quebrar elos com o mundo físico, libertar o espírito e herdar características do morto.

É interessante ressaltar que para o índio o corpo não nasce pronto, mas se constrói ao longo da vida, por isso a necessidade de suas materializações, como pinturas, inserções e marcas. Acredita-se que o corpo, enquanto matéria, exterioriza a relação do espírito com a alma, sendo a materialização da sua relação com o divino. Fassheber (2001, p. 56), diz que para “sociedades indígenas, a noção de corpo está intimamente ligada à noção de pessoa, construída socialmente, e adequada à cosmologia do grupo”.

Discutir o corpo indígena implica, concomitantemente, refletir sobre suas filosofias, o que exige uma imersão cultural e uma visão sem julgamentos pautados na própria cultura; portanto, é possível reconhecer a significação do corpo para o índio em sua sociedade por meio do valor e reconhecimento atribuído a um indivíduo que se destaque em determinadas habilidades julgadas importantes para o grupo, como lutas, por exemplo.

Ainda segundo Fassheber (2001), “o estudo do corpo indígena implica um retorno ao estatuto metafísico ou mágico e moral das realidades objetiva e subjetiva, onde o chamado corpo concreto, material, incontestavelmente anatómico e fisiológico, não existe nem teórica e muito menos praticamente; para o indígena, tudo é efetivamente real; seus órgãos e fantasias”. Esse contexto leva a refletir que os valores atribuídos ao corpo estão sujeitos à filosofia de vida de cada sociedade.

Vale ressaltar, sobretudo, que cada povo, cada etnia indígena tem uma cultura própria, com organização social e econômica e práticas corporais particulares. As práticas corporais das sociedades tradicionais colaboram para que valores, costumes, normas sociais e comportamentos desejados sejam assimilados por meio dos corpos dos indivíduos, tendo como base suas tradições. No plano simbólico, constituem-se em vivências lúdicas, expressões e linguagens com sentidos e significados que emergem dos contextos nos quais são realizadas.

## Conclusão

Diante do exposto, é possível compreender que o corpo em cada cultura é visto e tratado de formas diferentes e encontra-se relacionado ao contexto histórico e social no qual está inserido. Com base no que foi apresentado, o corpo é compreendido na perspectiva de uma simbologia e relacionado às suas crenças e costumes.

Frente à temática em questão, foi possível observar, também, uma escassez de estudos científicos relacionados ao tema, o que aponta para uma necessidade maior em ampliar e pesquisar questões relacionadas ao corpo em culturas diversas.

Nesse sentido, o presente trabalho não pretende abarcar toda a multiplicidade de abordagens e especificidades decorrentes das diferentes culturas, mas fomentar o interesse e instigar a busca pelo conhecimento acerca de outros modos de ser e existir no mundo.

## Referências

- ADINOLFI, Valéria Trigueiro. **Enfrentando o infanticídio**: bioética, direitos humanos e qualidade de vida das crianças indígenas. Mãos Dadas, 2012. Disponível em: <http://www.redemadadas.org/enfrentando-o-infanticidio>. Acesso em: 12 jun. 2018.
- ALVES, Sabrina. STERN, Fábio. Corpo na religião das hijrã do sul da Índia. **Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th. Women's Worlds Congress**, Florianópolis (SC) Brasil, 2017. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499458532\\_ARQUIVO\\_Texto\\_completo\\_MM\\_FG\\_Final.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499458532_ARQUIVO_Texto_completo_MM_FG_Final.pdf). Acesso em: 03 jun. 2018.

- ANGELI, Daniela. Uma breve história das representações do corpo feminino na sociedade. Santa Catarina: UFSC. In: **Rev. Estud. Fem.** v. 12, n. 2. Florianópolis. Mai/Ago. 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2004000200017&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2004000200017&lang=pt). Acesso em: 10 jun. 2018.
- ANZAI, Koiti. O corpo enquanto objeto de consumo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte.** 21 (2/3). Jan/Mai, 2000.
- BARBOSA, Maria Raquel; MATOS, Paula Mena; COSTA, Maria Emília. Um olhar sobre o corpo ontem e hoje. Portugal: Universidade do Porto. In: **Psicol. Soc.** v. 23, n. 1. Florianópolis, Jan/Abr. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010271822011000100004&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822011000100004&lang=pt). Acesso em: 23 mai. 2018.
- BARRETOS, Maria de Paula. **Universalidade dos Direitos Humanos e da Personalidade Versus Relativismo Cultural.** Disponível em: [http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/manaus/estado\\_dir\\_povos\\_maira\\_de\\_paula\\_barreto.pdf](http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/manaus/estado_dir_povos_maira_de_paula_barreto.pdf). Acesso em: 20 mai. 2018.
- BELTRÃO, Jane Felipe; LOPES, Rhuan Carlos; CUNHA, Mainá Jailson Sampaio; MASTOP-LIMA; Luiza de Nazaré; DOMINGUES; William César Lopes; TOMÉ, Tiago Pedro Ferreira. **Vida e morte entre povos indígenas.** Espaço Ameríndio. Porto Alegre, RS, v. 9, n. 1, p. 206-238, jan./jun. 2015.
- BISWAS, Soutik. **Por que a Índia trata tão mal suas mulheres?** 2012. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/12/121230\\_india\\_mulheres\\_realidade\\_preconceito\\_mm](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/12/121230_india_mulheres_realidade_preconceito_mm). Acesso em: 08 jun. 2018.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museus: memória e cidadania**, 2003.
- BRASÍLIA. Ministério da Cultura, 2003. Ministério do Interior/FUNAI. **Museu do Índio: Guia.** Rio de Janeiro: FUNAI, s. d.
- \_\_\_\_\_. **Museu do Índio. Museu do Índio: 30 anos (1953-1983).** Rio de Janeiro: FUNAI, 1983.
- CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta.** Campinas, SP: Papyrus, São Paulo, 1988.
- CRESPO, Jorge. **A história do corpo.** Lisboa/Rio de Janeiro, DIFEL/Bertrand Brasil, 1990, Memória e Sociedade.
- FARHAT, Damian Guimarães Konopczyk Maluf. As diferentes concepções de corpo ao longo da história e nos dias atuais e a influência da mídia nos modelos de corpo de hoje. 2008. 30 f. **Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Educação física)** - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/118970>. Acesso em: 11 jun. 2018.
- FARIA, Isabel Maria da Quinta Castro. **Saúde mental, bem-estar subjetivo, satisfação com o suporte social e comportamentos de saúde em praticantes de Yoga.** Braga, Portugal, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/15226>. Acesso em: 11 jun. 2018.
- FASSEBER, José Ronaldo. Mendonça. Antropologia do corpo: reflexões sobre a diversidade corporal dos Xamas. **Revista Conexões**, v. 6, 2001.
- FEITOSA, Saulo Ferreira; TARDIVO, Carla Rúbia Florêncio; CARVALHO, Samuel José de. **Bio-ética, cultura e infanticídio em comunidades indígenas brasileiras: o caso Suruahá [monografia].** CORNELLI, Gabriele e GARRAFA, Volnei (orientadores). UNB. Brasília, 2006.

- FERREIRA, Francirosy Campos Barbosa. **A centralidade do corpo no Islam**. 2017. Disponível em: <http://www.icarabe.org/node/3036>. Acesso em: 03 jun. 2018.
- FERREIRA, Bianca Morais. **Violências na Índia: um estudo dos impactos sobre as mulheres**. Caruaru (PE) Brasil, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ascses.edu.br/handle/123456789/496>. Acesso em: 02 jun. 2018.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GONÇALVES, Marco Antônio. **Museu do Índio, exposição: corpo e alma indígena**. Rio de Janeiro: FUNAI, 2000.
- HINDUÍSMO: A religião que domina a Índia. 2012. Disponível em: <https://belongtohinduism.wordpress.com>. Acesso em: 08 jun. 2018.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/arabes.html>. Acesso em: 11 jun. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Estimativas Populacionais do Município**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/16131ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-para-2017.html>. Acesso em: 11 jun. 2018.
- LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo. Selo Negro, 2004.
- KUSSUNOKI, Sandra. **A dança do ventre: aparência corporal na contemporaneidade: “o mito da barriga”**. Jundiá, Paco Editorial: 2011.
- MACEDO, Emiliano Unzer. **História da Índia – Uma narrativa do Vale do rio Indo a Chandrayaan-1**. Columbia, Carolina do Sul, EUA: Amazon Independent Publishing, 2017. Disponível em: <http://docplayer.com.br/56481881-Historia-da-india-uma-narrativa-do-vale-do-rio-indo-a-chandrayaan-1-emiliano-unzer-macedo.html> Acesso em: 02 jun. 2018.
- MARTINS, Paulo Nuno. **A visão do corpo no ocidente e no oriente**. 2017. Disponível em: <https://www.revistafenix.pt/a-visao-do-corpo-no-ocidente-e-no-oriente/>. Acesso em: 11 jun. 2018.
- MAUSS, Marcel. **As técnicas corporais**. In: MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia. São Paulo: EPU, 1974, v. II. p. 209-233.
- MIRANDA, Sheyla. **Como as grandes religiões velam seus mortos?** 2011. Disponível em: <https://mundoestranho.abril.com.br/cotidiano/como-as-grandes-religoes-velam-seus-mortos>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- NASCIMENTO, Diego Ebling do. AFONSO, Mariângela da Rosa. Os corpos na sociedade contemporânea. EDDesportes.com, **Revista Digital**. Buenos Aires - ano 18, n. 190 - Mar. 2014. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd113/o-corpo-na-contemporaneidade.htm>. Acesso em: 13 jun. 2018.
- OLIVEIRA, Arilson Silva. A sacralidade das castas indianas sob o olhar dumontiano. **Revista Antropológicas**, ano 12, v. 19 (2): 7-34, 2008. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaantropologicas/index.php/revista/article/view/95>. Acesso em: 09 jun. 2018.

- OLIVEIRA, Victor Marinho de. Formação profissional: primeiras influências. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 4-13, jan/1998.
- PEREIRA, Nando. **Ver um corpo morto sendo levado para seu funeral é verdadeiramente auspicioso, saiba porque!** 2016. Disponível em: <http://dharmalog.com/2016/11/10/ver-um-corpo-indo-para-o-funeral-e-auspicioso-na-india-diz-um-site-saiba-porque/>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- Queiroz, Renato da Silva. **O corpo do brasileiro**: estudos de estética e beleza, São Paulo: Senac, 2000.
- RANGEL, Lucia. Helena. Da infância ao amadurecimento: uma reflexão sobre rituais de iniciação. **Interface Comun. Saúde Educ**. 1999.
- REICHER, Erica; KOO Kathryn. **The body beautiful**: Symbolism and agency in the social world. *Annual Review of Anthropology* (33), 2004, pp. 297-317.
- SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SANTOS, José Luiz. **O que é Cultura**. São Paulo Brasiliense, 1994.
- SCHMIDT, Mario Furley. **Nova história crítica**. São Paulo: Nova geração, 1999.
- SMAILI, Soraya. **Os árabes e suas contribuições para a ciência e medicina**. 2009. Disponível em: <http://www.icarabe.org/artigos/os-arabes-e-suas-contribuicoes-para-a-ciencia-e-medicina>. Acesso em: 13 jun. 2018.
- SOARES, Carmen Lúcia. FRAGA, Alex Branco. **Pedagogia dos corpos retos**: das morfologias disformes às carnes humanas alinhadas. *In: Pro-Posição*, v. 14, n. 2 (41), maio/ago. 2003.
- ZILLES, Urbano. **Religiões Crenças e Crençices**. 4. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2012. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang\\_pt&id=UlrPTz3SyywC&oi=fnd&pg=PA10&dq=A+REENCARNA%C3%87%C3%83O+NA+RELIGI%C3%83O+HINDU&ots=x9BHD7RqYK&sig=g1OqBiL7a0RQv\\_cXEPu2Fqz6vaw#v=onepage&q=A%20REENCARNA%C3%87%C3%83O%20NA%20RELIGI%C3%83O%20HINDU&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_pt&id=UlrPTz3SyywC&oi=fnd&pg=PA10&dq=A+REENCARNA%C3%87%C3%83O+NA+RELIGI%C3%83O+HINDU&ots=x9BHD7RqYK&sig=g1OqBiL7a0RQv_cXEPu2Fqz6vaw#v=onepage&q=A%20REENCARNA%C3%87%C3%83O%20NA%20RELIGI%C3%83O%20HINDU&f=false). Acesso em: 13 jun. 2018.



# 6

## Reflexões sobre a(s) verdade(s) do sexo: histórico, confissão, educação, *scientia sexualis* e *ars erotica*

Filipe Zaniratti Damica  
Leandro Pereira Siqueira  
Petrúcio Pessanha de Oliveira  
Renato Faria da Gama  
Victor Martins Ramos Rodrigues

### Introdução

No capítulo III da obra “História da sexualidade I: a vontade de saber”, Michel Foucault (1988) retrata seu ponto de vista sobre a *scientia sexualis*, contrapondo-a a uma *ars erótica*, pela qual determinadas sociedades representavam a verdade do sexo, respaldadas por argumentos históricos e apresentando pontos de vista que suscitam a reflexão sobre questões temáticas de interesse comum. Tais questões possuem uma abordagem, que, ainda hoje, provocam o comedimento das palavras em certos pontos, no que diz respeito à sexualidade.

É justamente no âmbito dessa herança repressora da *scientia sexualis*, da confissão e da vontade de saber, que Foucault questiona a temática do sexo e das suas verdades. Assim, a análise do referido texto se pautará sob os seguintes pontos de discussão: em um primeiro momento, será discutido o histórico da sexualidade. Sucedendo a esse ponto, será abordada a questão da educação e sexualidade. No

terceiro momento será analisada a contraposição entre *scientia sexualis* e *ars erotica* ao longo da história. Seguirá o trabalho com a discussão sobre sexualidade e ciência. Por último, será abordada a questão da verdade do sexo e a confissão.

## Histórico da sexualidade

Durante a Idade Média, no século XIII, foi criada a Inquisição, que era coordenada pela Igreja Católica romana. A inquisição era composta por tribunais que julgavam todos aqueles considerados uma ameaça às leis da Igreja. Os suspeitos de cometerem crimes contra a doutrina cristã eram perseguidos, julgados e cumpriam as penas, que em alguns casos tinham viés de crueldade (SOUZA, 2015, p. 22).

Para Foucault (1988, p. 58), o discurso engessado sobre a sexualidade acabou por deixar o tema reduzido, dando ao sexo uma ideia de proibição, reforçado pela sociedade e muitas vezes castigado pela religiosidade.

No período da Idade Média, a mulher adúltera era vista pela sociedade como imprópria e passível de punições severas, considerando que a mulher era vista como uma propriedade sexual masculina, portanto a traição poderia ser punida até com a pena de morte. Em contrapartida, o adultério masculino não era considerado traição, isto é, não era considerado adultério, pois ao homem era aceitável ter relações extraconjugais, não sendo passíveis de punições nem julgamentos quanto à sua moral, pois eles eram vistos de forma legal e socialmente como seres superiores, ideia legitimada culturalmente pelo patriarcalismo (CAVALCANTI, 2007, p. 14).

Foucault (1988, p. 64) afirma que a sexualidade foi subordinada aos autoritarismos de uma moral, que a submetia à classificação sexual, a normas sociais e a causas médicas, tidas como verdade para toda uma sociedade, com o pretexto de que as verdades provocavam medo em todo lado, estando ligado a uma dinastia imaginária de males predestinados a repercutirem sobre várias gerações da família.

A dominação exercida sobre sexualidade feminina vigorou para tornar lícita a ideia de que a mulher devia honrar seu pai e marido, pois sua castidade estava estritamente ligada à honra deles. Desse modo, era esperado que a

noiva se mantivesse virgem até a noite de núpcias e que posteriormente fosse fiel ao seu marido, para assegurar a este não só sua honra, mas também sua descendência legítima (SOUZA, 2015, p. 26).

Para Foucault (1988, p. 64), essa prática médica insistente e indiscreta se mostrava ingênua e, voluntariamente, mentirosa, tornando-se cúmplice ao proclamar suas repugnâncias morais, apresentando-se sempre pronta a “correr em socorro da lei e da opinião dominante”. Dessa forma, os médicos da época pareciam estar mais preocupados com a disseminação da moral instaurada, do que propriamente com sua real finalidade.

Outra demonstração histórica de crueldade contra a sexualidade feminina é o ritual de mutilação do clitóris (clitoridectomia) e da parte externa dos órgãos genitais femininos, tradição criada há mais de dois mil anos em alguns países da África, do Oriente Médio e do Sudeste Asiático. A extirpação é feita logo na infância com o propósito de impedir o prazer rudimentar. Esse procedimento é mantido em algumas culturas que ainda seguem a tradição, que, em geral, apresenta técnicas de extirpação precárias, que podem acarretar em infecções e até esterilidade da mulher, a cerimônia de passagem da infância para a maturidade que garante à mulher um bom lugar na tribo.

Historicamente, o sexo no matrimônio era feito com o único objetivo da reprodução, causando uma clara distinção entre as mulheres não sexualizadas (reprodutoras) e as amantes e prostitutas (mulheres eróticas). A humanidade vem tentando ofuscar a sexualidade desde muito cedo; as crianças, por exemplo, são vistas como assexuadas e têm proibições para falar sobre sexo desde muito cedo. Ainda para coibi-las de conhecer sobre o assunto, são obrigadas a fechar os olhos e tapar os ouvidos, caso venham a manifestá-lo próximo a elas. Para Foucault (1988, p. 60), “isso é próprio da repressão e é o que a distingue das interdições mantidas pela simples lei penal: a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio”.

As meninas da Era Vitoriana, em especial as das famílias mais puritanas, vestiam uma camisola durante o banho e, ao trocar de roupa, tinham de manter os olhos fechados para não contemplar os próprios corpos (SOUZA, 2015, p. 30).

Nas sociedades asiáticas, houve o desenvolvimento de uma “*ars erotica*”, em que a arte é extraída do próprio prazer, encarado como prática e recolhido como experiência. Ao contrário das civilizações asiáticas, a maioria das

civilizações ocidentais não desenvolveu uma arte erótica. Em compensação, é a única, sem dúvida, a praticar uma *scientia sexualis*, tendo desenvolvido no decorrer dos procedimentos que se ordenam, oposta à arte das iniciações e ao segredo magistral, que é a confissão (FOUCAULT, 1988, p. 58). Para Michel Foucault, o século XIX se caracterizou pela criação, no Ocidente, do que se denomina como *scientia sexualis*, em contraposição à *ars erotica*, preexistente àquela e predominante no Oriente. Esta *scientia sexualis* foi criada sobre dois pilares fundamentais, a saber, a prática da confissão e o discurso científico.

Herança da tradição cristã, a confissão das culpas ao clérigo foi instituída pelo Concílio de Latrão, em 1215. Consiste do ato de narrar “pensamentos, palavras e obras” considerados pecaminosos ao sacerdote, o qual estabelece uma penitência, capaz (em tese) de purgar as culpas correspondentes àquele delito espiritual (FOUCAULT, 1988, p. 73).

## Sexualidade e ciência médica

A ciência médica, por sua vez, foi desenvolvida ao longo de invenções como o microscópio e descobertas como a das bactérias. A prática (antes proibida) de dissecação dos corpos também contribuiu para a compreensão da anatomia e fisiologia. Paulatinamente, as crenças de que doenças seriam produtos de influências espirituais e miasmáticas deram espaço ao entendimento sobre processos inflamatórios, infecciosos e degenerativos. Esta ciência nascente passou a requerer para seu discurso uma verdade última, um discurso imparcial e apolítico, superior aos conhecimentos produzidos pela teologia, pela filosofia e pelo saber popular. Foucault, na obra “O nascimento da clínica”, argumenta que este movimento contribuiu para o estabelecimento da figura do médico enquanto detentor de um poder baseado no saber da verdade absoluta sobre a vida, doutrina que acabou por ser utilizada pelo novo sistema econômico que substituiu o feudalismo. O controle dos corpos e mentes precisava ser perpetuado, embora não pudesse mais ser exercido pela restrição geográfica aos feudos, nem pelo aprisionamento ideológico das doutrinas cristãs quanto ao inferno (FOUCAULT, 1988, p. 66).

Para que a ciência médica pudesse produzir a verdade última a respeito das pessoas, fez-se necessária a criação de uma metodologia de moldes cartesianos para a investigação clínica. Aprimoram-se, nesse período, as técnicas

de exame físico e da coleta da história clínica (anamnese), na qual o indivíduo exporia ao médico todas as suas queixas, dentro dos moldes confessionais concebidos pela tradição cristã. Nesse paralelo, o relato de queixas clínicas e outros temas íntimos seriam capazes de libertar o corpo das enfermidades à semelhança da libertação das mazelas espirituais; essa libertação era obtida pelo pecador diante do ato de confissão ao sacerdote. As técnicas de anamnese sistematizaram uma metodologia de coleta da história clínica, passando por todos os detalhes da vida pregressa dos indivíduos, incluindo informações sobre a menarca, telarca, pubarca, iniciação e frequência sexual, ocorrência de doenças sexualmente transmissíveis, cirurgias prévias e menopausa (PORTO, 2013).

Nesse ínterim, algumas personagens como Freud e outros pensadores introduzem a prática da hipnose, que posteriormente deu origem à psicanálise. Para Foucault, os fenômenos de extravasamento do conteúdo reprimido pelo modelo científico de estudo do sexo passaram a ser estudados pela psicanálise, que os denominou de histeria. O *set* analítico passa a ser o *locus* privilegiado onde estes conteúdos eróticos seriam permitidos, visto estarem sendo “confessados” ao detentor da “verdade” a respeito da psique humana. Perceba-se que essas mesmas expressões já eram descritas pela teologia cristã sob o título distintivo de possessão. Foucault interpreta que essas manifestações psíquicas possam ser compreendidas como expressão artística, um resgate inconsciente da *ars erotica* (FOUCAULT, 1988, p. 74).

Detentora da suposta verdade absoluta, a ciência médica iniciou suas incursões de controle do corpo utilizando argumentos sanitaristas. Torna-se mais fácil compreender porque a chegada da Família Real ao Brasil no século XIX promoveu medidas severas sobre a saúde pública da época, visto que a Capital do Império estava tomada de epidemias que comprometiam as atividades econômicas portuárias. Essa forma de conduzir o controle da vida se perpetuou ao longo do século XX, no episódio denominado Revolta da Vacina (LUZ, 1979).

Em conjunto, a religiosidade cristã e a *scientia sexualis* podem ser compreendidas como propostas de resgate do corpo e da alma, quer pela salvação desta, quer pela cura daquele. Em ambos os casos, a confissão ganha papel da maior relevância, visto que possibilita que sacerdote e médico perscrutem o íntimo, determinem, com seus saberes, quais aspectos sejam virtuosos ou viciosos e elaborem o tratamento, seja este uma penitência, seja uma prescrição.

Em ambos os casos, o controle do corpo estará presente, visto que a normatização das práticas sexuais poderá estar incluída, sob a forma de recomendações de abstenção de hábitos.

De acordo com Foucault, a confissão passou a ser, no Ocidente, uma das técnicas mais altamente valorizadas para produzir a verdade sobre o sexo. A princípio, a confissão estava relacionada à prática da penitência, mas foi se transformando, a partir do protestantismo, da Contrarreforma, da pedagogia do século XVIII e da medicina do século XIX, passando a ser utilizada em variadas relações: crianças e pais, alunos e pedagogos, doentes e psiquiatras, delinquentes e peritos.

## A verdade do sexo e a confissão

A confissão estabelece uma relação de poder, onde aquele que se expõe, produz um discurso sobre si, enquanto aquele que ouve interpreta o discurso, redime, condena, domina.

No século XIX, os discursos de verdade sobre o sexo foram delimitados aos procedimentos da confissão e ao discurso científico, por meio da extorsão da confissão usando algumas estratégias: i) codificação clínica do “fazer falar”, no sentido de articular a confissão com os exames e as práticas médicas, reinscrevendo a confissão no campo de observações cientificamente admissíveis; ii) postulado da causalidade geral e difusa, no sentido de atribuir ao sexo a causa de “tudo e de nada”, em que mesmo os pequenos acontecimentos da conduta sexual são capazes de provocar consequências das mais diversas ao longo de toda a vida; iii) princípio da latência intrínseca da sexualidade, em que o sexo é clandestino, sua essência é obscura, permitindo articular a coerção de uma confissão complicada a uma prática científica; iv) o método da interpretação, pelo qual a verdade era produzida através dos discursos interpretativos da confissão, que se constituiria numa tarefa dupla. A confissão existe, porém é “incompleta e cega em relação a si própria”, devendo ser completada por aquele que a obtém; v) medicalização dos efeitos da confissão, sendo esta transposta para o campo do normal e patológico. Os médicos são, por excelência, os intérpretes da verdade sobre o sexo. A confissão torna-se necessária entre as intervenções do médico (FOUCAULT, 1988, pp. 61-66).

## Educação e sexualidade

A sexualidade, como será visto adiante, é, historicamente, um tema ligado à educação desde os primórdios, estando relacionada, neste ponto, à análise empírica e seus desafios contemporâneos.

O campo educacional, já há tempo, percebeu a importância da abordagem de temas como a sexualidade em sala de aula. Um aspecto que pode explicar o fato é que, em virtude dos novos tempos, como consequência das transformações da sociedade moderna, os papéis de socialização primária e secundária foram invertidos. Oliveira (2017, p. 1) ressalta que a socialização primária pode ser caracterizada como o meio onde a criança irá aprender as regras básicas de uma sociedade, a moral e os modelos de comportamento pertencentes ao grupo ao qual a criança irá se integrar. Já a socialização secundária impõe ao indivíduo submundos os quais ele desconhece, e, com isso, percebe que existem outras culturas e ideologias, que podem ser completamente diferentes.

### A importância da educação sexual na vida dos jovens

É possível verificar que, mesmo nos dias atuais, a abordagem sobre a educação sexual ainda se torna algo complexo para os professores, podendo a justificativa se dar por um caráter histórico. Foucault (1988, p. 53) explica que durante um longo tempo o discurso sobre sexo foi ocultado. O autor ainda informa que, na época, as crianças eram vistas como assexuadas e proibidas de falarem sobre sexo.

Para a felicidade da geração hodierna, a sexualidade passou a ser mais discutida. Aliás, torna-se necessária, tendo em vista que educação sobre a sexualidade e gênero pode ser de grande valia para os jovens, pois, como exemplo, pode auxiliar na prevenção da violência sexual. A Doutora em Educação Maria América Ungarettielza, representante no Brasil da Rede Ecpat (sigla em inglês para Fim da Prostituição Infantil, Pornografia Infantil e Tráfico de Crianças para Propósitos Sexuais), em uma entrevista feita pela Agência do Brasil, informa que ensinar e debater nas escolas sobre a sexualidade, para além dos aspectos biológicos, pode contribuir grandemente na redução do número de abusos de crianças e adolescentes. Se uma criança souber o que é a sexualidade e quais os direitos que ela tem, sem dúvidas, vai saber se posicionar contra o uso indevido de seu corpo, quando for abordada por alguém. A autora ainda

ênfatisa que a conversa com as crianças deve ser algo contínuo, haja vista que, em muitos casos, as crianças podem confundir uma abordagem como afeto ou carinho (UNGARETTIELZA, 2017).

A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) defende a ideia de que uma abordagem pedagógica sobre a sexualidade é algo de grande relevância para o estudante. Reconhece que o correto ensino sobre sexo e relacionamentos, com informações científicas precisas, realistas e sem julgamento, pode gerar oportunidades para os estudantes reconhecerem seus próprios valores e atitudes, de modo a contribuir para a solidificação de suas habilidades frente à tomada de decisões. A referida instituição ainda ressalta que essa abordagem contribui fortemente para a redução dos riscos relacionados aos aspectos sexuais, transmissão de doenças e na gravidez indesejada na juventude (UNESCO, 2017).

## Métodos adotados pelas escolas para o ensino de temas ligados ao sexo

A abordagem de temas ligados à sexualidade é algo complexo e delicado, portanto, deve ser realizada com certa cautela. O material apresentado deve ser previamente analisado por outra equipe técnica, pois, em alguns casos, a equipe técnica responsável pela elaboração do material pode não perceber certos detalhes importantes. Nesse caso, situações como a descrita a seguir podem vir a ocorrer.

Em toda a sua obra, Muller (2013) ensina alguns passos que devem ser tomados pelos pais e professores para falar sobre sexo em cada idade, na faixa de 0 a 17 anos. A sexóloga, que participa do programa Altas Horas da Globo, explica que as pessoas têm medo de conversar sobre sexo ou receio de dizer algo errado. Deixa claro, porém, que ninguém possui todas as respostas. A autora fala da importância de apresentar limites e possibilidades aos mais jovens. Se uma criança de 5 anos, por exemplo, faz um questionamento sobre sua origem, o casal ou professor deve explicar a situação com uma linguagem infantil, sem muitos detalhes. Deve, contudo, deixar claro que essas coisas são apenas do mundo dos adultos e que só farão parte da vida da criança no futuro.

A autora divide as recomendações por faixa etária: de 0 a 5 anos, de 6 a 11, de 12 a 14, e de 15 a 17. Ela explica que até os 5 anos os pais devem explicar constantemente que as crianças estão na fase de brincar e se divertir. A partir



do momento em que a criança começa a se aproximar da fase da adolescência, com o início das transformações hormonais, os pais e a escola devem atuar em conjunto. Desse modo, segundo a autora, os pais devem estar abertos ao diálogo e conversar constantemente com seus filhos (MULLER 2013, p. 50).

## Diferença entre sexo e sexualidade: postura da escola e dos pais

No primeiro capítulo de sua obra, MULLER (2013, p. 10) enuncia a diferença entre sexo e sexualidade. Ela explica que sexo pode ser definido como o ato em si, ou seja, a partir do ponto biológico. A sexualidade é a forma como cada pessoa se posiciona no mundo, ou seja, como homem ou como mulher. Refere-se à maneira de se relacionar, com suas emoções, sentimentos e desejos. A sexualidade pode ser definida como a personalidade de cada um.

Freud, médico neurologista criador da psicanálise, explica que sexualidade é um termo que qualifica o que é sexual. Ele entende que o corpo é uma fonte de prazer e sentimentos. Dessa forma, o sexo não é a única forma de prazer. Existem outras como a boca, a pele e o nariz (FREUD, 2006, p. 80).

Costa (2011, p. 13) esclarece que os pais devem ficar atentos aos questionamentos de seus filhos. Eles devem se preocupar em responder de maneira verdadeira e sem omitir qualquer tipo de informação, salvo detalhes desnecessários para a idade e para o desenvolvimento do diálogo.

Nunes (2006, p. 28) deixa claro que se os pais não souberem responder, os mesmos deverão dizer a verdade. Essa conduta se faz necessária, pois, a utilização de mentiras poderá abalar a confiança da criança. Como consequência, as mesmas poderão desenvolver um sentimento de solidão e uma sensação de não poderem confiar em seus pais. O autor informa que a transmissão de conhecimento, por meio de diálogo e reflexão, auxilia no esclarecimento e desmistificação de medos e incertezas.

Levando-se em consideração que o conhecimento construído pela criança está ligado ao meio em que ela vive, à socialização primária, é necessário que os pais acompanhem a evolução de seus filhos, pois, os mesmos, a princípio, serão espelhos de seus pais. Nesse sentido, entende-se que a família faz parte do processo de formação de sexualidade das crianças. Portanto, a família se torna parceira da escola no processo de orientação sexual das crianças (COSTA, 2011, p. 14).

## Análise de campo: questionário sobre a educação e a sexualidade

No intuito de se obter um posicionamento atual sobre a educação e sexualidade de nossa geração, realizou-se a elaboração de um pequeno questionário. O mesmo foi elaborado com o auxílio do Google Formulários e apresentado aos alunos do curso de Técnico em Segurança do Trabalho, na modalidade de educação à distância, do Instituto Federal Fluminense, *campus de Itaperuna*, bem como ao seu professorado.

Esse questionário contou com um total de 6 perguntas. As mesmas fizeram menção, principalmente, à idade dos alunos, ao local onde estudaram durante o ensino fundamental e médio e se tiveram alguma instrução sobre educação sexual em âmbito escolar. A ideia foi avaliar a contribuição da escola na formação do alunado.

Os dados analisados, de um total de 23 pessoas, foram relacionados à idade; iniciais do nome e se o aluno cursou os ensinos médio e fundamental em escola pública ou particular.

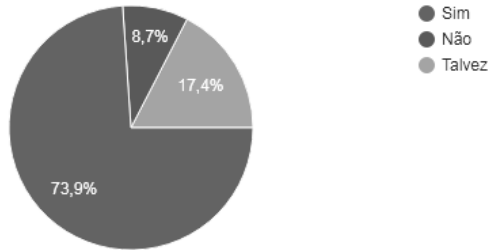
Além dessas perguntas, as últimas duas se destacaram tendo em vista a constatação de um grande nível de aceitação de uma disciplina voltada à educação sexual nas escolas.

Uma dessas perguntas de destaque era se os entrevistados concordariam com a ideia de inserção de uma disciplina de educação sexual no currículo escolar do ensino médio e fundamental (para as séries finais), sendo que a resposta a tal quesito apresentou aprovação de 73,9%, do total de entrevistados; 17,4% responderam talvez e apenas 8,7% responderam negativamente, como mostra o gráfico abaixo:

### Figura 1 – Questão 5

Você concordaria com a ideia da inserção de uma disciplina de educação sexual no currículo escolar do ensino médio e fundamental (para as séries finais).

23 respostas



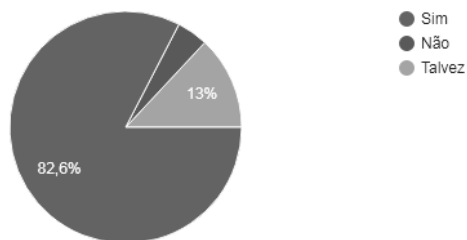
Fonte: Acervo próprio.

A outra pergunta de destaque relaciona-se às aulas de educação sexual como contribuição para o auxílio de jovens no que diz respeito à transmissão de doenças e gravidez na adolescência. A aceitação das aulas para esse fim foi superior a 82%, enquanto apenas 4,4% dos entrevistados acreditam que elas não influiriam em nada.

**Figura 2 – Questão 6**

Você acredita que as aulas de educação sexual podem contribuir para o auxílio dos jovens, quando analisado pela ótica de transmissão de doenças e gravidez na adolescência?

23 respostas



Fonte: Acervo próprio.

Nessa ótica, percebe-se que ainda há muito para evoluir, pois a maioria dos participantes desse questionário possui idades entre 18 e 25 anos, ou seja, ainda são jovens.

## *Ars erotica* como origem da verdade do sexo e seu antagonismo à *scientia sexualis*

Desde tempos imemoriais, a humanidade busca retratar, de uma forma ou outra, a questão do sexo e sua verdade. Assunto tão comum a todos, porém cheio de conotações, variáveis ao longo do tempo e de acordo com as sociedades, seus costumes, crenças e saberes (dentre os quais, o científico).

Para melhor ilustrar a existência da *ars erotica* representativa do sexo ao longo de milhares de anos, relacionando-a com o surgimento e implementação de um discurso científico sobre a verdade do sexo (*scientia sexualis*), serão analisados alguns argumentos.

Como um dos dois argumentos para produzir a verdade do sexo, destaca-se a *ars erotica*, como fruto do empirismo sexual, ou seja, extraíndo a verdade das experiências do próprio prazer, resultado das práticas nesse sentido.

Não representa algo rigidamente imposto como certo ou errado, mas o prazer é geralmente considerado. Ao se referir à *ars erótica*, Foucault (1988, p. 57) afirma que “este saber deve recair, proporcionalmente, na própria prática sexual, para trabalhá-la como se fora de dentro e ampliar seus efeitos”.

## **A *ars erotica* na pré-história**

As representações sexuais humanas deixadas na história por meio de pinturas, esculturas, manuscritos e músicas são variadas e remontam à era paleolítica. Exemplo interessantíssimo é a escultura em pedra de um artefato duplo, provavelmente utilizado na relação homossexual entre mulheres, dado seu formato de dois pênis ligados em sua base e com as extremidades em direções opostas. Esse artefato foi encontrado na caverna de George d’Enfer, na cidade francesa de Dordogne, e os exames indicaram que a data do artefato remonta à era do Paleolítico Superior, tendo sido esculpido há aproximadamente 12.000 anos a.C. (CUESTA; DÍEZ, 2006, p. 258).

No Brasil, também em tempos primitivos da humanidade, uma tribo deixou rastros do seu interesse de registrar situações do cotidiano. Dentre as práticas usuais, o sexo era retratado por pinturas em paredes de cavernas. Alguns registros foram encontrados em sítio arqueológico do Parque Nacional Serra da Capivara, onde se encontra uma pintura, em especial, como o retrato de uma cena de sexo na pré-história (NETO, 2016).

## ***Ars erotica* no antigo Egito**

O antigo Egito é fartamente rico de representações que se podem considerar *ars erotica*. Era mais comum que o sexo fosse representado artisticamente de forma não tão explícita e codificada. São encontrados, na história egípcia, alguns exemplos interessantes da *ars erotica*.

No contexto do antigo Egito, era comum que a mulher ocupasse funções de destaque, como, por exemplo, na medicina, existiam escribas; poderiam administrar províncias, serem empresárias ou proprietárias, capitãs de barco, artesãs, funcionárias do alto escalão do Estado, dentre outras atividades. Há registros históricos de mulheres que foram faraós, a exemplo de Hatchepsut e Tausert (JACQ, 2000, p. 9).

Em um vídeo-documentário chamado “O Papiro Erótico de Turim”, produzido e exibido pelo canal History Channel Brasil (2017), é possível extrair diversas informações científicas sobre o sexo, o erotismo e suas representações artísticas no antigo Egito. Nele, o professor Allan Lloyd, Egiptologista da Universidade da *Swansea University* relata que “Os antigos egípcios encaravam sua sexualidade de modo muito mais relaxado do que as atitudes que achamos em sociedades monoteístas”. Os egípcios antigos acreditavam num renascimento do corpo para outra vida após a morte. Tudo o que o morto gostasse em vida, deveria estar representado no seu túmulo. O sexo era geralmente mostrado de forma velada, não explícita. A doutora Lise Manniche, da Universidade de Copenhagen, é a principal perita em história sexual do antigo Egito. Estudiosa das artes de túmulos egípcios por mais de 45 anos, ao comentar sobre as imagens das paredes dos túmulos, ao analisar uma série de imagens, afirma: “A sexualidade era de importância primordial. E não era mostrada diretamente, mas através de símbolos” (Idem).

Como exemplo que representa muito bem a *ars erotica* no Egito antigo, o “Papiro Erótico de Turim”, descoberto do lado ocidental de Tebas, foi publicado justamente em tempos vitorianos e seu acesso era restrito aos homens que fizessem um cadastramento prévio para vê-lo nos arquivos de uma biblioteca. As mulheres não tinham como ver algo “tão sujo”. Continha imagens explícitas de 12 posições sexuais, com uso de drogas entre homens mais velhos e belas jovens. Em uma das cenas, vê-se uma jovem se masturbando com uma ânfora de cabeça para baixo, e o texto ao lado reproduz parcialmente a fala da jovem que reclama que o “velho homem não lhe dá nada, e então ela tem de recorrer a coisas, a um vaso para obter um orgasmo” (HISTORY CHANNEL BRASIL, 2017).

Existe ainda como exemplo de *ars erotica* o registro visual de uma pintura de dois cabeleireiros e manicures do faraó Nyusera, que teria vivido entre os anos de 2.500 aa 2.350 a.C. Seus nomes eram Nyankh Khnom e Khom Hotep. Foram colocados na mesma tumba e, por tal razão, em princípio, achava-se que eles eram irmãos. Depois de certo tempo, ficou comprovado que o que os unia era uma forte relação de amizade. A imagem que os representa mostra os lábios quase se tocando e ambos muito próximos; um com parte das costas encostadas no peito do outro. Vê-se que a mão do que está na frente, com a mão esquerda, segura o braço esquerdo daquele que está atrás. Este, por sua vez, passa o braço direito por trás da nuca do outro, segurando com a mão o ombro direito do amigo que está na frente (JARA, 2007).

## *Ars erotica* na Grécia antiga

Exemplo marcante de como a sexualidade pode ser historicamente relacionada à educação nos mais distintos contextos, cite-se o exemplo da pederastia na antiga Grécia. O próprio Foucault refere-se a essa prática ritualística e educacional como “a verdade e o sexo se ligavam, na forma de pedagogia, pela transmissão corpo-a-corpo de um saber precioso; o sexo servia como suporte às iniciações do conhecimento” (FOUCAULT, 1988, p. 60).

Era comum que na sociedade ateniense a mulher não possuísse nenhum papel de destaque, pois as atividades femininas restringiam-se apenas ao casamento, às tarefas domésticas e à procriação de filhos saudáveis. Se, porventura, algum homem, cidadão de fato e de direito, se vestisse e se comportasse de modo afeminado, com comportamentos caracteristicamente femininos, era rebaixado socialmente, sendo deslocado para um grupo social menos privilegiado (SOUZA, 2008, p. 24).

Educava-se o jovem ateniense a manter uma postura moral que o mantivesse na elite social, na classe mais privilegiada, dos nascidos em Atenas. Esse jovem, em hipótese alguma, deveria violar sua honra ou de sua família comportando-se inadequadamente, e isso se daria, por exemplo, sujeitando-se a atividades próprias dos escravos ou das mulheres. Dentre esses atos, a prostituição e a permissão para ser penetrado. O jovem poderia manter relações sexuais com prostitutas de luxo (*hetairas*) ou com outros rapazes, e, desde que não fosse submisso ou penetrado, manteria seu *status* social de privilégio (VRISSIMTZIS, 2002, pp. 107-108).

Como forma de manutenção do *status* de cidadão ateniense, para garantir o privilégio de classes, existia uma importante prática política, a pederastia, que consistia num ritual de ensino-aprendizagem entre o mestre mais velho e o aprendiz. O mestre era chamado de *erasta*, e o aprendiz de *erômeno*. Era um ritual controlado por rígidas normas de conduta e regras morais. O primeiro contato entre os *erastas* e os *erômenos* era nos ginásios, onde os jovens praticavam esportes praticamente nus. Os *erastas* observavam e cortejavam os *erômenos*, cabendo a estes aceitar ou não os cortejos. Se o *erômeno* cedesse facilmente, não era considerado apto a exercer a cidadania ateniense. Depois de estabelecida a vinculação pederasta, o *erômeno* era encarregado de controlar os impulsos sexuais do *erasta*, impedindo que fosse penetrado por algum orifício. A não penetração garantia a integridade do *erômeno*.

Como retribuição, favor e reconhecimento à dedicação dos mestres *erastas*, os *erômenos* deveriam permitir que aqueles friccionassem o pênis entre suas coxas ou no ânus, impedindo a penetração (Idem, pp. 104-106).

Evidências artísticas dessas práticas são comumente encontradas em pinturas de cerâmica, esculturas e manuscritos publicados pela ciência arqueológica.

Na obra referência de Foucault (1988, p. 57), a pederastia foi assim referida: “Os efeitos dessa arte magistral, (...), devem transfigurar aquele sobre quem recaem seus privilégios: domínio absoluto do corpo, gozo excepcional, esquecimento do tempo e dos limites, elixir de longa vida, exílio da morte e de suas ameaças”.

Para as sociedades contemporâneas ocidentais, esse comportamento nos parece, hoje, estarecedor, ilícito, avesso às normas de proteção integral ao menor.

## *Ars erotica* na Europa medieval

Na Idade Média, período compreendido aproximadamente entre os séculos X e XV, a *ars erotica* também possui vasta incidência em diversos registros.

No século XIII, alguns historiadores apontam para o despontar de um renascimento, dada a relevância das realizações artísticas nesse período. A riqueza é produzida devido à ampliação da atividade produtiva; do uso da moeda; da expansão das fronteiras agrícolas e do significativo aumento demográfico, que se traduz no crescimento e desenvolvimento dos burgos (cidades), na formação das primeiras universidades, em um maior cosmopolitismo dos intelectuais e na ascensão da burguesia, que adotava as formas culturais da aristocracia (LÁZARO, 1996, p. 82).

Na sinopse do livro de Arnaud de La Croix (2005), denominado “Erotismo na Idade Média: o corpo, o desejo, o amor”, é possível encontrar a descrição sintética da realidade sobre a *ars erotica* naquele período, que durante séculos teve sua história considerada como obscura, e revela-se, na verdade, como criativo quando se refere aos domínios dos desejos e da sexualidade.

As fábulas medievais ou *fabliaux*, reunidas em fabulários, vinculavam-se a uma tradição greco-romana de cunho pagão e, por extensão, laico, podendo ser definida como uma espécie de narrativa alegórica, fantasiosa, que possui



uma lição moral como conclusão, cujos personagens são animais, monstros ou seres estranhos agindo como humanos (SALISBURY, 2011, p. 196, *apud* LOBATO, 2014, p. 2).

Os *fabliaux* continham diversas representações da *ars erotica*, geralmente na forma de ilustrações de contos fantasiosos, circulando por toda a Europa medieval a partir do século XII, mas foi no reino da Inglaterra que “encontraram um terreno fértil para o seu desenvolvimento” (LOBATO, 2014, p. 1).

## *Ars erotica* nos séculos XVIII e XIX

Sobre esse período específico, é importante verificar que se tratava de um período de transição, em que ainda havia certa liberdade de se representar o sexo, que foi obscurecida pelo rigorismo vitoriano no século XIX. A par das práticas e condutas, porém, a *ars erotica* parecia sobreviver.

Foucault (1988, p. 8), na obra de referência deste estudo, ilustra o momento vitoriano no qual a sexualidade é disfarçada, encerrada dentro dos lares, confiscada pela família conjugal e limitada à função reprodutiva, calando-se em torno do sexo.

Apesar da repressão moral e social reinantes nessa época, a sexualidade inerente ao prazer humano precisava ser, de alguma forma registrada, imortalizada, marcada (outra necessidade humana). Assim, diversas formas de expressão artística eram utilizadas para retratar intimamente o erotismo: litografias, xilogravuras, pinturas e a revolucionária fotografia.

Foucault questiona se mesmo “sob o fardo de seu positivismo decente – a *scientia sexualis* não funciona, pelo menos em algumas de suas dimensões, como um *ars erotica*” (1988, p. 68).

## A *ars erotica* hoje

Exposições de arte, intérpretes, vídeos, transmissões *on line* via internet, sexo virtual, mangás, arte digital, música, sex shops, inúmeros instrumentos e aparelhos para dar/receber prazer, diversas formas de classificar preferências sexuais e identidades biopsicossociais de gênero são alguns dos fatores que hoje contribuem para uma fase quase que totalmente liberal da *ars erotica*.

Aliados a um direito universal de liberdade de expressão, para muitos as inumeráveis formas de *ars erotica* de hoje tendem a explorar os limites (ou falta deles) da sexualidade, da nudez, do corpo, da imagem, do erotismo, do fetiche e outros fatores inerentes à própria existência humana, o que gera tantas polêmicas quanto quebras de paradigmas morais.

Foucault proporciona o desafio de tentar reler o passado para compreender esse futuro que se escreve na *ars erótica*, em antítese a uma *scientia sexualis* que, na maioria das vezes, exerce papel limitador ao tentar explicar comportamentos, sensações e desejos historicamente inatos à humanidade, uns certamente mais comuns que outros, o que mostra a riqueza do objeto de análise, que é a sua variedade inesgotável.

## Conclusão

Neste artigo, analisou-se criticamente o que Michel Foucault (1984) inspirou a refletir, a verdade do sexo. Ao se levantar um questionamento sobre a existência de uma (ou mais verdades) do sexo, são levantadas questões que afetam diretamente as relações de poder perpetuadas ao longo de séculos, como, por exemplo, no campo da educação e da ciência, que muitas vezes coíbem propositalmente qualquer embate, aprofundado quando o assunto é sexo.

Para tanto, foi analisada ainda a história da *ars erótica*, pela qual evidenciou-se que, desde os períodos da pré-história, a sexualidade humana é exaltada em distintas formas artísticas, o que possibilita a compreensão de que temas como a confissão, muitas vezes, são manifestações da *ars erótica*, em que interesses parecem se entrelaçar. Por um lado, a necessidade de quem quer se confessar, se expressar para se libertar do que há de “mal” em relação ao sexo ou à sua sexualidade. Por outro lado, o dever/desejo/satisfação daquele responsável por ouvir, analisar, julgar tais confissões. Sob esse enfoque, tentou-se mostrar que a confissão é um meio pelo qual a *ars erótica* pode se travestir de *scientia sexualis*.

Outro ponto foi a proposta de analisar a educação como forma de poder que também atua sobre as temáticas relacionadas ao sexo. Para complementar a análise teórica, foi feita a aplicação de questionário no modelo *survey* em pesquisa de campo, no qual foram obtidos resultados ilustrativos de uma

questão importante: a sexualidade ainda é tratada como tema nevrálgico no ambiente escolar, e a reprodução desse posicionamento simplesmente não se justifica mais.

A análise da sexualidade, sob a ótica de Foucault, em sua obra, é basicamente a forma com a qual o indivíduo se relaciona com as emoções, os sentimentos e o mundo ao seu redor. É inegável a importância de falar abertamente sobre o tema, seja com a família, com os colegas ou nos ambientes de aprendizagem.

Diante do que foi apresentado e levando-se em consideração as distintas conjunturas (e condições) da época em que a obra referencial de Foucault (1984) foi escrita, é possível concluir que a sociedade está passando por um constante processo de crescimento quanto à abordagem do tema sexualidade. Foucault, sem dúvida, contribuiu enormemente para essa evolução.

## Referências

- CAVALCANTI, Jane Palmeira Nóbrega. **Reações a cenários de infidelidade conjugal: são o amor e o ciúme explicações?** 165f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, 2007.
- COSTA, Elis Regina da; OLIVEIRA, Kênia Eliane de; a sexualidade segundo a teoria psicanalítica freudiana e o papel dos pais neste processo. *In: Revista Eletrônica da Universidade Federal de Goiás*, Artigo Científico, 2011, 17 p.
- CROIX, Arnaud de La. **O Erotismo na Idade Média: o corpo, o desejo, o amor.** Mem Martins: 2005.
- CUESTA, Javier Angulo; DÍEZ, Marcos García. Diversidad y sentido de las representaciones masculinas fálicas paleolíticas de Europa occidental. *In: Actas Urológicas Españolas*, v. 30, n. 3. Madrid: Asociación Española de Urología. 2006.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FREUD, Sigmund. Um caso de histeria, Três ensaios sobre sexualidade e outros Trabalhos. 1901-1905. *In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, volume VII.* Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- HISTORY CHANNEL BRASIL. Documentário. **O Papiro Erótico de Turim: Sexo no Mundo Antigo.** Pub. 10 jan. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CmVcSXtjSds>. Acesso em: 18 mai. 2018.
- JACQ, Christian. **As egípcias: retratos de mulheres do Egito faraônico.** São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.

- JARA, Antônio. **Dois cabeleireiros de faraós estão entre os primeiros ícones gays da história.** *In:* G1. Globo.com. Mundo. Pub. 05 dez. 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL2049395602,00DOIS+CABELEIREIROS+DE+FARAOS+ESTAO+ENTRE+OS+PRIMEIROS+ICONES+GAYS+DA+HISTOR.html>. Acesso em: 18 mai. 2018.
- LÁZARO, André. **Amor: do mito ao mercado.** Petrópolis: Vozes, 1996.
- LOBATO, Maria de Nazareth Corrêa Accioli. O leão: usos e significados de uma alegoria em fontes medievais. *In:* **Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH-Rio. Saberes e práticas científicas.** Rio de Janeiro: ANPUH-Rio, 2014. Disponível em: [http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/recursos/anais/28/140000219\\_ARQUIVO\\_OLeao-UseSig-nificadosdeumaAlegoriaemFontesMedievais.pdf](http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/recursos/anais/28/140000219_ARQUIVO_OLeao-UseSig-nificadosdeumaAlegoriaemFontesMedievais.pdf). Acesso em: 20 mai. 2018.
- LUZ, Madel Therezinha. **As instituições médicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal. 1979.
- MORROU, Henri-Iréné. Da pederastia como educação. *In:* **História da educação na antiguidade.** São Paulo: EPU, p. 51-65. 1975.
- MULLER, Laura. **Educação sexual em 8 lições: como orientar da infância à adolescência.** Um guia para professores e pais. 2. ed. São Paulo: Academia do Livro, 2013.
- NETO, Joaquim. Rastros na Caatinga. Pub. 28 out. 2016. *In:* **WikiParques.org.** Disponível em: [http://www.wikiparques.org/rastros-na-caatinga-cuidados-basicos/?utm\\_source=feedburner&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=Feed:+siteoeco+\(O+Eco\)](http://www.wikiparques.org/rastros-na-caatinga-cuidados-basicos/?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed:+siteoeco+(O+Eco)). Acesso em: 18 mai. 2018.
- NUNES, César; SILVA, Edna. **A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade.** 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- OLIVEIRA, Anna Júlia Braga de; MELO, Gabriela Martins de; SANTOS, Iara Massari de Almeida; ALENCAR, Isabelle Maier de; LOURES, Marian Lopes de Castro. AS SOCIALIZAÇÕES PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA: quando o indivíduo sai da sua microbolha e se torna produto da sociedade. *In:* **Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior.** Juiz de Fora - MG. Artigo Científico. Julho de 2017, 16 p.
- PORTO, Celmo Celeno. **Semiologia Médica.** 7. ed. Guanabara Koogan, 2013.
- SALISBURY, Joyce Ellen. **The beast within: animals in the Middle Ages.** 2. ed. Abington, UK: Routledge, 2011.
- SOUZA, Lizandra. **História do adultério: modelos de comportamentos sexistas com dupla moral.** 2015. Disponível em: <http://diariosdeumafeminista.blogspot.com.br/2015/12/dad-historia-do-adulterio-ou-historia-de.html> Acesso em: 25 abr. 2018.
- SOUZA, Luana Neres de. **A pederastia em Atenas no período clássico: relendo a obras de Platão e Aristóteles.** Dissertação. Programa de Pós-graduação em História. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2008.
- UNGARETTIELZA, Maria América. Educação sobre sexualidade e gênero previne violência sexual, diz especialista. *In:* Agência Brasil, seção de educação. Maio de 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2017-05/educacao-sobre-sexualidade-e-genero-previne-violencia-sexual-diz>. Acesso em: 18 mai. 2018.

UNESCO, online. **Educação em sexualidade**. Disponível em: [www.unesco.org/new/pt/brasil/education/health-education-in-brazil/sexuality-education-in-brazil/.2017](http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/health-education-in-brazil/sexuality-education-in-brazil/.2017). Acesso em: 18 mai. 2018.

VRISIMTZIS, Nikolaos A. Pederastia. *In: Amor, sexo & casamento na Grécia antiga*. São Paulo: Odisseus, 2002, p. 100–114.

# 7

## Saberes sobre o sexo: uma análise do dispositivo de sexualidade na perspectiva foucaultiana

Carla Bittencourt Felício  
Débora Borges Domingos  
Eduardo de Almeida Silva  
Flávia da Cunha Pereira  
Laila Ferreira Santos

### Introdução

Nos séculos XVIII e XIX, o sexo estava centrado no sistema matrimonial e essa maneira de reger o sexo foi chamada por Michel Foucault de “dispositivo de aliança”. Para o autor, porém, o dispositivo de aliança perde seu sentido à medida que não atende as exigências políticas e econômicas (MOURANI, 2009, p. 36). A partir do momento em que o “dispositivo da aliança” passou a não atender essas exigências, houve a necessidade de se criar outro dispositivo, o “dispositivo de sexualidade”.

É importante ressaltar que, segundo Fonseca (1998, p. 6), o dispositivo da aliança apareceu em todas as sociedades, em contrapartida, o dispositivo de sexualidade foi instalado na sociedade ocidental, por conta do ocidente ter se tornado especialista em falar sobre sexo. Ainda segundo Fonseca, o objetivo de Foucault era contrastar esses dois dispositivos.

Foucault começa a utilizar pela primeira vez o termo “dispositivo” a partir da década de 1970, mas foi no seu livro “História da Sexualidade: a vontade de saber” que ele fez uma reflexão completa sobre esse termo (REVEL, 2005, p. 39-40). Na verdade, pouco a pouco, segundo a autora, esse termo “dispositivo” substituiu o termo “episteme”, antes empregado por Foucault em suas obras. A diferença entre esses dois termos estaria no fato do termo “episteme” ser um termo especificamente discursivo, enquanto o termo “dispositivo” abrangia também as instituições e as práticas, ou seja, “todo o social não-discursivo” (REVEL, 2005, p. 40).

Assim, o dispositivo de sexualidade foi conceituado por Foucault como:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 1979, p. 244).

O modelo que se conhece hoje no Ocidente foi estabelecido no século XVIII, de acordo com Foucault (1988), por uma série de mudanças nos sistemas de organização e produção de forças. Por meio de uma difusão de regimes de verdade e olhares sobre o sujeito, a sexualidade torna-se um dispositivo de controle – de corpos, de modos de existência e de populações (CASSAL, 2011, p. 466).

Há um projeto de pesquisa de Foucault, intitulado “História da Sexualidade”, que ficou inacabado em função de sua morte, em junho de 1984. Havia mais dois volumes de “História da Sexualidade” que não foram escritos devido à sua morte. Nos três primeiros volumes (“A vontade de saber”, “O uso dos prazeres” e “O cuidado de si”), Foucault aborda a sexualidade vigente no período moderno, do século XVII a meados do século XX, na Grécia Antiga e no mundo romano. Ele esperava explicar como a sexualidade se tornou um objeto de estudo científico e uma preocupação moral.

Foucault partiu da modernidade para investigar a hipótese repressiva. Havia a ideia de que o Ocidente produziu uma repressão poderosa sobre a sexualidade. Para Foucault, porém, o Ocidente foi o único lugar que construiu espaços que permitiram colocar a sexualidade em discurso (FOUCAULT, 1976).

O dispositivo de sexualidade é instalado pela burguesia e a partir daí, houve toda uma medicalização da sexualidade, uma descrição dos comportamentos sexuais e uma preocupação com a sexualidade infantil.

O presente estudo narra como o saber psiquiátrico se apropria do objeto chamado sexualidade e vai construindo nosologias, classificações, modos de pensar a sexualidade considerada normal e a sexualidade psicopatológica.

O objetivo do dispositivo de sexualidade era fazer uma genealogia do saber sobre o sexo. Na realidade, Foucault estava preocupado em conhecer o saber sobre o sexo. Para tanto, foi preciso pensar em um conjunto de práticas, e, desse modo, olhar para a produção de algumas instituições foi um caminho. O saber é um poder, então esses saberes que são produzidos sobre o sexo são poderes que criam tal dispositivo da sexualidade.

O primeiro exercício que Foucault está pensando em conceber no momento em que pensa a produção desse dispositivo da sexualidade é reconfigurar as interpretações e as supostas ideias de poder. Na verdade, ele queria distanciar essa ideia de relacionar poder à “repressão” e se aproximar da ideia de pensar o poder ligado à produção.

Para Foucault, pensar o poder como repressão não é o suficiente. Na realidade, o autor propõe pensar como esses mecanismos de exclusão, de repressão e de censura acabam por produzir o que ele vai chamar de eficácia produtiva. Quanto mais se pensa na negatização e na proibição, mais se produz. É como se a ideia de norma e de sanção não fosse feita necessariamente para ser cumprida, mas fosse pensada no sentido de ser acionada, ou seja, no momento de pensar e agir. Desse modo, a norma funcionaria mais como uma maneira de agir sobre o mundo do que em uma forma que definitivamente aprisiona e impede a ação (MACHADO, 2006, p. 123).

A história que Foucault deseja escrever não se pauta pela história do poder-repressão, do poder-censura, mas se articula à ideia de um poder-incitação, de um poder-saber.

## Relações entre poder e sexo

Segundo Foucault (1988), nos últimos séculos não havia nas sociedades ocidentais, antes do período vitoriano, um poder essencialmente repressivo



em relação à sexualidade. O autor informa que, segundo psicanalistas, a repressão pura e simples como forma de subjugação não traduziriam as relações entre poder e desejo. A simples repressão é um instrumento muito frágil de poder.

Foucault (1988) inicia, então, a análise da relação entre o poder e o sexo, enfatizando alguns pontos:

- A relação negativa: o poder estabelece relação com o sexo de forma negativa, dizendo “não”. Como nada pode contra o sexo além do não, produz apenas falhas, descontinuidades, fronteiras e lacunas.
- A instância da regra: o poder é o que dita a lei. Assim, o sexo em relação a ele ficaria reduzido a uma binariedade, como “o lícito e o ilícito” e submetido a uma “ordem” que funciona. O domínio é exercido através da linguagem, do discurso do legislador, usando o modo de ação jurídico-discursivo.
- O ciclo da interdição: o poder estabelece uma lei de proibição e o sexo só pode existir em segredo. Para existir, o sexo se anula. O poder sobre o sexo se realiza através de uma lei proibitiva, sob pena de algum castigo.
- A lógica da censura: a interdição se estabelece, impedindo que se fale sobre o assunto e nega a existência do mesmo. Atua sob três formas: proibindo, impedindo que se diga, negando que exista. Consiste em uma “lógica em cadeia, que seria característica dos mecanismos de censura: liga o inexistente, o ilícito e o informulável de tal maneira que cada um seja, ao mesmo tempo, princípio e efeito do outro” (FOUCAULT, 1988, p. 82).
- A unidade do dispositivo: o poder sobre o sexo utiliza-se de todos os aparelhos possíveis, tais como a família, a igreja, o tribunal e o Estado, constituindo-se uma forma geral de poder.

Foucault (1988) reafirma sempre a questão sobre o quão limitativa é a ótica do poder que reprime o sexo, pura e simplesmente. Para ele, é uma forma tática monótona, incapaz de invenção, produção e condenada à repetição; são diminuídos os dispositivos de dominação. Para ser tolerável, o poder deve atuar sob uma névoa, escondido, mascarado. Quanto mais oculto, mais bem-

-sucedido será. É provável que tal necessidade de ocultação como condição de eficiência ao poder seja explicada historicamente.

Voltando o olhar para a Idade Média, a Igreja Católica estabeleceu aliança com os nobres na Europa. Estes se converteram ao cristianismo, mas ainda mantinham costumes pagãos, assim como o povo. Os novos costumes e regras cristãos não se estabeleceram de uma só vez, pois havia muito da cultura dos bárbaros nos hábitos, especialmente entre os camponeses. Em festas, durante as épocas de colheita e plantio, o sexo era parte indispensável dos rituais, uma vez que as tradições estavam ligadas ainda aos cultos de fertilidade praticados pelos povos descendentes dos bárbaros (RIBEIRO, 2005).

Nesse período, identifica-se a monarquia e o Estado como instâncias de regulação, arbitragem e delimitação, solidificando-se com o suporte de poderes múltiplos e preexistentes. A servidão, os conflitos, as relações fundadas em suserania e vassalagem e as armas contribuíram para uma série de alianças estratégicas. As referidas instituições foram também reconhecidas até diante de outras potências em confronto. A proposta de paz era apresentada na proibição de guerras feudais, e a justiça como meio de substituição dos acertos de contas privados. Foi certamente muito mais que simples edificação jurídica. O poder logrou aceitação porque foram bem utilizadas a linguagem e a representação. Nesse contexto, o direito foi mais que uma arma manipulada por monarcas, ele se apresentou como forma de manifestação e aceitabilidade, formulando o mecanismo do poder através de suas teorias (FOUCAULT, 1988).

Apesar de o direito ter oferecido suporte ao poder Estatal durante a Idade Média, entre os séculos XVII e XIX passava-se a entender o poder monárquico absoluto como um “não-direito”, criticando o arbítrio, privilégios, regalias e exceções. Esforços foram canalizados para a separação entre o político e o jurídico. No século XVIII, na França, a revolução lutou por um sistema jurídico puro, no qual poderiam fluir rigorosos mecanismos de poder, sem irregularidades ou excessos, baseado em direitos fundamentais. Avançou-se contra uma monarquia que ultrapassava os limites do direito, colocando-se acima das leis. Para condenar a monarquia, utilizou-se uma reflexão jurídica que acompanhara o seu desenvolvimento, preservando o entendimento de que o direito deve ser a própria forma do poder e este deve ser exercido na forma do direito (FOUCAULT, 1988).

No século XIX, surge uma nova crítica ao poder real. Foi questionado o fato de a monarquia escapar às regras do direito e mostrado que, sob a aparência da lei para todos, se perpetuava a violência e a injustiça em proveito da dominação de alguns. O jurídico, até então, representava um “poder centrado na coleta e na morte” (FOUCAULT, 1988, p. 85).

Essa forma de poder jurídico sofreu transformações ao longo dos séculos no que tange à sexualidade. Houve uma transição quanto aos seus procedimentos, que se mostraram tanto mais eficientes quanto heterogêneos, sendo exercido pela técnica, pela normalização (e não a lei), pelo controle (e não castigo), transbordando o Estado e seus aparelhos.

As análises contemporâneas sobre a relação entre poder e sexo ainda se encontram, de certa forma, submetidas a um poder-lei, do qual é necessário se libertar, segundo Foucault (1988), para que se possa refletir em nuances concretas e históricas de poder. Faz-se necessário o desvencilhamento de uma representação jurídica e negativa do poder, para que se visualize que as sociedades modernas tiveram sua sexualidade regida por uma rede muito mais intrincada do que apenas lei e soberania.

## O caminho percorrido: método

De uma maneira ampla, a palavra poder pode exprimir diversos significados. Segundo o dicionário Aurélio, esse verbete pode ser descrito de várias maneiras, dentre elas: possibilidade, faculdade, força física, vigor do corpo ou da alma, faculdade, atribuição, governo de um estado, importância, consideração, grande quantidade, abundância e força militar (AURÉLIO, 2002). Nenhum dos significados, no entanto, traz em sua essência o sentido que Foucault quer expressar em sua obra.

O autor tenta resignificar o termo “poder”, dando a entender que, em sua visão, o poder vai muito além do que o maquinário estatal que controla, mesmo que de forma indireta, a vida das pessoas. Foucault apresenta o poder como um sucessivo jogo de relações e organizações que atuam em transformação de um corpo social. O poder é mostrado como algo que é presente e onipresente, pois permeia todas as relações construídas (FOUCAULT, 1988).

As relações de poder são intencionais, porém, não subjetivas. Se de fato são inteligíveis, não é porque sejam efeito de causalidade de uma ou outra instância que as explique, mas porque atravessado de fora a fora por um cálculo, o poder não consegue se estabelecer sem uma série de alvos e objetivos. É importante perceber, entretanto, que essa dualidade não significa que a relação existente seja resultado de escolha ou decisão, individualmente (FOUCAULT, 1988).

Diante do que já foi apresentado, é possível notar que o poder, na visão de Foucault, não é único, mas emana de diversas vertentes e maneiras, porém, é notório que se vem de baixo. É uma relação totalmente objetiva que não se observa, mas está presente nos sistemas, ou seja, todas as relações existentes estão sendo controladas por redes de poderes, mesmo que não consigam ser observadas, como ocorre na maioria das vezes, seja em família, em empregos, nas relações sociais. O poder é presente e atuante em todos os níveis do sistema.

Sob a ótica do confronto, o poder se estabelece por meio da resistência; esta é criada dando sentido à compreensão de que ele emana de estruturas não superiores e que é a porta de entrada de uma possível revolução.

Quando se fala em sexo e sobre a influência que as estruturas de poder exercem sobre esse assunto, Foucault enumera algumas regras que podem ser consideradas recomendações para alcançar uma prudência (FOUCAULT, 1988):

- Regra de imanência: o sexo é encarado como um objeto possível, pois assim como o poder, o sexo era visto, de forma semelhante, como resistência, sempre mal compreendido e sob grande vigilância e repressão.
- Regra das variações contínuas: as matrizes não se repartem, por exemplo, ao focar a sexualidade da criança. Nessa regra, não é relevante saber para qual lado o pêndulo do poder está sendo levado, ou seja, não é preocupante conhecer a ótica dos que exercem (pais e maridos) ou dos que são privados (mulheres e esposas), tampouco importa que está vivendo sob a sombra da ignorância do não direito ao saber; ao se proteger a criança, não há o impedimento de que outras formas de alienação ocorram por parte do alienado ou alienador.
- Regra do duplo condicionamento: a regra que mostra que os dispositivos não são hierarquizados; a família e o Estado não estão em grau de exercício diferente, mas se entrelaçam. Nessa ótica, a família

não é réplica do Estado e nem o Estado é modelo para a família, mas compartilham desejos tão íntimos, que acabam por cruzarem uma linha em que ficam confusos quais seriam os interesses de um ou do outro.

- Regra da polivalência tática do discurso: este dispositivo foi uma tentativa que Foucault fez para esclarecer que o ato de não falar é por si só libertador. Às vezes, o que não é falado pode ser mais revelador do que o que é reverberado por muitos. Não se pode, por exemplo, imaginar que exista um jogo de palavras ditas e não ditas, pois, desse modo, haveria uma visão dualista e simplista de um problema que na verdade não existe. É descontínuo, por exemplo, nomear a sexualidade, pois ela foi liberada para falar por si. O ato de se não comentar, por exemplo, sobre determinado tema não faz com que esse assunto seja esquecido, tampouco deixado de lado.

## Dispositivos de saber e poder

Foucault acredita que a sexualidade não deve ser vista como algo naturalmente estranho ou ausente de docilidade. Para ele, o termo sexualidade vai além, configurando-se como um ponto de passagem pelas relações de poder constituídas nas mais diversas esferas, tais como família, igreja e a população, no geral. Para ele, “não existe uma estratégia única, global, válida para toda a sociedade e uniformemente referente a todas as manifestações do sexo” (FOUCAULT, 1988, p. 97), pois a sexualidade explicada pelo viés da heterossexualidade, dos casais normativos, não conseguiria explicar e abranger os mais variados gêneros, classes sociais e idades.

Segundo Foucault (1988), a partir do século XVIII é possível distinguir quatro conjuntos estratégicos, que desenvolvem dispositivos específicos de saber e poder referentes ao sexo, sendo eles:

- Histerização do corpo da mulher: nesse momento, o corpo da figura feminina é visto como totalmente saturado de sexualidade, ou seja, a imagem da mulher está ligada apenas à reprodução, sem a sensação de prazer (FOUCAULT, 1988). Tal imagem foi construída culturalmente ao longo da história da humanidade, não sendo uma ideia fixa, imutável.

No discurso grego, por exemplo, a mulher é vista pelo viés religioso, seguindo a lógica do pecado cometido por Adão e Eva, bem como toda a lógica do Antigo Testamento, da mulher ter que ser uma figura de pureza, bem como a Virgem Maria. É, então, enraizado, um discurso que vai passando por gerações, discurso esse que foi construído, na maioria das vezes, por homens. Na Idade Média, ao mesmo tempo em que a Igreja Católica auxilia mulheres em situação de vulnerabilidade, devido ao afastamento dos maridos pelas guerras, mata centenas de outras figuras femininas na fogueira, pela acusação de feitiçaria, mostrando mais uma vez a imagem de mulher que deve ser seguida, criando um novo estigma (COLLING, 2015).

A mulher, vista pelo viés da passagem bíblica de Adão e Eva, foi responsável pelo pecado e, por muito tempo, segundo a Igreja, responsável, consequentemente, pelas catástrofes e calamidades.

Ao lado da visão de mulher pecadora, séculos mais tarde configura-se o modelo da domesticidade, reforçando a questão da moralidade. Nesse momento, torna-se necessária a construção de uma figura feminina voltada à maternidade, o modelo de mulher inatingível, perdendo, então, todo cunho sexual do corpo. Em tal fase, final do século XVIII, a doença da época era a histeria, patologia essa que auxiliava na corroboração da imagem da mulher saturada de sexualidade, mas dotada de papéis sociais importantes, por estar associada à responsabilidade pela educação dos filhos. Era formada, então, a figura feminina da mãe em associação com a imagem da “mulher nervosa” (COLLING, 2015; FOUCAULT, 1988).

- Pedagogização do sexo da criança: o conceito de infância vem sendo historicamente construído ao longo dos séculos, configurando-se desde o miniadulto da Idade Média até a criança dotada de direitos da contemporaneidade (NIEHUES; COSTA, 2012). Áries (1981) ressalta que “na sociedade medieval a criança a partir do momento em que passava a agir sem solicitude de sua mãe, ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes” (p. 156). Desse modo, não existia um tratamento apropriado aos infantes, não havendo, assim, o sentimento de infância.

De acordo com Áries (1981), o sentimento de infância foi surgindo a partir de novos pensamentos da Igreja Católica, surgindo, assim, novos modelos de

família. O autor acredita que tal sentimento só se consolidou paralelamente ao desenvolvimento do conceito de família. Nesse contexto, a criança passa a ser vista como aquela que deve ser amada e educada, sendo, então, planejada pelos pais, que são os responsáveis pelo futuro daquela criança.

Para Foucault, “quase todas as crianças se dedicam ou são suscetíveis de se dedicar a uma atividade sexual” (FOUCAULT, 1988, p. 98). Desse modo, são seres que são liminarmente sexuais, que ao mesmo tempo em que estão aquém da sexualidade, estão naturalmente dentro dela. Tal fato suscita a responsabilidade de pais, família, educadores, médicos e da sociedade, no geral, para que sejam encarregados pela pedagogização desses infantes.

- Socialização das condutas de procriação: nesse momento, se dá a socialização econômica, através de meios sociais ou fiscais de frear a fecundidade dos casais, havendo a responsabilização destes a todo o corpo social. Instaure-se uma “socialização médica, pelo valor patogênico atribuído às práticas de controle de nascimentos, com relação ao indivíduo ou à espécie” (FOUCAULT, 1988, p. 98).
- Psiquiatrização do prazer perverso: neste conjunto estratégico, o instinto sexual é visto como algo biológico e psicologicamente autônomo. Sendo assim, atribui-se a normalização e patologização de toda conduta pelo viés da sexualidade, buscando uma tecnologia corretiva para tais anomalias (Foucault, 1988, p. 99). Canguilhem (2002) traz a questão do normal e o patológico, fazendo uma crítica à visão de que o patológico seria somente uma variação quantitativa do normal, sendo, desse modo, um ideal vago, já que tal visão dependerá do contexto e características individuais de sua totalidade, sendo um ideal que não é passível de ser alcançado (SILVA *et al.*, 2010).

Foucault (1988) acredita que a sexualidade é um dispositivo histórico. Para ele, as relações de sexo deram lugar, em toda sociedade, a um dispositivo de aliança, ou seja, um sistema de matrimônio, de transmissão de nomes e bens, que é dotado de mecanismos de construção, que o mantém. Tal dispositivo perde sua importância à medida que a política e a economia não conseguem suporte em tal modelo. A partir do século XVIII, sobretudo, as sociedades instalam um novo dispositivo que ajuda a diminuir a importância da aliança, que é o dispositivo da sexualidade. Tais dispositivos se opõem em vários termos, como pode ser visto no quadro a seguir:

### Quadro comparativo dos dispositivos de aliança e sexualidade, com base em Foucault (1988)

| Diferenças             | Dispositivo de aliança  | Dispositivo de sexualidade  |
|------------------------|---|---|
| Quanto à estrutura     | Estrutura-se em torno de um sistema de regras que define o permitido e o proibido.  | Funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder.   |
| Objetivos              | Tem como objetivos principais o de reproduzir a trama de relações e manter a lei que as rege.                             | Engendra, em troca, uma extensão permanente dos domínios e das formas de controle.                                    |
| O que é mais relevante | Parceiros com <i>status</i> definido.   | Sensações do corpo, a qualidade dos prazeres.   |
| Quanto à economia      | Articula-se fortemente com a economia, devido ao papel que pode desempenhar na transmissão ou na circulação das riquezas. | Liga-se à economia através de articulações numerosas e sutis, sendo o corpo a principal - corpo que produz e consome. |
| Razão                  | Reprodução  | Proliferação, inovação.   |

Historicamente, o dispositivo de sexualidade surge a partir do dispositivo de aliança. A família será a estrutura que contribuirá com a permuta dos dispositivos; o dispositivo de sexualidade, que primeiro se desenvolveu na direção espiritual e na pedagogia, pouco a pouco irá ter como centro a família. “Os pais, os cônjuges, tornam-se, na família, os principais agentes de um dispositivo de sexualidade” (FOUCAULT, 1988, p.103). Essa ocorrência se dá a nível interior, já no exterior tem apoio na Medicina, na Pedagogia e, mais tarde, especificamente na Psiquiatria, que carrega a psicologização das relações de aliança. Nesse momento, surgem:

[...] a mulher nervosa, a esposa frígida, a mãe indiferente ou assediada por obsessões homicidas, o marido impotente, sádico, perverso, a moça histérica ou neurastênica, a criança precoce e já esgotada, o jovem



homossexual que recusa o casamento ou menospreza sua própria mulher. São as figuras mistas da aliança desviada e da sexualidade anormal: transferem a perturbação da segunda para a ordem da primeira; dão oportunidade para que o sistema da aliança faça valer seus direitos na ordem da sexualidade (FOUCAULT, 1988, p. 103).

Com todas essas novas figuras surge a necessidade de que se auxilie a família a resolver tais interferências entre a sexualidade e a aliança. Nesse espaço, surge a psicanálise, buscando mudar o regime das incertezas e inquietações da família, tentando entender a sexualidade individualmente, fora do controle familiar, e colocando tais relações familiares num contexto da sexualidade. Sendo assim:

[...] a psicanálise, que parecia, em suas modalidades técnicas, colocar a confissão da sexualidade fora da soberania familiar, reencontrava, no próprio seio dessa sexualidade, como princípio de sua formação e chave de sua inteligibilidade, a lei da aliança, os jogos mesclados dos esponsais e do parentesco, o incesto (FOUCAULT, 1988, p. 105).

O domínio que Foucault continua analisando nos próximos volumes de seus livros sobre a História da sexualidade, será então, o dispositivo de sexualidade e seu desenvolvimento e desdobramentos a partir do século XIX dos quatro conjuntos apresentados anteriormente, quais sejam: sexualização da criança, histerização da mulher, especificação dos perversos, regulação das populações; estratégias essas “que passam todas por uma família que precisa ser encarada, não como poder de interdição e sim como fator capital de sexualização” (FOUCAULT, 1988, p. 106).

## Momentos de ruptura

Para se entender a história da sexualidade a partir dos mecanismos de repressão, deve-se observá-la sob dois momentos de ruptura e inflexão: o primeiro momento, durante o século XVII, foi onde surgiu o imperativo da

sexualidade adulta e matrimonial, noções de decência, proibições e pudores relativos à linguagem. O segundo momento foi no século XX, onde houve maior tolerância às relações extra-conjugais e pré-nupciais, apropriação científica da sexualidade infantil, e, conseqüentemente, quebra de alguns tabus em relação a ela. Também houve, principalmente, a judicialização do sexo e desqualificação dos perversos. Para além, deve-se discorrê-la cronologicamente sob duas etapas, a cronologia da técnica e a cronologia da difusão da técnica do dispositivo de sexualidade.

Ao final do século XVIII surgia uma “nova tecnologia do sexo”, esta que se sobrepôs à “tecnologia tradicional da carne”, difundida até então pela instituição eclesiástica. Através da pedagogia, medicina e economia, o sexo e seus efeitos passaram a ser assunto de Estado e de todo o corpo social. Sob três eixos, essa nova tecnologia se desenvolveu: a pedagogia tinha como objetivo o estudo da sexualidade específica das crianças; a medicina objetivava a fisiologia sexual inerente às mulheres; e o Estado, através da demografia, tinha o objetivo da regulação da taxa de natalidade. A temática desses três eixos não é exclusiva da nova tecnologia, já eram antes observadas pelo cristianismo. No entanto, em relação ao Estado ela se desenvolve para ir ao encontro da transformação e manutenção capital. Segundo Foucault, “a tecnologia no sexo, basicamente, vai-se ordenar a partir desse momento, em torno da instituição médica, da exigência de normalidade, ao invés da questão da morte e do castigo eterno, do problema da vida e da doença. A “carne” é transferida para o organismo (FOUCAULT, 1988, p. 128).

Essa transformação possibilitou o surgimento da medicina das perversões e dos programas de eugenia, inovações de destaque na tecnologia do sexo durante o século XIX. Tais inovações se deram a partir de um projeto médico e político que entendeu a necessidade da administração do sexo e seus efeitos, principalmente a fecundidade. Esse entendimento surge através do conhecimento acerca da hereditariedade, que colocou o sexo em posição de principal responsável biológico pela segurança das gerações futuras. Em outras palavras, houve um entendimento que as relações sexuais, as doenças venéreas, as alianças matrimoniais e as perversões não tinham um fim em si mesmo; caso o sexo não fosse administrado, poderia ser um risco à espécie.

Quanto à difusão da técnica, pode-se observar que ocorreu com mais intensidade e primeiramente nas classes economicamente privilegiadas e politicamente dirigentes, porque todo processo de desenvolvimento da técnica

não era acessível a grupos que não fossem restritos. É a família que surge primeiramente como instância de controle do sexo, e foi a família burguesa que problematizou inicialmente a sexualidade das crianças e adolescentes e que tornou emergente o ato de vigiar e corrigir o sexo. Também é possível observar o comportamento atribuído à mulher burguesa, a valorização e a preservação de sua sexualidade, além da imposição de obrigações conjugais e matrimoniais. A mulher foi atribuída à fragilidade do sexo, por ser algo a se preservar. Igualmente, os onanistas que preocupavam médicos, familiares e educadores não estavam nas classes operárias, eram as classes privilegiadas que tinham o dever moral e a obrigação de conservar sua descendência sadia, já que o onanismo estava no rol das perversões.

Por muito tempo, as camadas mais populares da sociedade estiveram à margem do dispositivo de sexualidade, estavam submetidas a algumas modalidades específicas do dispositivo das alianças. Nessas camadas, a tecnologia do sexo se difundiu lentamente em três etapas: primeiro demograficamente em relação à necessidade de controle da natalidade; posteriormente, com a necessidade de moralização das classes pobres, como instrumento de controle político e de regulação econômica fundamental para subordinação do proletariado urbano; e, finalmente, ao final do século XIX, com o controle judicial e médico das perversões em favor da proteção geral da sociedade. É importante asseverar que o dispositivo de sexualidade para e pelas classes privilegiadas difundiu-se no corpo social como um todo, porém essa difusão não ocorreu de forma homogênea.

Para que o corpo e a sexualidade das classes mais abastadas fossem diagnosticados como problema a ser solucionado, foram necessários conflitos que pusessem em questão o ordenamento urbano, como coabitação, epidemias, prostituição, doenças venéreas e conflitos econômicos como a necessidade industrial de mão-de-obra estável e competente, além do controle do fluxo populacional e regulação demográfica.

O dispositivo de sexualidade não se desenvolveu para que houvesse renúncia ao prazer ou desqualificação da carne, ao contrário, a tecnologia do sexo proporcionava maximizar a vida através da problematização da saúde e da condição de funcionamento do corpo. A busca pela longevidade, vigor e boa descendência ocorreram, como dito anteriormente, pelas classes dominantes. Foi nelas que o dispositivo de sexualidade se difundiu como nova distribuição de prazeres, discursos, verdades e poderes. O sexo não foi desqualificado ou anulado pela burguesia, ele foi entendido e transformado

através de uma tecnologia que o preservasse. A partir de então, foi possível observar um “corpo de classe”, um corpo com higiene, saúde e descendência, que era atribuído à burguesia.

Pode-se concluir que além da técnica e difusão da técnica do dispositivo de sexualidade, Foucault apresenta a tese de que existe uma sexualidade burguesa, que existem sexualidades de classes. Tal afirmação se fundamenta no modo de difusão do dispositivo de sexualidade: primeiramente na classe burguesa e posteriormente no proletariado, com diferentes finalidades: auto-afirmação das classes dominantes e forma de controle do proletariado.

## Considerações finais

Ao longo da obra “A vontade de Saber”, foi visto que Foucault, ao contrário de concordar com a hipótese repressiva, apresenta a história de uma crescente incitação dos discursos sobre o sexo na sociedade ocidental. Havia sido espalhada pela sociedade uma vontade de saber sobre o sexo. Por trás de toda essa vontade, mecanismos de poder, como as instituições religiosas, por exemplo, fizeram do sexo algo que precisava ser confessado, o que incitaria o constante discurso sobre essa temática. Por outro lado, as relações de poder estabelecidas também censuraram e ressignificaram a sexualidade.

O chamado dispositivo de sexualidade teve sua função dentro do contexto histórico e social apresentado, mas de forma diferente para cada classe social e existente ainda hoje. Assim, o autor desenvolveu sua análise identificando os mecanismos que foram implementados para que houvesse o controle dos corpos e as razões pelas quais tal controle se fez necessário e a quem servia. Mais do que um dispositivo moralista, fica demonstrado que o capitalismo e as elites foram beneficiados e fortalecidos por este dispositivo da sexualidade.

Por fim, este trabalho buscou, a partir de uma análise da obra de Foucault, compreender as forças que levaram e ainda levam a sociedade a perceber a sexualidade como é ensinada, e demonstrar que o modo de ser e viver, até mesmo num aspecto tão íntimo da vida, pode ser fruto de um controle que é imposto, sem que nem mesmo se imagine existir. Tal temática é relevante para que possa haver a reflexão sobre a questão da sexualidade e dos mecanismos de poder instalados em diversos contextos da sociedade, incitando futuros estudos nessa área de conhecimento.

## Referências

- ALVES, Guilherme Angellis Silva. **A produção industrial de tânatos: a construção de modelos de corpo e de sexualidade e sua relação com o consumo à luz da última teoria das pulsões**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2013.
- ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. 5. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CASSAL, Luan Carpes Barros; GONZALEZ, Aline Monteiro Garcia; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. Psicologia e o dispositivo da sexualidade: biopolítica, identidades e processos de criminalização. **Revista Psico**. v. 42, n. 4, out/dez. 2011. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/8600>. Acesso em: 7 mai. 2018.
- COLLING, Ana Maria. A construção histórica do corpo feminino. **Caderno Espaço Feminino** – Uberlândia - MG - v. 28, n. 2 – Jul./Dez. 2015.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2222 p., 2010.
- FONSECA, Pedro. **Breve Análise Interpretativa da Obra A Vontade de Saber de Michel Foucault**. Cadeira de Espistemologia das Ciências Sociais, 1998. Disponível em: <http://www.pedro-fonseca.com/pt/filosofia/foucault.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2018.
- FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: Machado, R. (Org). **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Histoire de la Sexualité I: La Volonté de savoir**. França: Gallimard, 1976.
- MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- MOURANI, Daniela Silva. **Michel Foucault e a vontade de saber**. PUC – SP. São Paulo: 2009. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/11815/1/Daniela%20Silva%20Mourani.pdf>. Acesso em: 8 mai. 2018.
- NIEHUES, Mariane Rocha; COSTA, Marli Oliveira. Concepções de infância ao longo da história. **Rev. Técnico Científica (IFSC)**, v. 3, n. 1, 2012.
- REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005, p. 96.
- RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **A sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos**. In: BORTOLOZZI, Ana Claudia; MAIA, Ari Fernando (org). Sexualidade e infância. Bauru: FC/ CECEMCA; Brasília: MEC/SEF, p. 17-32. 2005.
- SILVA, Thiago Loreto Garcia *et al.* O normal e o patológico: contribuições para discussão sobre o estudo da psicopatologia. **Aletheia** 32, p. 195-197, mai./ago., 2010.

# 8

## Somos nós vitorianos?

Edyala Oliveira Brandão Veiga  
Dário Bezerra de Andrade  
Luciana Spala Ataíde Aguiar  
Nathalia Toledo Barreto Dutra  
Poliana Campos Côrtes Luna

### Considerações iniciais

A chamada era vitoriana, em seu aspecto geral, foi a época da história inglesa em que a Rainha Vitória I ocupou o trono da Inglaterra. Esse momento começa em sua coroação, em 1837, e vai até a sua morte, em 1901, totalizando 64 anos de era vitoriana.

Quando a era vitoriana chegou no seu topo, a industrialização provocou o alargamento do abismo existente entre as classes sociais, o que ocasionou revolta por parte da classe mais abastada. Esse ocorrido levou os escritores vitorianos a falarem contra as injustiças sociais do mundo. Com a economia em plena mudança da agricultura para a indústria, os agricultores foram para a cidade em busca de emprego e melhores condições de vida, mais especificamente para a capital Londres, o que forçou a infraestrutura urbana, agravando ainda mais os problemas da época (NGO, 2015).

A sociedade vitoriana era bastante moralista e muito esbanjadora em seus conceitos e preconceitos, incitando uma série de padrões bastante severos sobre

a formação cultural, moral, e sobretudo, ideológica da época. Os homens dominavam o espaço público de uma maneira muito notória, restando às mulheres o lugar de submissão. Um exemplo da imposição masculina perante a sociedade é o de Mary Ann Evans, que para publicar suas obras assinou sob o pseudônimo de George Eliot (AHLQUIST, 2013).

A literatura vitoriana compreende todo o conjunto de verso e prosa, assim como cartas e ensaios produzidos durante o reinado da Rainha Vitória I. Uma das mais importantes características da literatura vitoriana é a abordagem crítica da sociedade. Muitos estudiosos da literatura afirmam que a era vitoriana é o ponto mais avançado da literatura ficcional inglesa (NEW WORLD ENCYCLOPEDIA, 2015).

Sendo assim, o presente estudo tem o escopo de apresentar uma reflexão, por meio de uma visão interdisciplinar, acerca do primeiro capítulo, intitulado “Nós, vitorianos”, do livro “História da sexualidade I: a vontade de saber”, de Michel Foucault.

## Autor, vida e obra

Michel Foucault, ou simplesmente Foucault, comumente conhecido, é de nacionalidade francesa. Nasceu na cidade de Poitiers, em 15 de outubro de 1926, e faleceu em 26 de junho de 1984, aos 57 anos, de Aids. Foucault veio de família tradicional de médicos, mas rompendo com essa tradição, graduou-se em história, filosofia e psicologia. Foi considerado um filósofo contemporâneo e um dos mais polêmicos de sua época, pois possuía um olhar crítico de si mesmo (FERREIRINHA; RAITZ, 2010).

Devido às suas tentativas de suicídio, aproximou-se da psicologia e psiquiatria e produziu diversas obras sobre esse tema. Os seus estudos e pensamentos envolvem, principalmente, o biopoder e a sociedade disciplinar. Para tanto, o filósofo percorreu três técnicas independentes, mas sucessivas e incorporadas umas pelas outras: do discurso, do poder e da subjetivação. Acreditava ser possível a luta contra padrões de pensamentos e comportamentos, mas impossível se livrar das relações de poder (FERREIRINHA; RAITZ, 2010).

Foucault acreditava que os acontecimentos deveriam ser considerados em seu tempo, história e espaço. De acordo com Veiga-Neto (2003, p. 43), a obra

de Foucault pode ser dividida em três fases cronometodológicas: arqueológica, genealógica e ética. Para cada uma dessas fases elaborou perguntas fundamentais: que posso saber; que posso fazer; e quem eu sou? Entre as principais obras de Michel Foucault estão “Microfísica do poder” (1979), “Em defesa da sociedade” (1999) e “Vigiar e punir” (2008) (FERREIRINHA; RAITZ, 2010).

## Contexto do século XVII

Hábitos de antigos séculos ainda deixam resquícios nas formações familiares na era pós-moderna. Destaca-se a questão dos primogênitos e do poder patriarcal nas uniões. Era incontestável o poder dos pais quando se tratava das futuras uniões, ou seja, os casamentos arranjados eram mantidos e os nubentes não poderiam questionar as decisões e os acordos estabelecidos. Através dessas junções familiares, mantinha-se a expansão patrimonial, garantindo o poderio das famílias. No tocante aos primogênitos, porém, houve o fim da exclusividade dos bens dirigidos. Assim, ocorria o incentivo aos filhos mais novos. Tal alteração acarretou grande manifesto em toda a sociedade, ocasionando outras tantas mudanças.

No âmbito social e familiar, no final do século XVII, era notória a disposição das casas. Estas eram parecidas com grandes galpões, tornando a privacidade algo extremamente raro. Assim, os cômodos eram espaços comuns. Na mesma área onde se comia, era possível observar atividades profissionais, manuais, a leitura, e outras ações quanto fossem necessárias, inclusive era no mesmo local onde se dormia e praticava os atos sexuais.

Com o passar do tempo, alguns detalhes foram transformando um pouco a realidade ali vivida, então surgiram mobílias específicas, fixas, que foram agregando valor aos espaços. Porém, o conceito de local comum ainda persistia, garantindo a manutenção do estabelecimento e trânsito de pessoas não só da família principal, como pais, mães e filhos, mas também de outras pessoas que nem sempre eram do mesmo âmbito familiar.

Apesar de o início de uma transformação nos valores societários, para atingir patamares ainda maiores, a ambição fazia com que as pessoas se sujeitassem às regras dispostas em manuais de civilidade, o que se acreditava poder elevar suas condições.



Outras mudanças continuavam ocorrendo e acarretando cada vez mais o fechamento das famílias em seus núcleos familiares. Dessa forma, a casa, a qual antes era passível de espaços comuns, onde transitavam não só o núcleo familiar, como outras pessoas, ficou menos exposta, com delimitações de cômodos e possíveis recatados moradores.

## Progressão do século XVIII e século XIX

O século XVIII é marcado por uma época de grande repressão sexual, em que o sexo se limitava à função reprodutora e o casal era tido como “modelo”. Para não haver possibilidade alguma de se falar sobre o assunto, as crianças eram vistas como seres sem sexo. Ao que resta, é considerado “amor mau”, eliminado, compelido ao silêncio.

São forçadas, entretanto, à sociedade burguesa, algumas sexualidades ilegítimas, sendo essas associadas a locais com fins lucrativos, visto que a exploração do trabalho nessa época é imensa e, sendo assim, não há tempo para se desfrutar com prazeres.

Destarte, o sexo tornou-se caso de polícia, sendo necessário regulá-lo por intermédio de discursos públicos, não por meio da proibição, sendo utilizado em diversos ramos como na psicologia, na medicina, na psiquiatria, na demografia, na crítica política, dentre outros. Foucault não se cansa de mencionar sobre o comportamento humano diante do sexo, o qual esbarra na timidez, no medo de pronunciar, enfim, não se fala o suficiente, acrescentando que este deve estar nos discursos, ainda que pela obscenidade do segredo.

No século XIX, conhecido como o século da disseminação das perversões, a Igreja possuía regras diretamente ligadas ao julgamento de justiça, condenando o adultério, o rapto, o casamento não consentido pelos pais, a homossexualidade e outros. Os hermafroditas eram vistos como criminosos e/ou nascidos do crime, bem como loucos.

Foucault chama essa repressão de “hipótese repressiva”, levantando três dúvidas: 1ª) A repressão ao sexo seria uma evidência histórica?; 2ª) A mecânica do poder seria repressiva?; 3ª) O discurso crítico viria cruzar com a mecânica do poder? Partindo desses fatos históricos sobre a verdade do sexo como repressão, o autor propõe, com essa obra, questionar que não seria uma

hipótese meramente repressiva, mas um liame entre o poder, o saber e a sexualidade (prazer), que afirma o discurso sobre a sexualidade humana.

## Era vitoriana: aspectos gerais

A era vitoriana foi um marco na história da Inglaterra por 63 anos, com evidências em crescimento nos planos econômico, político e social, entre 1837 e 1901, marcados pelo reinado de Alexandrina Vitória Regina. Esta nasceu em 24 de maio de 1819, em Londres, Inglaterra e faleceu em 22 de janeiro de 1901, em East Cowes, aos 81 anos de idade. Filha de Eduardo Augusto, Duque de Kent e de Strathearn, e de Vitória de Leiningen. Foi educada de forma muito austera, no Palácio de Kensington, e segundo Frazão (2018), falava inglês, francês e alemão. Muito jovem, foi coroada rainha aos 18 anos de idade e herdou o trono de seu tio, o rei da Inglaterra, Guilherme IV (CARVALHO, 2018). Durante a cerimônia de posse, “no momento em que a rainha se ajoelhou para receber a insígnia real, um raio de sol incidiu sobre ela” (NETO, 2015, *apud* SITWELL, 1946, p. 88). No interior da Abadia de Westminster, com muitos súditos presentes, aquela cena do raio solar fez com que “a Duquesa de Kent, já bastante emocionada, caísse em lágrimas” (NETO, 2015).

No terceiro ano de seu reinado, em 1840, a rainha casou com seu primo Francisco Alberto Augusto Carlos Emanuel de Saxe-Coburgo-Gota, do Reino Unido. Apaixonado por artes e ciências, muito influenciou no governo da Rainha com incentivo ao desenvolvimento dessas áreas, bem como na modernização e fortalecimento do exército britânico. A história registrou um casamento com harmonia conjugal e, portanto, o casal tornou-se “um modelo para a Inglaterra, ‘de hábitos simples e puritanos’” (FRAZÃO, 2018).

Do matrimônio nasceram nove filhos, com características matrimoniais perfeitas. A rainha amava “as letras, estudou geografia e história [...], tocava piano, [...], até os 60 anos de idade, desempenhou a prática da pintura” (CARVALHO, 2018). Em meio à felicidade, aconteceu um infortúnio, pois, em 1861, a rainha perdeu seu marido, e, segundo Carvalho (2018), se desmanchou em lágrimas e viveu em luto por quase toda a vida.

Durante os 63 anos e sete meses de reinado da rainha Vitória, entre os anos de 1837 a 1901, na história da Inglaterra há registros de desafios, conquistas, fases boas e ruins, mas Tuchman (1990, p. 33) relata que transcorridos 58 anos

de reinado da Rainha Vitória, em junho de 1895 os conservadores ganharam as eleições. Na ocasião, a Grã-Bretanha estava no apogeu e após o pleito iniciou-se a formação dos gabinetes, que foram constituídos de muita soberba e imagem resplandecente. A história registrou o início de uma fase denominada de “Os aristocratas”, cujos membros dos gabinetes gozavam de privilégios da aristocracia instalada em junho de 1895. Em sua grande maioria, detinham propriedades e seus herdeiros assumiam os gabinetes com objetivos específicos de proteger “seus interesses e cuidando dos seus assuntos. Governavam por dever, por herança e por hábito e, como costumavam dizer, por direito”.

A mesma autora relata que, em junho de 1895, quando a Grã-Bretanha estava no apogeu do império, houve uma eleição, na qual os ganhadores foram os conservadores e os gabinetes foram constituídos de “soberba e resplandecente imagem” (TUCHMAN, 1990, p. 33). Os ocupantes dos gabinetes detinham títulos nobres como de “marquês, banorato, lorde (mayor, chanceler, governador), barões, duque e baronetes e visconde” (TUCHMAN, 1990, p. 33).

Em meados do século XVIII, outro fato marcou a era vitoriana, a Revolução Industrial. Aquino, (1978, p. 121) classificou a revolução como um “processo de transformação global que marcou o estabelecimento do sistema capitalista como modelo de produção predominante”. Aquino acrescenta que tal fato atingiu as áreas comercial, industrial, agricultura, transporte, bancos, comunicações, socialmente atingiu “os níveis da estrutura social, ou seja, ‘toda economia que se tornou capitalista’” (1978, p. 121).

Após a Revolução Industrial, a sociedade estava dividida em duas, ou seja, de um lado estava a burguesia, composta pelos detentores do capital e senhores das produções e investidores de capital, e, do outro lado, o proletariado representando a classe trabalhadora. A revolução compreendeu fases distintas; Aquino (1978, p. 121) relata que alguns autores se referem a elas da seguinte maneira: 1ª: de 1760 a 1870, aproximadamente; 2ª: de 1870 a 1945 e 3ª: após 1945. Foi na Inglaterra que todo o processo de expansão das indústrias se iniciou, pela “mecanização” das máquinas, o que ocasionou o aumento da produção e dos lucros. O surgimento da máquina a vapor contribuiu para a evolução das indústrias. Foi também neste século que houve a concretização do sistema capitalista, alterando “efetivamente o dia a dia dos homens e suas formas de vida”, identificando a migração da mão-de-obra, que antes era artesanal e passou a ser a manufaturada (AQUINO, 1978, p. 121).

Aquino relatou que ao longo da Idade Moderna, entre os séculos XV ao XVIII, foi criada a precondição para que houvesse o “desencadeamento da Revolução Industrial”. Tratava-se de uma fase de “transição do feudalismo ao capitalismo [...], a transição citada pelo autor marcava o desenvolvimento de processos como ‘acúmulo de capitais, a liberação da mão-de-obra, o aperfeiçoamento das técnicas e ampliação dos mercados’” (1978, § 6, p. 121). Dentre esses processos, os mais fundamentais do sistema capitalista, citados por Aquino, foram “o capital e o trabalho” (1978, § 7, p. 121), a primeira era a fonte de investimento, aquela que investia em matéria prima e máquinas de produção e era representada pela “minorias: a burguesia”; a segunda era representada pela massa de trabalhadores que “não mais tem seus próprios instrumentos de trabalho e, por isso, para sobreviver, é obrigada a vender sua força de trabalho” (1978, § 7, p. 121).

Várias foram, contudo, as consequências que a Revolução Industrial trouxe ao mundo ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII. Uma delas, ainda citada pelo autor em estudo, foi o acúmulo de capital, restrito a “um pequeno grupo investidor [...], capitais provenientes do comércio colonial, do contrabando, do tráfico de escravos, de transações com outros países” (1978, § 2, p. 124).

## Do conformismo ao despertar

Como é possível observar, a era vitoriana foi uma época de forte ascensão econômica e de afins. Em contrapartida a essa ascensão da classe burguesa, a classe trabalhadora inglesa sofria com a mão-de-obra, sem que houvesse preocupação com o seu bem-estar. Os valores afetivos estavam em crise, havia também a descoberta da psicanálise por parte de Sigmund Freud e outros fatores sociais influenciavam na mudança comportamental de toda a Europa.

Sob o ponto de vista antropológico, os seres humanos possuem uma tendência natural de organizar o mundo com a consciência de que é único e de uma identidade própria, o que os diferencia uns dos outros, além das próprias relações de individualidade/alteridade.

O cenário, entretanto, nem sempre foi assim; Freud teve grande participação na história para percepção do homem como único. O autor foi um personagem raro nesse contexto, pois promoveu inovações que ressignificaram pensamentos filosóficos, psicológicos e sociológicos de toda uma geração.

Com sua obra, o mesmo começara a dar sentido para o futuro a partir de uma percepção individual, além de propor um olhar mais singular da criação. Evidentemente, com sua contribuição ousada e autêntica, sofreu críticas ferrosas, carregadas de hipocrisias, que causaram rebuliço nas relações familiares e sociais e, ao tornar o homem contemporâneo de si mesmo, recoloca-o frente à incompletude do ser. Entre ameaças e perseguições, mas ainda assim amado, suas propostas, por vezes, amedrontava, mas sempre surpreendiam, redesenhando uma linha de poder na perspectiva de uma época descendente e ascendente.

A psicanálise de Freud foi épica e dissonante aos discursos ideológicos dessa época. Em sua obra, deixava claras as diversas manifestações sobre a sexualidade, lançando, assim, o conceito de culturas neuróticas, na proposta de que é pela palavra que o inconsciente encontra sua essencial articulação. Essa inter-relação, posteriormente passaria pela releitura de Jacques Lacan.

As repressões moralistas vitorianas eram concebidas em função dos desejos encobertos, de onde surge a inspiração para uma parte importante de sua obra, em que o autor esclarece, nos três ensaios, a teoria da sexualidade e as forças das pulsões, termo que representa a forma psíquica de expressão.

“Não há por que recriminar-se por falar sobre os fatos da vida sexual normal ou anormal. Com um pouco de cautela, não se faz mais do que traduzir em ideias conscientes o que já se sabia no inconsciente”, explica Freud, em sua obra “Teoria sobre a Sexualidade” (FREUD, 1905).

Pode-se interpretar, todavia, que se não fossem os ideais moralistas e repressivos de uma época contraditória de ascendência de valores econômicos e descendente de valores genuínos, em que a histeria se apresentava como um expulsar das repressões sobre a sexualidade feminina, somatizando no corpo em forma de sintomas, não existiria o movimento do despertar, que se iniciava, principalmente entre as mulheres. Nesse movimento, começou-se a duvidar de padrões moralistas e políticos impostos como verdades absolutas.

## Aprisionamentos de corpos

O conceito de identidade perpassa várias áreas do conhecimento como, por exemplo, a Psicologia, a Psicologia Social, a Sociologia, a Antropologia e

a Filosofia. Para Ciampa (1994, p. 72), “não é possível dissociar o estudo da identidade do indivíduo da sociedade”, uma vez que as diferentes identidades estão sempre relacionadas com as diferentes configurações da ordem social.

Nesse contexto de práticas e valores tradicionais e conservadores, segundo Durham (1983), constrói-se como quadro de referência, em diferentes grupos sociais, a ideia de que a vida pública, a força e a virilidade são parte do domínio masculino e a esfera doméstica privada, os cuidados com as crianças e sua socialização nos primeiros anos de vida são parte do domínio feminino.

Buglione (2002) aponta que a percepção do corpo feminino, apesar da processualidade, que se insere da noção de gênero, está atrelada à capacidade de reprodução, o que, por sua vez, associa-se a representações dos papéis femininos de mãe, esposa e responsável pelo cuidado com a família.

Trindade e Enumo (2002) afirmam que, socialmente, a mulher vem experimentando novos espaços, como a profissionalização e a educação, mas ainda persiste a ideia de que ela tem o papel da maternidade a cumprir, que esse é seu papel principal e a ele deve se dar prioridade máxima. A experiência de ocupar novos papéis e espaços sociais trouxe novos referenciais para as mulheres, que já não são as mesmas.

Segundo Rocha-Coutinho (1994), esses novos referenciais foram fundamentais para o surgimento de movimentos feministas, que denunciavam a assimetria entre os papéis e lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Progressivamente, as mulheres foram assumindo novos papéis sociais, como o de profissional e o de provedora, por exemplo, mas o surgimento desses novos papéis não modificou os anteriores, apenas os ampliou, aumentando a quantidade de suas funções.

Como bem observa a historiadora Michele Perrot, muito se fala sobre o corpo feminino, mas ele se cala (PERROT, 1988). Na história, o corpo foi colocado em uma relação de oposição à mente, como matéria natural, biologicamente dada. No século XVII, entendido como o que impõe os limites entre ser interior e mundo exterior (BORDO, 1997). Já para Foucault, o corpo é representado por objeto de poder, sedução e controle social entre os indivíduos (FOUCAULT, 2013). Inegavelmente um signo cultural (AMANTINO, 2011), o corpo pode assumir diversas representações e interpretações. Sobre o corpo feminino, foram realizadas diferentes abordagens no passado distante e recente, mas são poucas as que não se deram no sentido de calá-lo.

O olhar feminista sobre o corpo feminino na história e na atualidade chama, inevitavelmente, a questões do controle e objetificação do corpo, onde a mulher possui autonomia sobre o seu corpo e poder nas decisões sobre o mesmo.

Um corpo é o resultado da construção cultural no qual está inserido e é socialmente concebido (RODRIGUES, 1999). É educado através de vários processos e hábitos, e esta educação voltada ao corpo se dá através de normas sociais, jurídicas, da religião, da mídia, criando e conformando formas de comportamento, de apresentação, e a forma como esse corpo é tratado por quem o porta, por meio dos movimentos, usos, hábitos, gestos (GOELLNER, 2010).

O maior símbolo de opressão no discurso sobre o corpo feminino é o útero. Cavernoso, oculto, subdesenvolvido, o útero representou um espaço passível de abrigar a insalubridade da doença, ao mesmo tempo que representa a condição de passividade da mulher e conduziria a vivência feminina desde a puberdade até a menopausa, sendo a razão de uma conduta generalizada feminina (FÁVERI, 2007).

Del Priore, ao tratar da exclusão da mulher pela inadequação ao padrão estético vigente na cultura onde se está inserida, realiza uma análise etimológica do termo feiura (DEL PRIORE, 2011).

A forma como o corpo gordo é considerado completamente destoado da beleza, hoje, está ligada à construção de uma mentalidade propagada pela mídia, recebida pelos meios sociais e aproveitada pela indústria, que cria uma série infundável de produtos estéticos, suplementos, cintas, procedimentos, tratamentos, voltados a otimizar a busca pela transformação e moldagem do corpo. Del Priore (2011) resgata a noção de feiura trazida por Platão, segundo a qual a feiura representaria um defeito na conduta e na moral e, mais que isso, seria também um “problema de ordem ontológica”, indicador do menos-ser.

## Feminismo, prostituição e aborto

### Feminismo

O fim do século XIX e o início do século XX, no contexto sociocultural, foi de enorme repressão sexual, obedecendo aos rígidos padrões comportamentais da era vitoriana: às mulheres, cabia cuidar do lar, do marido e dos filhos, enquanto que aos homens, tudo o que não fosse relacionado a tarefas domésticas.

Quanto à política e à economia, com a Revolução Francesa, o liberalismo defendia a liberdade individual em relação ao Estado, o uso de normas jurídicas para limitar o poder estatal, igualdade de todos perante a lei e propriedade privada.

Essa liberdade, todavia, não serviria para todos os indivíduos, visto que as mulheres estavam afastadas da oportunidade de utilizar o livre mercado, bem como a autonomia privada (PERROT, 2001). Não caberia a elas, portanto, a educação, pois não era necessária para suas atribuições naturais; também, não lhes caberia querer trabalhar, visto que o trabalho remunerado no ambiente externo ao lar pertencia ao marido e, por fim, as mulheres não deveriam querer votar, pois a política não pertencia às limitações femininas.

Nesse contexto, teve início a primeira fase da revolução sexual, cuja luta das mulheres no liberalismo era formada pelo tripé educação, trabalho e voto.

A revolução sexual trouxe melhoria para as mulheres, todavia, as garantias legais que permitiriam o fim da desigualdade dos sexos não gerou o resultado esperado, causando uma sobrecarga de atividades.

Dez anos após, o feminismo entra no campo do direito, em busca de mudanças por meio da legislação ou do litígio judicial, articulando-se com base na preexistência de discriminação social, uma vez que a igualdade seria um motivo para mudança social, em relação à raça, como também ao gênero; logo, um tratamento similar para indivíduos similares.

Essa luta pela igualdade, com o objetivo de uma maior participação das mulheres na esfera pública, não acabou com a subordinação existente, chegando-se, assim, à conclusão de que o patriarcado era o causador da subordinação feminina.



## Prostituição

A prostituição na era vitoriana envolvia tanto elementos socioeconômicos como também culturais, tanto que existiam mais bordéis do que escolas.

Em Londres, em torno de 80.000 mulheres trabalhavam como prostitutas, chamadas também de “mulheres caídas”, algo que jamais as mulheres íntegras da sociedade deveriam se tornar.

Entretanto, a prostituição era algo legal e até incentivada, por vezes, em círculos, por acreditarem no fato de os homens necessitarem satisfazer seus desejos sexuais fora do lar, visto que eram forçados a reprimi-los na sua vida diária.

A prostituição era o trabalho mais bem pago da época, sendo as prostitutas divididas em três níveis: 1º) A classe baixa, formada por jovens mulheres, forçadas a dormir com homens que a madame dos bordéis lhes indicava; 2º) A classe média, formada por mulheres independentes, com apartamentos próprios, escolhendo seus próprios clientes; 3º) A classe alta, formada por mulheres bonitas, educadas, cujos clientes eram os aristocratas, membros do parlamento, chegando a trabalhar de forma exclusiva para um só homem, casando-se, por vezes, com ele.

Quanto às mulheres dos vendedores ambulantes, com o intuito de ajudar o marido nos negócios, às vezes forneciam seus serviços sexuais a outros homens, e seus maridos deixavam outros homens dormirem com elas.

Em relação às mulheres solteiras, para complementar a renda baixa que ganhavam trabalhando em outras áreas, tornavam-se prostitutas casuais, porém, se descobrissem a perda de sua virgindade, era “caída” e condenada a uma vida de prostituição.

Aos homens ricos da era vitoriana, cabia a escolha de suas relações sexuais, valendo-se para tanto de guias, que continha detalhes referentes às prostitutas, como idade, descrições físicas, tipo de personalidade, custo, dentre outros.

Tratando-se de crianças e adolescentes, a idade permitida para a prostituição era 13 anos; por vezes, meninos e/ou meninas de 11 ou 12 anos demonstravam tê-la e, caso seus pais necessitassem vendê-los, não tinham outra alternativa a não ser entrar para o comércio.

Dickens, escritor e jornalista do período vitoriano, muito se dedicou às causas sociais, juntamente com a baronesa Angela Georgina Burdett-Coutts. Juntos, desenvolveram trabalhos filantrópicos, chegando a fundar um abrigo, conhecido como Urania Cottage, objetivando abrigar as prostitutas, além de lá poderem aprender uma profissão.

Não obstante a prostituição ser uma profissão legal, damas da noite eram presas por cometer crimes como encontros nas ruas, embriaguez, resultando em um ano de prisão. Existiam reformatórios para a reabilitação das chamadas mulheres “caídas”.

## Aborto

Os mecanismos de controle e repressão da sexualidade começam a ser rompidos no século XVII (FOUCAULT, 1985). Foi com o Iluminismo, entre os séculos XVII e XVIII, que o social foi alvejado por questões de cunho sexual, buscando-se regular a procriação. Sabe-se que, na época, tudo o que envolvia o “sexual”, poderia estar relacionado a sensações de satisfação de forma sadia, ou muitas vezes poderiam ser consideradas até mesmo perversas.

Dessa forma, pontua-se que os tratados de direito desse período começam a destacar determinados delitos como nunca antes haviam sido destacados. Evidencia-se a gravidez secreta e relações sexuais entre aqueles ainda não casados, como delitos que acabavam levando ao aborto e em alguns casos ao infanticídio. No referido período acima, o controle da natalidade tornou-se questão em voga, visto que o Estado se apropriou da população em busca da produção de riqueza (SARASIN, 2002/3).

Nesse contexto biopolítico, contempla-se a sexualidade. Havia a necessidade de uma regularização dos hábitos, principalmente devido ao movimento industrial e à urbanização. Tal regularização se verifica de forma veemente, por exemplo, quando se analisa a interdição dos escritos pornográficos da época. Estes, associados a grandes políticos, não poderiam ser divulgados, visto que os relatos das prostitutas poderiam desmascarar algumas confidências de seus clientes - os majestosos políticos. Questiona-se, desse modo, se os pontos da sexualidade estavam diretamente relacionados aos atos sexuais em si, ou às questões do poder, através do trânsito de influências. Tal pensamento remete intensamente às questões biopolíticas já levantadas.

## Considerações finais

A partir dos dados bibliográficos utilizados, pode-se concluir que a era vitoriana foi de suma importância para o contexto histórico da época e contribuiu de forma significativa para os demais séculos.

Observa-se, portanto, que mesmo com o passar dos séculos, os problemas se repetem em pleno século XXI, em que se vive praticamente da mesma forma vivida no período vitoriano, porém com as características da atualidade do pós-modernismo.

Assim, os estudos sobre a era vitoriana foram de grande importância, uma vez que propiciaram a reflexão sobre a sexualidade, prostituição e movimento feminista, entre outros abordados. Esses assuntos, todavia, quando comparados com os cenários político e social da atualidade, pouco se diferenciam, se observadas as práticas de gestão adotadas em vários países pelo mundo, nos quais os integrantes dos gabinetes mantêm a mesma prática de preservação do patrimônio familiar. Também é realçado que a manutenção do cenário econômico tão somente objetiva a perpetuação do poder concentrado entre aqueles que ocupam os gabinetes há tempos, por julgarem seus por direito.

## Referências

- AHLQUIST, Dale. **A era vitoriana na literatura**. Disponível em: <http://www.sociedadechester-tonbrasil.org/resenha/a-era-vitoriana-na-literatura/>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- AMANTINO, Marcia; PRIORE, Mary del. **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 485.
- AQUINO, Rubim Santos Leão de; LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos; FRANCO, Denize de Azevedo; REZENDE, Clymene Vieira de. **História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- BORDO, Susan; JAGGAR, Alison Mary. **Gênero, corpo e conhecimento**. Tradução de Brita Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 10.
- BUGLIONE, Samantha. **“O dividir da execução penal: olhando mulheres, olhando diferenças”**. In: CARVALHO, S. (Org.). **Crítica à Execução Penal: doutrina, jurisprudência e projetos legislativos**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2002, p. 123-144.
- CARVALHO, Leandro. **Rainha Vitória**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historia/vitoria.htm>. Acesso em: 30 jun. 2018.

- CIAMPA, Antônio da Costa. **Identidade**. In: S. T. LANE & W. CODO (Orgs). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 58-75.
- DEL PRIORE, Mary, In: AMANTINO, Marcia. DEL PRIORE, Mary. **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp. 2011, p. 486-487.
- DIEZ, Carmem Lúcia Fornari; HORN, Geraldo Balduino. **Orientações para elaboração de projetos e monografias**. 3. ed. rev. atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. **Família e Reprodução Humana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- FÁVERI, Marina de; VENSON, Anamaria Marcon. **Entre vergonhas e silêncios, o corpo segredo. Práticas e representações que mulheres produzem na experiência da menstruação**. Revista anos 90, Porto Alegre, v. 14 n. 25, p. 65-97, jul. 2007, p. 1. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/issue/view/623/showToc>. Acesso em: 09 out. 2018.
- FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. **As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas**. Revista de Administração Pública – RAP, V. 44, p 368 – 383, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 134.
- \_\_\_\_\_. **História da sexualidade, 1, 2 e 3**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FRAZÃO, Dilva. **Rainha Vitória: rainha da Inglaterra**. Disponível em: [https://www.ebiografia.com/rainha\\_vitoria/](https://www.ebiografia.com/rainha_vitoria/). Acesso em: 30 jun. 2018.
- FREUD, Sigmund. (1905). **Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade**. ESB. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. VII.
- \_\_\_\_\_. (1908) **Moral Sexual Civilizada e Doença Nervosa Moderna**. ESB, Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. IX.
- \_\_\_\_\_. (1972a). **A interpretação dos sonhos**. In: S. Freud, Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. **A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade**. Cadernos de Formação RBCE, v. 1, n. 2, p. 71-83, mar. 2010, p. 4.
- HOLANDA, Aurélio Burque de. **Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Positivo, 2010. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/genero/>. Acesso: em 22 jun. 2018.
- NEW WORLD ENCYCLOPEDIA. **Victorian Literature**. Disponível em: [http://www.newworldencyclopedia.org/entry/Victorian\\_Literature#The\\_style\\_of\\_the\\_Victoria\\_n\\_novel](http://www.newworldencyclopedia.org/entry/Victorian_Literature#The_style_of_the_Victoria_n_novel). Acesso em: 11 mai. 2015.
- NETO, Renato Drummond Tapioca. **“Um belo espetáculo”: a coroação da rainha Vitória**. Disponível em: <https://rainhastragicas.com/2015/03/11/um-belo-espetaculo-a-coroacao-da-rainha-vitoria/>. Acesso em: 03 mai. 2018.
- NGO, Jackie. **Literary Elements of Victorian Literature**. Disponível em: [http://www.ehow.com/info\\_12113986\\_literary-elements-victorian-literature.html](http://www.ehow.com/info_12113986_literary-elements-victorian-literature.html). Acesso em: 01 jun. 2015.

- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos. A mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- RODRIGUES, José Carlos. **O tabu do corpo**. Apud: NOGUEIRA, Isildinha B. O corpo da mulher negra. *Pulsional revista de psicanálise*, São Paulo, ano XIII, n. 135, p. 40-45, nov. 1999.
- SARASIN, Philippe. **L'invention de la "sexualité", des Lumières à Freud**. *In: Le Mouvement Social*, 2002/3, n. 200.
- SITWELL, Edith. **Vitória: rainha da Inglaterra**. Tradução de Solena Benevides Viana e Jaime de Barros. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946.
- SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de; CASTELANO, Karine Lôbo; MANHÃES, Fernanda Castro. **Manual para elaboração de tese/dissertação**: documento eletrônico e impresso. Campos dos Goytacazes, RJ: UENF/CCH/PPGCL, 2014, 150 p.
- TRINDADE, Zeidi Araújo; ENUMO, Sônia Regina Florim. Representações sociais de infertilidade feminina entre mulheres casadas e solteiras. **Psic., Saúde & Doenças**. nov. 2001, v. 2, n. 2, pp. 5-26. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 30 abr. 2012.
- TUCHMAN, Barbara Wertheim. **A torre do orgulho: um retrato do mundo antes da Grande Guerra, 1890/1914**. Trad. João Pereira Bastos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

## Sobre os autores

### **Ana Karina Mendonça de Souza - UENF**

Mestre em Cognição e Linguagem pela UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense) e em Educação Superior, pela PUC/JF (Pontifícia Universidade Católica-MG) – 2004, Especialista em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela UNI/BH – MG – 2001, Graduada em Administração pela UFV (Universidade Federal de Viçosa – MG) -1999 e em Direito pela UNIG – *Campus V* (Universidade Iguazu, Itaperuna – RJ) 2013. Master Executive Coach (Instituto Brasileiro de Coach) e Analista Comportamental – IBC desde 2011, Head Trainer e Treinadora Comportamental pelo IFT – (Instituto de Formação de Treinadores -Massaro Ogato) – 2018, Hipnoterapeuta pelo IBFH (Instituto Brasileiro de Formação em Hipnose)- 2018. Gestora de Pessoas da UniRedentor, de 2001 a 2014, quando assumi a Coordenação do Projeto Expertise para egressos da graduação até a presente data. Coordenadora da Pós-graduação em Coach e Gestão de Pessoas. Professora da UniRedentor desde 2009. Professora Universitária e Coordenadora do curso de administração da Fasap (Faculdade Santo Antônio de Pádua- RJ) de 2007 a 2009, Professora Universitária da Unig- V Itaperuna (Universidade Iguazu) de 2001 a 2007.

### **Ana Luiza Barcelos Ribeiro**

Graduada em Pedagogia pela UNIRIO, através do Consórcio CEDERJ. Graduada em Psicologia pelo Institutos Superiores de Ensino Nossa Senhora Auxiliadora. Especialização em Ensino Religioso pela FACCREI. Mestranda em Cognição e Linguagem - UENF. Professora da UNESA nos cursos de Psicologia e Pedagogia. Professora da FAMESC da disciplina de LIBRAS. Professor II na Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, com Atendimento Educacional Especializado e Classe Regular.

## **Ana Paula Silva Andrade Jorge**

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Santa Marcelina (2007), Complementação Pedagógica em andamento pela Universidade Cândido Mendes. Possui Pós-graduação Lato Sensu em Coordenação Pedagógica e Supervisão Escolar. Tem experiência na área como professor de Biologia Geral, com ênfase em Educação e desenvolvimento de projetos pedagógicos com utilização de novas Tecnologias de Informação e Comunicação. Mestranda pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, no Laboratório de Cognição e Linguagem, desenvolve trabalhos voltados à Formação de Professores e Consultoria Educacional.

## **Alonso Castro Colares Júnior**

Possui graduação em Teologia pela Faculdade Unida de Vitória (2009). Especialista em Filosofia da Religião pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES (2011). Mestre em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF (2017). Diretor da Faculdade Batista do Estado do Rio de Janeiro - Campos, RJ. Pesquisador ligado ao grupo de pesquisa do CNPq “O problema da Justificação moral do Estado”.

## **Carla Bittencourt Felício**

Mestranda em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF. Possui graduação em Psicologia pela Universidade Estácio de Sá. Pós-graduada em Atenção Psicossocial Na Saúde Mental pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre - FAFIA. Pós-graduada em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de EJA pelo Instituto Federal do Espírito Santo - IFES. Pós-graduanda em Psicoterapia Existencial e Gestalt Terapia pelo Instituto Superior de Ensino do Censa – ISECENSA.

## **Dário Bezerra de Andrade**

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); aluno especial de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF; Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy – Unigranrio. Especializações Lato Sensu: Gerência Financeira pela Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy - Unigranrio e

em Planejamento, Implementação e Gestão de Educação a Distância - PIGead, pela Universidade Federal Fluminense - UFF.

### **Débora Borges Domingos**

Possui graduação em Direito pela Universidade Cândido Mendes (2005) e especialização em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (2016). Atualmente é Técnica Administrativa - Recursos Humanos da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

### **Eduardo de Almeida Silva**

Mestrando do Programa de Pós Graduação em Ciências Naturais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, atuante na linha de pesquisa de Ensino de Ciências. Possui graduação (2015) em Ciências Biológicas (Licenciatura), pela Universidade Federal do Espírito Santo, *campus* de Alegre.

### **Erika Costa Barreto**

Doutoranda em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Mestre em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) em 2009. Possui Licenciatura e Graduação em Psicologia pela Universidade Estácio de Sá de Campos dos Goytacazes/RJ (UNESA) em 2007. Pós-graduada em Terapia Cognitivo-Comportamental pelos Institutos Superiores de Ensino do Censa - (ISECENSA) em 2009. Mediadora e Conciliadora de Conflitos pelo Instituto de Mediação e Arbitragem do Rio de Janeiro (IMARJ) em 2011. Coordenadora e professora do Curso de Pós-graduação em Terapia Cognitivo-Comportamental dos Institutos Superiores de Ensino do Censa - (ISECENSA). Professora do curso de Graduação em Psicologia dos Institutos Superiores de Ensino do Censa - (ISECENSA). Atua como psicóloga clínica em consultório próprio há 11 anos, atendendo crianças, adolescentes, adultos, casais e famílias.

### **Edyala Oliveira Brandão Veiga**

Mestranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF; Bacharelada em Ciência e Tecnologia de Alimentos pelo Instituto Federal Fluminense – IFF, *campus* Bom Jesus do Itabapoana.



## **Flávia da Cunha Pereira**

Mestranda em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense- Darcy Ribeiro – UENF. Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (2016) e especialização em Neuroeducação pela Universidade Estácio de Sá (2017).

## **Fernanda Rangel de Azevedo de Paula**

Mestre em Engenharia Civil pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) em 2006. Possui Graduação em Engenharia Civil pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Coordena o curso de Engenharia Civil da UniRedentor desde 2009 e é professora universitária desde 2005. Também atua como Engenheira Civil na Prefeitura Municipal de Itaperuna/RJ. Atualmente cursa disciplinas especiais no Programa de Cognição e Linguagem da UENF.

## **Fernanda Gonçalves Fernandes**

Mestranda em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Assistente Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduanda em Pedagogia pelo Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN). Assistente Social do Programa Terceira Idade em Ação da UENF. Assistente Social da Associação Filantrópica João Barreto da Silva em Campos dos Goytacazes. Desenvolve pesquisas nas áreas de Envelhecimento Humano, Educação e Tecnologias da Informação e Comunicação.

## **Filipe Zaniratti Damica**

Mestrando em Ciências Naturais pela Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Pós-graduado em Ensino de Geografia e História pelo Centro Universitário Barão de Mauá de Jardim Paulista/SP em 2014. Pós-graduado em Geografia e Meio Ambiente pela Faculdade de Tecnologia São Francisco (FATESF) em 2015. Graduado em Geografia e Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) em 2013 e 2017, respectivamente. Pesquisador do grupo de pesquisa Novas Tecnologias e Metodologias Para Educação e Ensino em Ciências Biológicas e Matemática.

## **Glória Marianna Barreto Teixeira**

Mestranda no Programa de Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF. Pós-graduação Lato Sensu em Psicopedagogia pelo Instituto Superior de Ensino Nossa Senhora Auxiliadora (2015). Professora de Educação Física na Rede Municipal de Campos dos Goytacazes. Graduada em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal Fluminense (2013).

## **Gustavo Santos Crespo**

Graduado em Medicina pela Fundação Benedito Pereira Nunes. Residência médica em Ginecologia e obstetrícia pelo Hospital Escola Álvaro Alvim. Pós-graduado em Ciências da Fisiologia Humana pela Faculdade Uninassau Parnamirim. Aluno especial do Mestrado na área de Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

## **Heloisa Landim Gomes**

Licenciatura Plena em Educação Física pela UNESA (2007). MBA em gerenciamento de Projetos (ISECENSA - 2008). Mestranda da UENF no Programa de Cognição e Linguagem. Superintendente de Envelhecimento Saudável e ativo da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes.

## **Jaise Silva Ferreira**

Possui graduação em Farmácia - Habilitação Farmacêutica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986), com especialização em Manipulação, Homeopatia e Atenção Farmacêutica. É professora de Farmacotécnica, Atenção Farmacêutica, Homeopatia, Cosmetologia, Saúde Pública e Bioquímica no Curso de Farmácia da Faculdade de Medicina de Campos (Fundação Benedito Pereira Nunes), membro do NDE desde do ano de 2013. Foi professora de Farmacotécnica, Atenção Farmacêutica, Cosmetologia, Homeopatia, Bioquímica, Farmacologia para Nutrição da Universidade Estácio de Sá, por 10 anos. Tem experiência na área de Farmácia, com ênfase em Manipulação e Homeopatia, atuando principalmente nos seguintes temas: boas práticas de manipulação, farmácia, drogaria, RDC 67/07, RDC 87/08, homeopatia, atenção farmacêutica global e em grupos de riscos e manipulação farmacêutica, prescrição farmacêutica e supervisão de estágios curriculares. Atualmente, é mestranda na UENF, na área da psicofarmacologia, especificamente na área de dependência química.

### **Jhonatan da Silva Martins**

Graduado em Educação Física pela Universidade Salgado de Oliveira de Campos dos Goytacazes – UNIVERSO (2013). Graduando em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert – ISEPAM (2018). Pós-graduação em Dança com Ênfase em Dança de Salão pela Universidade Estácio de Sá do Rio de Janeiro - UNESA (2014). Mestrando em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Atua como pesquisador nas áreas de Políticas Sociais, Educação, Cultura, Patrimônio e Festas Populares.

### **Juliana Cardoso de Souza**

Pós-graduanda em Terapia Cognitivo Comportamental – ISECENSA/Campos dos Goytacazes. Possui Graduação em Psicologia pela Faculdade Salesiana Maria Auxiliadora – Macaé/RJ em 2016. Membro sócio da Federação Brasileira de Terapias Cognitivas (FBTC) e da Associação de Terapias Cognitivas - Rio (ATC-Rio).

### **Karen Rodrigues Pessanha de Souza**

Possui Licenciatura e Graduação em Psicologia pelo Institutos Superiores de Ensino do CENSA de Campos dos Goytacazes/RJ (ISECENSA) em 2017. É Psicóloga Organizacional atuando nas seguintes vertentes: recrutamento e seleção, entrevista, anamnese, aplicação de testes psicológicos, aplicação de dinâmica de grupo, treinamentos comportamentais, avaliação de desempenho e entrevista de desligamento. Experiente na área de Psicologia Hospitalar, no seguimento de psico-oncologia.

### **Laila Lilargem Rocha**

Graduada em Psicologia pela UFF de Campos dos Goytacazes. Pós-graduanda em Psicopedagogia clínica e institucional pela Universidade Estácio de Sá. Psicóloga Clínica com ênfase na linha Humanista, atendendo a adultos, crianças e adolescentes.

### **Laila Ferreira Santos**

Mestranda em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense - Darcy Ribeiro – UENF. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF.

## **Leandro Pereira Siqueira**

Mestrando em Ciências Naturais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Pós-graduado em Docência do Ensino Superior pela Universidade Cândido Mendes em 2018. Pós-graduando em Engenharia de Manutenção Aeronáutica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Pós-Graduando em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Universidade Cândido Mendes. Graduado em Engenharia Mecânica pela Faculdade Redentor em 2015. cursando complementação pedagógica em Matemática pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES).

## **Lívia Vasconcelos de Andrade**

Doutoranda em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Mestre em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) em 2017. Possui Licenciatura e Graduação em Psicologia pela Universidade Estácio de Sá em Campos dos Goytacazes (UNESA) em 2010. Pós-graduada em Docência do Ensino Superior pelo Instituto Brasileiro de Ensino (IBE) em 2017. Pós-graduanda em Terapia Cognitivo-Comportamental pelos Institutos Superiores de Ensino Censa (ISECENSA). É psicóloga clínica atuando nas vertentes: atendimentos de casal, individuais e de família e avaliações psicológicas. Experiência na área de Saúde Coletiva nos seguimentos de Envelhecimento Humano, DST/AIDS, Gênero e Autoimagem.

## **Luiz Cláudio Carvalho de Almeida**

Titular da Promotoria de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência do Núcleo Campos dos Goytacazes (RJ); Integrante da Associação Nacional de Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (AMPID); Mestre em Direito pela UNIFLU; Doutorando do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

## **Luciana Spala Ataíde Aguiar**

Mestranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF; Especialista em Ciências Penais, com Formação para o Magistério Superior, na área

do Direito pela Universidade Anhanguera - Uniderp; Bacharela em Direito pela Universidade Iguaçu – UNIG, *campus* de Itaperuna; Professora efetiva na Prefeitura Municipal de Guaçuí/ES; Advogada.

### **Márcia Regina Pacheco Soares**

Doutoranda e Mestra em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF); Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF); Bacharel em Administração pelos Institutos Superiores de Ensino do CENSA (ISECENSA); Pós-graduada em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Atua como Tutora no Curso de Licenciatura em Pedagogia pelo Consórcio CEDERJ; Pedagoga do Programa Terceira Idade em Ação/UENF; Desenvolve pesquisas nas áreas de Envelhecimento Humano, Práticas Educativas, Educação de Adultos e Idosos.

### **Mirelly Brito Mota de Souza**

Mestranda em Políticas Sociais pela Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Graduanda em licenciatura em História pelo Instituto Valorize. Pós-graduada em Gestão em Serviços Sociais e Políticas Públicas pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras (FACEL) em (2013). Possui Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense - (UFF - 2011). Experiência na área de Assistência Social como Assistente Social e Coordenadora.

### **Nágila Coutinho Gomes Paiva**

Graduada em Psicologia pela Universidade Estácio de Sá – UNESA (2013). Pós-graduada em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES (2017). Mestranda em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Atua como Gerente de Proteção Especial da Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Humano de São Francisco de Itabapoana e Psicóloga Clínica.

### **Nathalia Toledo Barreto Dutra**

Aluna especial de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro –

UENF. Pós-graduada em Gestão Estratégica de Pessoas pela Universidade Cândido Mendes. Bacharela em Psicologia pela Universidade Estácio de Sá.

### **Poliana Campos Côrtes Luna**

Aluna especial do Mestrado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Pós-graduada em Logística Portuária pela Universidade Cândido Mendes. Bacharela em Direito pela Faculdade de Direito de Campos.

### **Petrúcio Pessanha de Oliveira**

Aluno especial em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Graduado em Sistemas de Informação pelo Instituto Federal Fluminense (IFF) em 2004. MBA em Gestão de Saúde e Administração Hospitalar - Universidade Estácio de Sá (2012). MBA em Sistemas de Informação para Administração Pública - Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2005. Gerenciamento de Projetos com Software Project Builder, PMIRIO (2012). Controle Interno, ECG/TCE-RJ (2011). Elaboração de Relatório de Gestão e Formação de Examinadores, PQRio (2010).

### **Ray Roberto Andrade Nascimento**

Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Possui Graduação em Psicologia pela Faculdade Salesiana Maria Auxiliadora – Macaé/RJ em 2016.

### **Rosalee Santos Crespo Istoe**

Possui graduação em Teologia - Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil/RJ. (1985), graduação, Licenciatura e Bacharel em Psicologia pela Universidade Metodista de São Paulo/SP. (1991), mestrado em Psicologia da Saúde pela Universidade Metodista de São Paulo/SP. (1999) e doutorado em Saúde da Criança e da Mulher pela Fundação Oswaldo Cruz/RJ. (2007). É Psicóloga e Professora do Curso de Mestrado e Doutorado em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, atuando principalmente nos seguintes temas: 1-Graduação: Psicologia do Desenvolvimento da Criança e do Adolescente; Psicologia da Educação; Educação a Distância - CEDERJ. 2 - Mestrado e Doutorado: Educação Saúde e

Gênero; Seminários Avançados e Supervisão. 3- Pesquisa: Desenvolve pesquisas na área de Desenvolvimento e Envelhecimento Humano. Coordena o projeto da Terceira Idade em Ação na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.

### **Renato Faria da Gama**

Aluno especial em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Graduado em medicina e mestre em saúde coletiva pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Especialista em neurologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

### **Simone da Silva Viana**

Graduada em História pela Faculdade de Filosofia de Campos (1994). Pós-graduada em História Moderna e Contemporânea pela PUC Minas Gerais (1998). Mestranda em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF. Professora Universitária na Universidade Estácio de Sá, no *campus* Campos dos Goytacazes, nos cursos de Pedagogia e Direito. Atua também como professora do Ensino Médio, nas áreas de História, Geografia e Sociologia na Secretaria Estadual de Educação. Professora da Rede Particular de Ensino no Externato Campista; ministrando aulas de História. Professora Pesquisadora e Conteudista no IFF/EAD. Atua como pesquisadora em História, História Regional, Políticas Sociais, Educação, Cultura, Trabalho e Precarização do Trabalho.

### **Thamires Gomes da Silva Amaral Lessa**

Mestranda do programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF. Bacharel e Licenciada em Biologia pela UENF, onde defendeu a monografia com tema “Transtorno de Espectro Autista sob as perspectivas: Biológica, Legal e Educacional.” Trabalhou durante a graduação com projeto de Extensão cuja proposta é a Capacitação de professores da rede regular de ensino para educação de deficientes e no Programa de Iniciação a Docência, onde executou projetos na escola Estadual Benta Pereira. É coordenadora e professora do projeto Pré-Vestibular Social da UENF e lecionando a disciplina de Biologia no mesmo. Atuou como monitora de Biologia no projeto Vest-Salê, oferecido pelo Instituto Dom

Bosco - Salesiano em Campos. Atualmente participa de um grupo de estudos em Transtorno do Espectro Autista, GETEA, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e atua com cultura de células na mesma universidade.

### **Victor Martins Ramos Rodrigues**

Doutorando em Políticas Sociais na Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Mestre em Direito pela FDC/UNIFLU. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Interinstitucional de Desenvolvimento Municipal/Regional - ITEP/UENF/UNIFLU. Professor de Direitos Humanos na UNIG – Universidade Iguazu, Itaperuna-RJ. Advogado.

### **Victor Angelo Fumian**

Graduado em História pela Universidade Nova Iguaçu - UNIG (2007) e em Geografia pelo Instituto PROMINAS (2018). Pós-graduado em História e Cultura afro-brasileira pelo Instituto PROMINAS (2009). Mestrando em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF. Atua como professor no Estado do Rio de Janeiro com as matérias História, Filosofia e Sociologia. Tutor presencial no curso de Tecnólogo Segurança Pública CEDERJ - UFF.



Esta obra foi composta nas tipologias Minion Pro/Trebuchet MS e foi impressa em papel off-white® 80 grs./m<sup>2</sup>, na primavera de 2018.

Essa forma um tanto velada e sutil de dominação dos povos através do controle de seus corpos apresenta-se muito mais visível quando tratamos do gênero feminino, ao qual frequentemente são colocadas imposições acerca de seus modos de ser e se representar, ou mesmo de ter e receber cuidados, que em princípio seriam considerados para o bem de sua saúde. Refletimos sobre o significado de saúde, mensurando autores, dentre os quais destacamos Michel Foucault, que traz à baila um modo diferente de pensar as relações sociais vistas através da forma como historicamente o corpo é representado.



Apoio

